

GABRIELA PASSOS SELAU

MURALHA DE FARO: ENTRE A HISTÓRIA E A CIDADE



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2023

GABRIELA PASSOS SELAU

MURALHA DE FARO: ENTRE A HISTÓRIA E A CIDADE

Mestrado em História e Patrimónios

**Trabalho efetuado sob orientação do
Profº Doutor João Pedro Pereira da Costa
Bernardes**



UAlg FCHS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2023

MURALHA DE FARO: ENTRE A HISTÓRIA E A CIDADE

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.

Copyright em nome de Gabriela Passos Selau

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou em forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Aos meus pais, João Batista e Sonia, por seu incentivo e apoio incondicionais. A meu noivo, Leonardo pereira, com quem sempre posso contar. A toda a minha família, vocês são minhas razões de ser e viver.

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa surgiu a partir das minhas experiências profissionais, acadêmicas e cidadãs, e não foi um esforço solitário, já que recebi valiosas contribuições de indivíduos e organizações. Essas colaborações enriqueceram minhas reflexões e práticas, fortalecendo assim minha formação na área pedagógica e patrimonial.

Não há maneira melhor de começar este trabalho senão expressando minha gratidão a todas as pessoas que contribuíram para sua construção e, além disso, enriqueceram minha jornada acadêmica.

Inicialmente agradeço a Deus por todas as bênçãos em minha vida. Obrigada por me iluminar e me apoiar em cada passo. Teus planos para minha vida são maiores do que eu posso imaginar. Tu senhor és a base de tudo.

Agradeço imensamente aos meus pais que são meu refúgio constante, por permanecerem ao meu lado e por sustentar e investir na minha educação. Quero expressar minha apreciação pela vida deles e pelo amor abundante que sempre recebi!

Ao meu noivo por ser luz em minha vida. Por ser minha companhia em todas as horas me acolhendo e cuidando em todos os detalhes. Por não medir esforços em me ajudar, sempre que preciso. Obrigada pela compreensão, pelo carinho e pelo incentivo para que eu não desistisse de minha trajetória acadêmica e de minha pesquisa.

À Universidade do Algarve que me possibilitou esse lindo intercambio acadêmico e cultural me abriu portas a tantas coisas novas.

Ao meu orientador João Pedro Bernardes, expressei minha gratidão por sua confiança em meu potencial e pela sua dedicação e interesse em me orientar nesta pesquisa.

A todos os professores que ao longo da minha vida contribuíram para a minha educação, orientaram-me e inspiraram-me durante a minha jornada acadêmica, fortalecendo a minha preparação tanto no campo profissional quanto no científico.

Aos entrevistados, minha sincera gratidão por sua valiosa contribuição para o meu trabalho. Sua receptividade e apoio à minha pesquisa foram fundamentais, pois suas palavras enriqueceram e conferiram significado a este estudo.

E a você, caro leitor, agradeço por dar continuidade a este trabalho. Minha esperança é que ele seja proveitoso e possa oferecer contribuições valiosas para futuras pesquisas.

A todos o meu MUITO OBRIGADA!

*Só eu sei cada passo por mim dado
nessa estrada esburacada que é a vida,
passei coisas que até mesmo Deus duvida,
fiquei triste, capiongo, aperreado,
porém nunca me senti desmotivado,
me agarrava sempre numa mão amiga,
e de forças minha alma era munida
pois do céu a voz de Deus dizia assim:
- Suba o queixo, meta os pés, confie em mim,
vá pra luta que eu cuido das feridas.*

Bráulio Bessa

MURALHA DE FARO: ENTRE A HISTÓRIA E A CIDADE

RESUMO

De caráter multicultural a cidade de Faro foi constituída através do encontro de diferentes povos e culturas. Elevada em uma zona portuária a região abriga, desde a época Pré-Romana, uma riqueza de histórias e memórias. A Muralha de Faro é uma das estruturas mais antigas do local, sendo um dos principais patrimónios que ancoram e traduzem a história da cidade. O presente estudo visa contribuir para a construção de um olhar analítico e reflexivo para com a Muralha de Faro. Através da educação patrimonial, pretende-se destacar a importância da Muralha para a cidade, despertando sentimentos de pertença e responsabilidade da comunidade local para com esse bem cultural. Para tanto, propõe-se responder a seguinte problemática de pesquisa: Quais são as estratégias de educação patrimonial, desenvolvidas com os estudantes e a comunidade, referente as Muralhas de Faro e qual a importância destas para o reconhecimento de pertença dos moradores na cidade? A pesquisa desenvolve-se por meio de um estudo de caso que analisa a riqueza da Muralha de Faro para a identidade do local e as propostas de educação patrimonial desenvolvidas neste bem material. Compreendendo o património como uma ponte entre o presente e o passado, o objetivo geral deste estudo busca perceber como se pode valorizar a Muralha de Faro, tornando a sua importância reconhecida pelos habitantes da cidade. E os objetivos específicos visam analisar estratégias de alfabetização patrimonial e movimentos de sensibilização patrimonial para compreensão, por parte da comunidade, das relações da modernidade com o passado e dos processos de identificação e pertença. A metodologia de pesquisa desenvolve-se a partir de um levantamento de estudos sobre o que se conhece da Muralha, da apreensão, através de entrevistas (à profissionais da área patrimonial), bem como a análise dos anais de Faro, para compreender a percepção do valor do bem. Os principais autores que constituem o referencial teórico deste trabalho são: Catroga (2001), Bauman (2013), Hall (2019), Mendes (2012), Silva (2018), Pinto (2015), González-Monfort (2019) e Saballa (2007). Como resultados, constatou-se que o município de Faro promove atividades de educação patrimonial no contexto escolar, possibilitando a construção de conhecimentos relacionado ao património, à história e à cultura. Esse projeto desempenha um papel crucial na valorização e apropriação dos monumentos por parte dos estudantes. Por outro lado, as atividades patrimoniais que envolvem a comunidade são atualmente limitadas e beneficiam apenas um pequeno número

de residentes locais. É essencial ampliar as atividades culturais nos patrimônios e prédios históricos, dando ênfase à participação da comunidade. Isso porque os sentimentos de identificação e pertencimento emergem quando os patrimônios são construídos a partir de memórias individuais, coletivas e históricas, criando um vínculo emocional com o local e permitindo uma compreensão mais profunda de sua relevância histórica, social e afetiva para a cidade.

Palavras-chave: Muralhas de Faro, educação patrimonial, identificação e pertença.

ABSTRACT

From a multicultural character, Faro city has been formed through the meeting of different people and cultures. Elevated in a harbour area, this region has been home to a wealth of histories and memories since Pre-Roman times. Faro Wall is one of the oldest structures in the area. It has been one of the principal heritage that anchor and reflect the city's history. The present study aims to contribute for the construction of an analytical and reflective view about Faro Wall. Through the heritage education, the aim is to highlight the importance of the Wall for the city, awakening feelings of belonging and responsibility of the local community towards this cultural asset. So, the following research questions are: What are the heritage education strategies developed with students and the community regarding the Faro Wall, and what is their significance for residents' sense of belonging in the city? The research is conducted through a case study that analyzes the significance of the Faro Wall for the local identity and the heritage education proposals developed for this material asset. Understanding heritage as a bridge between the present and the past, the overall objective of this study seeks to understand how the Faro Wall can be valued, making its importance recognized by the city's inhabitants. The specific objectives aim to analyze strategies for heritage and spatial literacy and heritage awareness initiatives to help the community understand the relationships between modernity and the past, as well as processes of identification and belonging. The research methodology is based on a survey of existing studies on the knowledge of the Wall, of apprehension, through interviews with heritage professionals, as well as the analysis of historical annals of Faro, to understand the perception of the asset's value. The main authors forming the theoretical framework of this work include Catroga (2001), Bauman (2013), Hall (2019), Mendes (2012), Silva (2018), Pinto (2015), González-Monfort (2019), and Saballa (2007). As a result, it was observed that the municipality of Faro promotes heritage education activities within the school context, enabling the construction of knowledge related to heritage, history, and culture. This project plays a crucial role in the appreciation and appropriation of monuments by students. However, heritage activities involving the community are currently limited and benefit only a small number of local residents. It is essential to expand cultural activities in heritage sites and historic buildings, with a focus on community participation. This is because feelings of identification and belonging emerge when heritage is built upon individual, collective, and historical memories, creating an

emotional connection to the location and allowing for a deeper understanding of its historical, social, and emotional significance to the city.

keywords: Faro Walls, Heritage Education, Identification and Belonging.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VIII
LISTA DE SIGLAS	XII
ÍNDICE DE QUADRO	XIII
ÍNDICE DE FIGURA	XIV
ÍNDICE DE FOTOGRAFIA	15
CAPÍTULO I	16
1. INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO II.....	23
2. OBJETO DE ESTUDO: AS MURALHAS DE FARO	23
2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE FARO: DAS ORIGENS A SEDE EPISCOPAL.....	24
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MURALHA.....	27
2.3 ARQUITETURA DA MURALHA: CONSTRUÇÃO E INTERVENÇÕES.....	40
CAPÍTULO III	47
3. PATRIMÓNIO E IDENTIDADE	47
CAPÍTULO IV.....	51
4. PRESERVAÇÃO, LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	51
4.1 LEGISLAÇÕES DE PRESERVAÇÃO	51
4.1.1 Legislação Internacional	51
4.1.2 Legislação Nacional	56
4.2 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	60
4.2.1 Iniciativas Políticas de Educação Patrimonial.....	64
CAPÍTULO V	70
5. PERCURSOS METODOLÓGICOS	70
CAPÍTULO VI.....	75
6. AS MURALHAS DE FARO COMO ELEMENTO PATRIMONIAL E IDENTITÁRIO..	75
6.1 PERCEÇÃO NOS ESTUDOS HISTÓRICOS.....	75
6.2 PERCEÇÃO NOS ENTREVISTADOS.....	88
6.2.1 Os sentimentos de pertença	89
6.2.2 O trabalho de educação patrimonial	91

6.2.3 O futuro deste Património	100
CAPÍTULO VII.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
APÊNDICE A – EVENTOS CULTURAIS ORGANIZADOS PELA DGPC.....	118
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123
APÊNDICE C – ENTREVISTAS	125
ANEXO A – ORGÃOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL.....	127
ANEXO B – PROGRAMA ESCOLAR 2022/2023.....	128
ANEXO C - PROGRAMA ESCOLAR 2023/2024.....	136
ANEXO D – “VIVA EL REI D. AFONSO III”	144
ANEXO E – PERCURSO 2 “A DESCOBERTA DA VILA-ADENTRO”	149
ANEXO F - MAPA TURÍSTICO DE FARO.....	151

LISTA DE SIGLAS

ZEP - Zona Específica de Proteção

ZGP - Zona Geral de Proteção

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

DGE - Direção Geral de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

DGEMN - Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico).

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 1 - Entrevistados	73
Quadro 2 - Informações das Entrevistadas	88

ÍNDICE DE FIGURA

Figura 1 - Vista aérea da Muralha de Faro	28
Figura 2 - – Pano de Muralha sobre o Largo de S. Francisco	30
Figura 3 - Torreões do pano da Muralha do Largo de S. Francisco	31
Figura 4 - Casas adossadas a Muralha.....	36
Figura 5 - Zona Geral de Proteção das Muralhas de Faro	39
Figura 6 - Planta baixa da Muralha	41
Figura 7 - Porta Nova (poente).....	43
Figura 8 - Arco do Repouso – Porta nascente	43
Figura 9 - Corpo de Bombeiros construído sobre a Muralha	44
Figura 10 - Posto de turismo, loja de artesanato e edificação em construção na fachada da Muralha, ao lado do arco de entrada principal.	45
Figura 11 - Restaurante e casa abandonada.....	45
Figura 12 - Cartaz alusivo aos <i>webinars</i>	65
Figura 13 - Cartaz alusivo aos <i>webinars</i>	66
Figura 14 - II Encontro Regional de Coordenadores da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola.....	67
Figura 15 - Programa Escolar 2022/2023	93
Figura 16 - - Programa Escolar 2022/2023	94
Figura 17 - Programa Escolar 2022/2023	95
Figura 18 - Programa Escolar 2023/2024.....	96
Figura 19 - Mapa do Recito: Festival F.....	105

ÍNDICE DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1- Arco em ferradura.....	32
Fotografia 2 - Arco da Vila.....	35
Fotografia 3 - Rombo na Muralha	37

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

“A problemática do historiador só pode nascer no seio de uma mente já pré-ocupada por uma dada formação histórica e pela presença de memória(s). Por isso, a par do desejo de aceder à verdade, o questionário revela, como em todo o acto de recordação, as preocupações do presente que o formula”.

(CATROGA, 2001, contracapa)

A memória diz respeito à faculdade humana capaz de reter ideias, sensações e impressões de um passado próximo ou longínquo. É ela a responsável por guardar momentos importantes para a posteridade.

Recordar é acessar novamente às memórias rememorando reminiscências do passado em um processo de anamnese onde a lembrança ressurgue com uma escassez de certeza. O passado existido mistura-se com um misto de nostalgia, esquecimento, valoração do que foi vivido e da subjetividade de cada indivíduo.

Seja individual ou coletiva as memórias sempre estarão impregnadas pelo olhar de quem as rememora. No final das contas, ao retomar o passado, a memória cumpre o seu papel que é não apenas reaviva-lo tal e qual ocorrido, mas sim de transportar a quem recorda os sentidos e sentimentos do que foi vivido. “A vida não é a que a gente viveu e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la” (Gabriel García Márquez). A construção e reconstituição da memória depende de quem a recorda, como recorda e do momento que o faz.

A globalização, hibridação cultural, midiaticização e o sistema capitalista embalam a pós-modernidade para o fim das sociedades-memória. “Fim das ideologias-memórias, como todas aquelas que asseguravam a conservação do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro;” (NORA, 1993, p. 8).

Em meio a rápidas e constantes transformações sociais as memórias enquadradas e ditatoriais foram perdendo seu poder. O afastamento e a ruptura dessas memórias gerou uma necessidade de intensificação dos lugares de memória. De acordo com Nora (1993) os lugares de memória surgem por causa de um apagamento das memórias individuais e coletivas.

Em uma época pós-moderna de escassez de memória os resquícios desta resguardam-se em monumentos, museus, arquivos e patrimônios. Para que exista e sobreviva a memória tem que pertencer a um grupo vivo de pessoas que, através de objetos mnemônicos e da

herança de seus antepassados mantém suas memórias, constituídas por lembranças e esquecimentos. Em contrapartida Nora observa que estes objetos mnemônicos e lugares de memória podem ser, ao invés de pontes de recordação, artefatos históricos.

Se habitássemos ainda nossa memória não teríamos a necessidade de consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. [...] Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (1993, p. 8)

Enquanto a memória é vivida no presente, repleta de vida e constituída por grupos de pessoas que a mantem, formada a partir de lembranças e esquecimentos, a história é a reconstrução e representação problemática e incompleta do passado.

Constituída e conservada por grupos de pessoas a memória pertence a todos e a ninguém. Pode ser coletiva, individual ou plural e enraíza-se em objetos, lugares, imagens... A história por sua vez constitui-se a partir da análise crítica de fatos e evoluções temporais.

Se a memória coletiva foi utilizada em um passado próximo como um importante fator para a constituição de identidades regionais e nacionais bem com de uma cultura nacional atualmente com o advento da pós-modernidade e com a construção crítica da historiografia surgiu-se um processo contrário de desidentificação da memória.

Se outrora a memória foi utilizada para alienar através de um sentimento forçado e idealizado de identificação e nacionalismo em um Estado-Nação, na crise dos anos 30 do século passado este Estado foi substituído pelo Estado-Sociedade e os esforços demandados ao nacionalismo mudaram para a sociedade em si mesma. Liberando a sociedade de um Estado-Nação e de uma identificação nacional esvaziou-se também o processo pedagógico de transmissão de valores nacionais.

Dessa forma os indivíduos deixam de ser enquadrados em uma perspectiva de constituição de identidades nacionalistas e passam a ser considerados como cidadãos de uma sociedade crítica e reflexiva. Os lugares históricos e lugares de memória perdem então sua necessidade de imposição de identificação nacional.

[...] de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o fim de uma tradição de memória. O tempo dos lugares, é esse momento precioso onde desaparece um olhar de uma história reconstituída. Aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma

herança consolidada, por outro. Dinâmica interna do princípio crítico [...] os lugares de memória são, antes de tudo, restos. (NORA, 1993, p. 12).

No Estado-Nação as memórias coletivas são a base substancial dos museus e monumentos e são enquadradas em uma perspectiva de construção de identidades nacionalistas. Se outrora as memórias coletivas eram manipuladas em prol de um nacionalismo, no Estado-Sociedade a importância das memórias na preservação de monumentos e patrimônios é diminuída e esvaziada e a criticidade histórica ganha destaque. Nesta perspectiva a preocupação com constituição de identidades também diminui e a inquietude volta para a reconstituição do passado pelo olhar da história.

Os lugares de memória são provas de que não há memória espontânea e os museus, arquivos, patrimônios e celebrações são veículos responsáveis pela construção dessas memórias. “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória.” (NORA, 1993, p. 13).

Estes lugares preservam uma memória que já não mais habitamos, são segundo Nora (1993) semi-afetivos, uma vez que não despertam mais convicções militantes nem apaixonadas, mas preservam algo simbólico.

O património é um objeto de ancoragem da memória. É a representação física de um tempo passado. Da vida de quem o constituiu, usufruiu e preservou. São objetos mnemónicos que conservam “[...] elementos do passado inextricavelmente mesclados com significações do presente” (GUILLAUME, 2003, p. 72).

Nesse sentido [...] a memória surge como um processo diferencial de valorização e apagamento, de recordação e esquecimento.” (GUILLAUME, 2003, p. 72). Os patrimônios são referências palpáveis do tempo decorrido, é a forma como os preservamos e rememoramos e sobretudo o que escolhemos manter e salvaguardar do passado que despertam sentimentos de identificação e pertença. São testemunhos e indícios que reavivam laços sentimentais e aludem ao passado. Assim como as memórias os patrimônios possuem importância social quando reconhecidos por um determinado grupo de pessoas.

O património histórico-cultural surge a partir de uma ideia de herança. Uma herança material e imaterial que carrega traços dos hábitos e culturas dos povos que antecederam uma região e construíram a história deste lugar. Como uma ponte para o passado o património

cultural é um testemunho vivo das ações e ideologias de nossos antepassados, que foram constituindo, com o passar dos anos, as cidades presentes.

A ligação entre património e memória deve ocorrer a partir de uma leitura afetiva. O diálogo entre estes torna possível a integração da contemporaneidade com o passado. Através da relação memória, património e história é possível gerar valor e engrandecer os bens culturais, destacando sua importância para os locais em que existem e para as pessoas e sociedades que neles convivem.

E se todo o monumento é traço do passado, consciente ou involuntariamente, a sua leitura só será ressuscitadora de memória se não se limitar à perspectiva gnosiológica e “fria” (típica da leitura patrimonial e museológica), e se for mediada pela afetividade e pela partilha comunitária com outros. (CATROGRA, 2001, p. 25)

Através do diálogo entre o presente e o passado, o património e a memória, diminui-se o distanciamento entre o sujeito e o objeto e potencializa-se a rememoração, a recordação e as comemorações impregnando-as de significado. É a partir dessa relação que se desenvolvem práticas simbólicas e comunicativas em um processo de identificação e pertença.

A educação patrimonial possibilita que a recordação não se desfaça em simples avãs imaginações mas que, pelo contrário, através da de um trabalho de rememoração, releitura e reinterpretação espacial se conectem recordações com a realidade espacial, organizando as lembranças, ideias e a história e gerando significado às pessoas e grupos envolvidos nessas recordações.

Segundo Catrogra (2001, p. 25)

A mediação espacial do traço surge, portanto, como condição necessária para que a recordação não degenera em exclusiva imaginação e para que, ao ser apelo para a representificação, seja também enunciação ordenadora do caos e da descontinuidade eventuel, doando sentido à vida dos indivíduos e dos grupos em que aqueles se integram.

Segundo este autor, através da educação patrimonial é desenvolvido, para as lembranças, uma base sólida na realidade espacial. Estes lugares de memória trazem à tona recordações do passado, organizam-nas e as sustentam em vestígios concretos do passado.

Se o monumento e o patrimónios são símbolos vivos do passado, apenas a sua leitura e recordação analítica é capaz de gerar significados. No entanto o alcance desse objetivo só ocorrerá quando essas leituras contextualizadas confrontem e indaguem não apenas o que está posto, mas também o que foi ocultado e omitido na constituição de sua historiografia e no processo de preservação de suas memórias.

Repletas de patrimónios as cidades mantêm viva as memórias do passado. Constituídos inicialmente com caráter funcional os monumentos são preservam ao longo do tempo ao possuírem importância para a região. Através da classificação, registro e salvaguarda, os patrimónios persistem ao longo dos séculos.

Uma das edificações mais antigas da cidade de Faro são as Muralhas. Construídas e reconstruídas ao longo de sua história as fortificações delimitam a região da cidade velha preservando testemunhos do seu passado. Desde seu princípio até os dias de hoje a cidade recebe imigrantes e turistas do mundo inteiro constituindo-se em uma grande teia de relações interculturais.

Tendo sofrido inúmeros ataques de origem humana ou natural e pertencendo a diferentes autoridades e culturas as Muralhas de Faro modificaram-se muito ao longo do tempo. Passando por um grande período de desvalorização e depreciação até ser considerada património algumas de suas características e histórias foram perdidas.

A edificação só foi considerada Imóvel de Interesse Público e declarada património no ano de 1993. Nos finais do século XX e início do século XXI iniciam-se então os projetos de recuperação da Muralha e de reavivamento de sua valorização histórico-cultural.

Nesta pesquisa a questão que busco analisar é referente às atividades de educação patrimonial desenvolvidas com a Muralha de Faro e a sua importância nos processos de percepção e de valorização deste bem edificado. Foi necessário também compreender como ela está inserida no contexto cultural da cidade e da paisagem geográfica, a fim de procurar estratégias para potencializar a valorizar este património, ampliando as relações entre a modernidade e o passado.

Como educadora compreendo o processo de educar para além da transposição de conhecimentos e propagação de ideias e acredito em uma educação baseada no pensamento crítico e na inclusão. O património pode ser um espaço de uma educação plural e a alfabetização patrimonial tem o poder de possibilitar uma formação social inclusiva em uma sociedade intercultural, possibilitando dessa forma processos de identificação, quebra de estereótipos e a compreensão de múltiplas histórias. “A solidariedade social e política de que

precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância.”. (FREIRE, 2016, p. 42,).

A educação patrimonial é uma ferramenta capaz de reverter os processos de nacionalização que foram atribuídos aos patrimónios no século passado e ressignificar os valores que lhe foram atribuídos. Se outrora os patrimónios e monumentos eram guiados por processos monoidentitários, na atualidade investe-se na valorização multi-identitária e democrática de interculturalidades capacitando a inclusão de “atores e grupos historicamente ausentes ou silenciados das/nas ações estatais” (SILVA, 2015, p. 209).

Dessa forma o objetivo desse trabalho é compreender como se pode valorizar a Muralha de Faro, tornando a sua importância reconhecida pelos habitantes da cidade. E os objetivos específicos visam analisar estratégias de alfabetização patrimonial e movimentos de sensibilização patrimonial para compreensão, por parte da comunidade, das relações da modernidade com o passado e dos processos de identificação e pertença.

O presente trabalho está articulado em 7 capítulos. No segundo capítulo intitulado “Objeto de Estudo: As Muralhas de Faro” inicio a escrita lembrando a evolução histórica da cidade de Faro, situando-a em um tempo e espaço. Em seguida realizo um recorte para a evolução histórica da Muralha no qual escrevo sobre as etnias e culturas que constituíram este local. Por fim escrevo sobre a arquitetura da Muralha, sua construção e intervenções.

No terceiro capítulo escrevo sobre património e identidade desenvolvendo relações entre preservação patrimonial, os processos de identificação social, globalização e pós-modernidade. As discussões apoiam-se em autores como Bauman (2013), Hall (2019) e Mendes (2012).

O quarto capítulo intitulado “Legislação, Preservação e Educação Patrimonial” é elaborado de acordo com legislações nacionais e internacionais de preservação do património. Traz também a educação patrimonial como forma de preservação destes bens culturais e algumas iniciativas políticas de educação patrimonial em Portugal. Para isso refere-se a órgãos como a UNESCO, DGPC e DGE. Possui como referencial teórico a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas e a Lei de Bases do Património Cultural N° 107 (08/09/2001). Os autores utilizados para estes assuntos são: Silva (2018), Pinto (2015), González-Monfort (2019) e Saballa (2007).

No quinto capítulo é apresentada a metodologia de pesquisa: um estudo de caso que analisa as representações da Muralha de Faro e tem como intenção perceber as relações

estabelecidas entre a comunidade e este património cultural. O método de investigação se desenvolve a partir conceito da bricolagem. Foram aplicadas análises documentais em alguns anais de Faro e elaboradas entrevistas compreensivas (com profissionais da área patrimonial) com o intuito de conhecer as atividades de educação patrimonial desenvolvidas para com este património, bem como as expectativas dos entrevistados quanto as futuras ações de preservações patrimonial.

No sexto capítulo apresento a análise de dados. Com o intuito de compreender o valor simbólico da Muralha de Faro e o trabalho de educação patrimonial desenvolvido com este bem cultural, a análise foi estruturada em duas categorias: “Análise dos Anais” e “Análise dos Entrevistados”. Na análise dos Anais foram examinados 4 artigos publicados sobre as Muralhas de Faro (Nº XVII de 1987), (Nº XX de 1990), (Nº XXXIII/XXXIV de 2003/2004) e (Nº XXXV/XXXVI de 2005/2008). Na análise dos entrevistados foram observados os sentimentos de pertença e o trabalho de educação patrimonial desenvolvido com a Muralha bem como as expectativas de preservação deste património. Através desta análise, buscou-se destacar as contribuições da educação patrimonial para a construção dos processos de identificação da comunidade e o valor simbólico da Muralha de Faro, possibilitado assim, uma aproximação da sociedade com suas histórias e memórias, calcadas sempre a partir de uma perspectiva de respeito e valorização.

Termino este trabalho apresentando as considerações finais, nas quais revisito conceitos previamente abordados nos capítulos anteriores. Com base nos dados empíricos obtidos durante esta pesquisa, elaboro reflexões sobre as conexões estabelecidas entre património e educação. Considerando que a pesquisa, a aprendizagem e o processo educacional são contínuos, coloco novas questões com o objetivo de fomentar futuras investigações sobre este tema.

CAPÍTULO II

2. OBJETO DE ESTUDO: AS MURALHAS DE FARO

Remontar um passado longínquo, a fim de reconstituir sua historiografia, encaixando as peças de um quebra cabeça de figura desconhecida, assente numa narrativa construída com métodos científicos, não é uma tarefa fácil ou simples. Assim como a maior parte dos sítios pertencentes ao Algarve, as origens da cidade de Faro são confusas e pouco esclarecedoras.

Formada por diferentes povos e momentos Faro constituiu-se a partir de um encontro de culturas além-mar que, com o passar do tempo e de necessidades específicas, se foram adaptando à realidade local.

Sendo uma região de cultura ribeirinha a cidade de Faro foi edificada desde o princípio em uma economia comercial marítima de vendas e trocas de produtos no Mediterrâneo. O primeiro núcleo de pessoas que se instalaram na cidade foi um pequeno grupo de pescadores que ocupavam o que hoje é conhecido por Vila-Adentro.

Conhecida inicialmente por Ossóbona¹ a cidade foi submetida ao domínio de diversos grupos étnicos desde sua colonização Pré-Romana de provável origem ibérica ou fenícia até sua colonização Romana, Islâmica e Cristã. Com uma história que se inicia por volta do século VIII a.C a região foi edificada a partir de diferentes culturas, histórias, crenças e objetivos.

Constituída por muitos patrimónios, a cidade de Faro carrega testemunhos histórico-culturais de várias épocas. Através da preservação patrimonial da Vila-Adentro se pode ter conhecimento hoje, de civilizações dos séculos passados.

De forma material e imaterial os patrimónios singularizam e traduzem as histórias e culturas da cidade. Mais do que isso são uma ponte entre as velhas e novas profissões, geram riqueza e promovem distinção e desenvolvimento da cidade (MANUEL, 2006, p. 6).

Com o poder de unificar culturas e guardar memórias os patrimónios histórico-culturais são potencialmente um espaço de pertença da comunidade, possibilitando diversas interpretações sobre a personalidade cultural do território.

¹ Estudos apontam a ligação de Faro à antiga cidade de origem Pré-Romana denominada Ossónoba, tema que, apesar de hoje fixado, foi controverso entre estudiosos.

2.1 A evolução histórica da cidade de Faro: das origens a sede episcopal.

“Não fugindo à regra do que sucede com as povoações muito antigas, o passado remoto da Cidade de Faro está cheio de lacunas e a sua história só por suposições terá de ser interpretada.”

(CALLIXTO, 1987, p. 124)

A região onde hoje se encontra a cidade de Faro foi desde seu princípio um local de terras produtivas, com acesso ao mar e com bons locais de ancoragem. Devido à sua geomorfologia a região, inicialmente denominada de Ossónoba, surgiu provavelmente como um entreposto comercial, devido à sua facilidade de navegação e riqueza de recursos agrícolas e marítimos.

Segundo o professor José António Pinheiro e Rosa (1985), da Academia Portuguesa de história em seus primórdios a região era habitada por um pequeno núcleo de pescadores concentrando-se onde hoje se localiza a Vila-Adentro.

Esses grupos de pescadores instalaram-se na região principalmente devido a possibilidade de comércio além-mar e eram transitórios, indo e vindo de acordo com as necessidades do comércio.

É provável que esses pescadores tenham sido desalojados da região por navegadores fenícios e cartagineses que, por volta de 800 a.C., na procura por bons portos e terras produtivas no sul da Península Ibérica encontraram na região um bom local para se estabelecerem.

Aqui estabeleceram uma povoação, de habitantes predominantemente transitórios, que vinham e iam conforme as contingências do comércio, havendo alguns que se fixavam e davam continuidade ao povoado. Necessariamente se juntariam aborígenes, celtas, iberos, celtiberos, turdetanos. (ROSA, 1985, 39).

Estes povos buscavam desenvolvimento económico através do comércio marítimo. É provável que tenham criado uma feitoria em Faro, possibilitando assim o desenvolvimento económico e social da região.

[...] A ela chegavam e dela partiam navios. O seu território era abundante em uvas e figos, dos quais seria feito o grande comércio. Estava provida de um estaleiro de construção para as frotas. Em frente ao

mar, havia ilhas (no plural) onde cresciam pinheiros. Estava, portanto, em franca formação a <ria de Faro> [...]. (ROSA, 1990, p. 14)

Ossónoba desenvolveu-se de forma económica, cultural e social até à chegada dos primeiros romanos à região, no século II a.C. Segundo estudiosos árabes, latinos e gregos a romanização da cidade foi desenvolvida por cima da urbe já existente, preservando vestígios primitivos da sua história.

Sendo um dos centros portuários da Hispania, Ossónoba foi escolhida no século I a.C, sob domínio romano, como cidade-capital do Algarve. Rica em produtos e construída junto ao oceano a cidade era famosa pelo comércio. De carácter antigo e grandeza considerável foi amuralhada por necessidade de segurança e sinal de status. De acordo com LOBO “Sob o ponto de vista militar, o prestígio é um dos componentes do potencial de combate e uma muralha é sempre um fator de segurança e controlo.” (2006, p. 42).

Segundo o professor José António Pinheiro e Rosa (1985) os romanos ficaram na região até o século V quando esta passou a ser de domínio dos visigodos. Penetrando o Império Romano com suas migrações estes substituíram o domínio romano na Hispânia até à tomada do poder muçulmano, no século VIII. Em seu domínio alteraram o nome da cidade para Santa Maria de Ossónoba.

No século V, irromperam os Bárbaros. Os Vândalos, com força demasiada, meteram-se ao mar e foram para a África. Mas os Visigodos, menos impetuosos, instalaram-se e também aqui em Ossónoba. Aqui estava fundada uma diocese da Virgem Maria, que entronizaram nas suas Muralhas e cujo o nome incrustaram no da cidade. Santa Maria de Ossónoba. E por três séculos aqui estiveram. E deixaram vestígios: capitéis, colunas e outros ornamentos, a Catedral, exageradamente descrita por escritores árabes, a ponto de influenciar sonhos de cónegos do século XX! (ROSA, 1985, p. 40).

Entretanto, de acordo com Teresa Gamito (1996), a região do Algarve possuiu também um domínio bizantino, ainda que por um período extremamente curto de tempo, cerca de 70 anos (de 554 a 624).

O domínio bizantino ocorreu a partir de um tratado de paz com os visigóticos e que permitia a conquista de territórios mais a ocidente da península ibérica. Dessa forma segundo

Gamito (1996) a ocupação bizantina no extremo ocidental estendeu-se de Évora (norte) ao Algarve (sudoeste) e Málaga (sul).

Num primeiro momento de fixação, é provável que os Bizantinos tenham aproveitado as estruturas e edifícios já existentes da Muralha, deixando para mais tarde reestruturações que de momento não poderiam ter implementado. Além disso os Bizantinos eram também de origem romana, o que dificultava a identificação de sua autoridade, dessa forma “[...] não traziam consigo traços distintivos tão claros que permitissem uma identificação rápida e segura [...]” (GAMITO, 1996, p. 261).

No século VIII os árabes chegam à região de Faro, no entanto pouco se sabe sobre os primeiros anos do período de islamização do Gharb al-Andalus. Somente a partir dos séculos IX/X é que começam a surgir estudos sobre o período islâmico em Faro. “O período de islamização do Gharb foi ignorado ou simplesmente “apagado” ao longo do tempo, quer pelos homens, quer pelos efeitos da erosão, poucos vestígios nos restam de um período tão marcante na nossa cultura.” (SOUZA, 2003/2004, p. 105).

De acordo com ROSA (1985) no ano de 1031 o príncipe Mohammed Ben Said Ben Hárun mudou novamente o nome da região para Santa Maria de Ibne Hárube. A denominação da cidade alterou-se algumas vezes até chegar ao da atualidade passando por Hárune, Faron, Fárão e finalmente Faro.

A cidade de Faro foi o último ponto de resistência da mouraria na região do Algarve. No ano de 1245 D. Afonso III assume o reinado de Portugal e retoma os esforços iniciados por seu avô D. Sancho I na conquista do Algarve. Nesta época a região de Faro pertencia ao poderio muçulmano tendo como comandantes o Alcaide-Mór e o Almoxarife.

No ano de 1249 a povoação é cercada, rende-se e passa ao domínio português. Existem poucos estudos contemporâneos sobre a conquista de Faro. As mais relevantes versões sobre o assunto são “A crônica da conquista do Algarve” manuscrito anônimo datado de 1357; “A crônica de El-Rei D. Afonso III” de Rui de Pina (1497); a “Crônica dos Reis de Portugal” de Duarte Nunes do Lião (1677); e as pesquisas e estudos de Baptista da Silva Lopes (1848) e Alexandre Herculano (1849), entre outros.

Embora alguns mouros tenham continuado a viver em Faro, pagando ao rei D Afonso III os mesmos foros que pagavam em época de domínio islâmico ainda assim a região permanecia pouco povoada e, segundo Rosa (1990), em 1250, foram tomadas medidas protetoras de repovoamento do local.

Em 1266 é redigida uma carta monárquica que regulamentava a administração das terras conquistadas em Faro e em 1269 outro foral aos mouros que ficaram residindo na vila.

No ano de 1491 o rei D. João II doa à sua esposa, Rainha D. Leonor de Lencastre, a vila de Faro e esta torna-se então a primeira donatária da região. Esse fato contribui para o crescimento económico e a importância dessa região o que passa a ser um dos motivos da transferência da sede episcopal para Faro.

Faro pertencia ao bispado do Algarve e no ano de 1537, o Bispo D. Manuel de Souza solicita a transferência da Sé para Faro e esta é autorizada dois anos depois, em 1539. Nesse período Faro era o segundo território mais populoso da região do Algarve o que facilitou a promoção, no ano de 1540, de vila para cidade. Em 1577, 40 anos após a solicitação, a sede episcopal é efetivamente transferida para a cidade de Faro.

No século XVI a cidade de Faro contava com aproximadamente 2000 habitantes. Sendo um território ribeirinho a economia da região baseava-se na pesca, na lavoura e no comércio de mercadorias.

2.2 Evolução histórica da Muralha

Os cenários da cidade foram fortemente modificados ao longo do tempo. Um dos mais marcantes e icônicos monumentos que carregam testemunhos e histórias dos povos e culturas que passaram por essa região e modificaram seu desenvolvimento e expansão é o sistema defensivo da cidade, concretamente a Muralha de Faro.

Figura 1 - Vista aérea da Muralha de Faro



Fonte: (LOBO, 2006, p. 43)

A Muralha de Faro é uma cerca urbana militar constituída como um antigo sistema defensivo da cidade que mantém um carácter medieval. Preservada ao longo dos séculos a Muralha carrega resquícios do passado que contam a história da região.

Para além de toda a importância que carrega para a região a Muralha de Faro também preserva em seu ambiente interior a zona da Vila-Adentro, resguardando a arquitetura da parte mais antiga da cidade “e que atravessou a história ao ser reformada vezes sem conta”. (LOBO, 2006, p. 42).

Devido à antiguidade das fortificações, as inúmeras restaurações e a falta de documentos que comprovem sua idade, bem como as muitas mudanças culturais que sofreu não é possível datar o início de suas construções. Edificada inicialmente sobre aterros de terrenos pantanosos da ria a Muralha foi iniciada e posteriormente modificada e alargada por influências romanas, árabes e cristãs.

Segundo Neto (1991) e Giebels (2005)² é provável que a região onde hoje se localiza a cidade de Faro tenha começado a ser fortificada ainda na Idade do Ferro. Desta forma é possível que na altura em que os romanos chegaram, este território já seria fortificado, sendo a partir de então construídas novas adaptações e alargamentos na Muralha.

De acordo com Teresa Gamito (1996) o domínio e controle de uma região por um povo conquistador não implica necessariamente na completa substituição de uma população por outra. O que geralmente acontece é a mudança da elite dominante com o apoio de um exército poderoso. O reforço das defesas militares era uma das primeiras preocupações para um povo conquistador a fim de manter do domínio da região conquistada. Nessa perspectiva é compreensível que a Muralha de Faro não tenha sido edificada por um único povo, mas sim alterada e reforçada por seus sucessivos conquistadores territoriais.

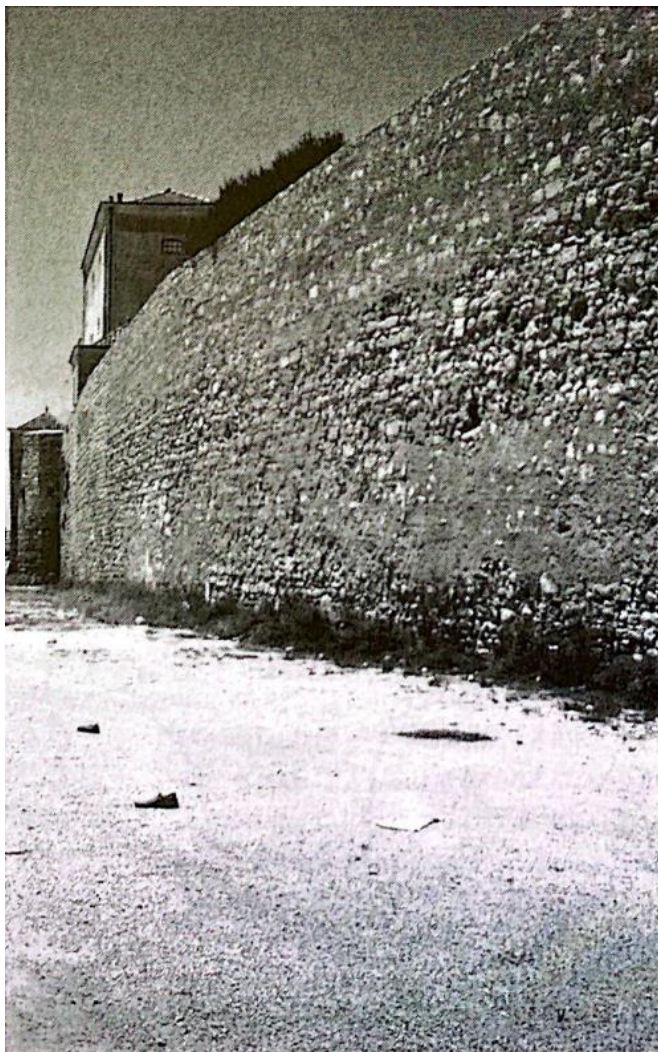
Em época de dominação romana a Muralha de Faro não foi edificada com um caráter defensivo, mas sim por uma questão de prestígio e valorização da urbe.

[...] é ainda possível observar nos panos da muralha e nos torreões mais antigos a feitura romana, especialmente nos seus torreões arredondados de observação e controlo. Trata-se assim de uma construção típica romana do século I/II d.C., época em que as cidades romanas da Hispânia se revestem de muralhas com uma certa monumentalidade, constituindo mais um sinal de prestígio e de força, do que expressão da sua funcionalidade e de necessidade. (GAMITO, 1996, p. 260)

Segundo Teresa Gamito (1996) muitas partes da Muralha exibem, resquícios de uma estrutura uniforme, construída com pedras cuidadosamente cortadas, que se transformam em blocos menores, com um acabamento mais rudimentar, unidas com argamassa de estilo romano. A Muralha também é constituída por torres arredondadas comuns nas construções romanas, localizadas em pontos de viragem ou em extensões mais longas.

² Artigo da Direção Geral do Património Cultural, escrito por João Neto no ano de 1991 e atualizado por Daniel Giebels em 2005. NETO, João; GIELBES, Daniel. Fortaleza de Faro / Cerca Urbana de Faro. In: SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Portugal, 2005. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1316. Acesso em: 05 jun. 2023.

Figura 2 - – Pano de Muralha sobre o Largo de S. Francisco



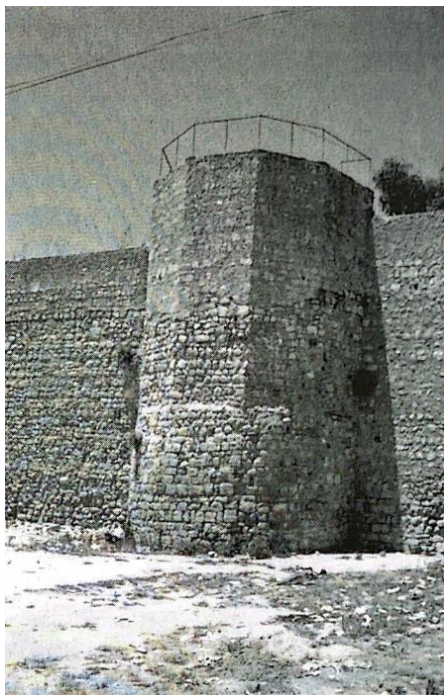
Fonte: (GAMITO, 1996, p. 266)

A presença Bizantina é perceptível nas Muralhas não de um modo forte e imponente, devido ao curto período de dominação, mas discreto, efetivo e funcional (GAMITO, 1996). No lado leste, que corresponde ao atual Largo de S. Francisco, o sistema defensivo da cidade oferece o melhor acesso por terra. Entre os anos de 552 a 624 são construídas a torre do Castelo no Largo de São Francisco e outras duas fora do Castelo. “A base da torre é semicircular e a restante parte polifacetada precisamente por ter sido reconstruída durante o período de domínio bizantino no sul da Península Ibérica.” (Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 2).

Segundo Gamito (1996) as torres heptagonais e octogonais são traços distintivos das construções defensivas bizantinas. Nessa área, todos os torreões defensivos da época romana, que costumavam ser semicirculares e projetados para fora das muralhas, permitindo defesa eficaz em várias direções, parecem ter passado pelo mesmo tipo de reforço e expansão: a face

externa arredondada é subitamente substituída por uma forma heptagonal, que era característica dos Bizantinos.

Figura 3 - Torreões do pano da Muralha do Largo de S. Francisco



Fonte: (GAMITO, 1996, p. 267)

Segundo Teresa Gamito (1996), algumas pedras gravadas, capitéis de colunas e pedras tumulares atestam a passagem de ocupação Bizantina para Visigótica. De acordo com essa autora ao observar atentamente a estrutura da Muralha é possível perceber que ela sofreu um fortalecimento abrangente antes da ocupação islâmica.

A ala oeste da muralha se estendia diretamente até a beira da ria como uma entrada direta pela água para a cidade. eliminando assim a necessidade de uma defesa tão elaborada. Isso ocorria porque o controle da cidade a partir do lado marítimo era suficiente.

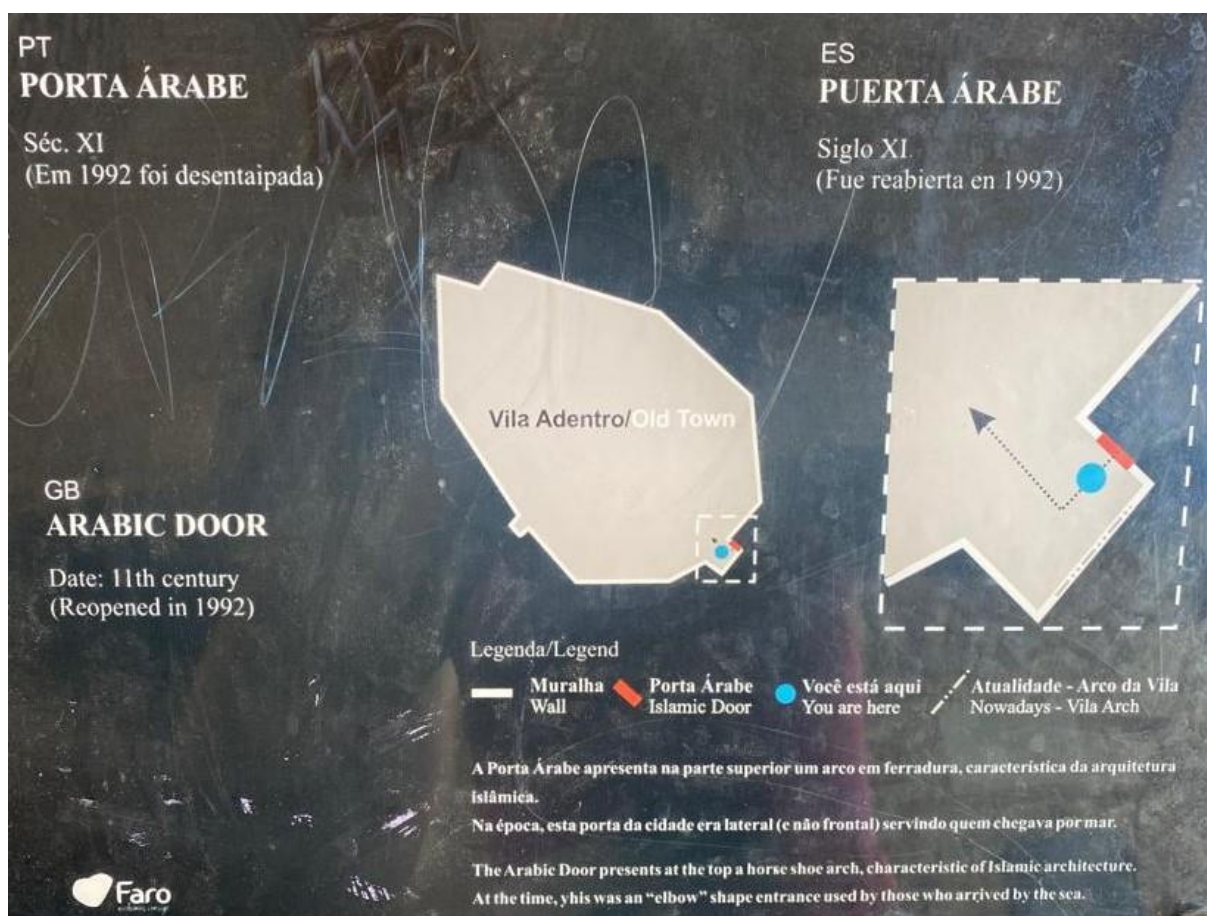
Segundo Gamito (1996) o sistema de barbacãs avançadas, que protegia as entradas da cidade, foi introduzido durante a época islâmica e ainda é predominante nas portas da cidade, como o Arco da Vila, ao norte, e o Arco do Repouso, a leste. No entanto, é possível que esse sistema já tenha sido empregado durante a época romana.

Em 870 a maior parte da Muralha é reconstituída e alargada, já sob domínio dos árabes. “[...] a construção desta deve-se ao príncipe Ben Bekr, sucessor de Yahia Ben Bekr, possivelmente construída sobre uma pré-existente Romana, Visigótica ou mesmo Bizantina”

(Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 2). Neste período os acessos às fortificações foram fechados por portas de ferro chapeadas.

No séc IX é construída a alcáçova árabe (castelo)³. A fortaleza era formada então por uma alcáçova, uma cerca amuralhada, 4 portas e 1 postigo. No século XI é construído o arco em ferradura posto em cotovelo com acesso ao antigo porto de abrigo. O arco se conserva até à atualidade no interior da Vila-Adentro.

Fotografia 1- Arco em ferradura



Fonte: Mapa da porta Árabe, localizado no interior do Arco da Vila (2023).

Após a conquista do território pelos portugueses, no ano de 1250 as Muralhas e as torres são reparadas por ordem do rei D. Afonso III. Em 1266 o rei concede a Faro a carta de foral e ordena reedificar a fortaleza. Dessa forma cerca-a de altas Muralhas com muitas torres.

³ Segundo artigo da Direção Geral do Património Cultural, escrito por João Neto no ano de 1991 e atualizado por Daniel Giebels em 2005.

No ano de 1373 o castelo é entregue aos cuidados de Nuno Goncalves Velho e este transforma-o em torre de menagem⁴.

Segundo Rosa (1985) Faro sofreu três sismos, nos anos de 1504, 1531 e 1587 que devastaram a cidade e abalaram as estruturas das fortificações. Entre estas datas, no ano de 1540, foi concedido a Faro o título de cidade e, a mando do rei D. João III, suas fortalezas foram restauradas.

Alguns anos mais tarde, em 1596, as Muralhas são novamente abaladas, dessa vez, devido ao assalto das tropas inglesas a mando do Conde de Essex. “Anoiteceu em Portugal com o domínio espanhol. Os inimigos da Espanha começaram a ser nossos inimigos. E foi por isso que o conde de Essex veio saquear e incendiar Faro.” (ROSA, 1985, p. 41).

Logo após o ataque, as fortificações foram restauradas e sua artilharia foi renovada e adaptada. O arquiteto Alexandre Massay projetou uma remodelação no sistema defensivo da cidade com mais 17 plataformas de artilharia na Muralha fixadas nas torres medievais.

O recinto de Faro tinha, de acordo com Massay, já três “baluartes”, dois dos quais a plataforma quadrada, com cerca de 40 metros de lado. O Baluarte de São Jorge, anexo ao Castelo, estava artilhado com nove peças e um berço, e o de São Sebastião com três peças. A maior parte da artilharia estava desmontada porque a madeira dos reparos tinha curta duração ao ar livre, problema crónico em Portugal, devido ao clima, o de maior acção solar em toda a Europa. A única solução era colocar a artilharia em telheiros, o que foi feito mais tarde (LOBO, 2006, p. 46).

Entre os anos de 1617 a 1618 é encomendado a Alexandre Massay (engenheiro militar Italiano), por ordem do 8º Governador Militar do Algarve, um levantamento das fortificações desta região fazendo a primeira planta da Muralha (de que se tem conhecimento).

Em 1621 o Alexandre Massay aponta a necessidade de abrir a Porta do Mar (que se encontrava fechada) com um revelim⁵ junto a ela. No entanto essa obra não foi realizada por este engenheiro. Em 1630 a Porta Nova é aberta.

⁴ S. f. Torre principal de uma fortaleza onde se celebravam os atos de investidura do governador ou castelão, e em que ele jurava defender o soberano e a fortaleza

⁵ S. m Construção externa de duas faces, que formam ângulo saliente, para defesa de cortina, ponte etc., nas fortificações.

Em 1640 foram derrubadas algumas ameias e torres a fim de igualar a altura dos muros e implantar bocas de fogo.

[...] foram derrubadas as ameias de algumas torres para que se igualassem em altura com os muros dos panos de muralha, possibilitando a implantação das bocas de fogo; foram assim acrescentadas as baterias do lado do mar e alguns baluartes, assim como uma nova cintura de Muralhas ; após a revolução, foi restaurada com obras de tipo abaluartado, criando redutos e baterias voltadas ao mar. (Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 3)

No ano de 1644 novas obras são feitas nas Muralhas com o objetivo de adaptá-las às necessidades de defesa da cidade. Quase uma década depois, em 1653, o engenheiro Pedro da Santa Colomba, a pedido do príncipe D. Teotónio, constrói um relatório sobre a importância da praça de Faro tanto pela pesca como pelo comércio. Neste relatório ele expõe a alta necessidade de renovação e atualização da estrutura defensiva da cidade e a construção de um forte de defesa com quatro baluartes.

Em 1654 o Conde de Val de Reis manda reparar as Muralhas e adapta-las a nova artilharia, com atenção especial aos baluartes de São Jorge e de São Sebastião. Assim os muros foram rebaixados, criaram-se parapeitos de serventia e construiu-se grande parte do fosso da Muralha. Nesta época iniciou-se também a construção da fortaleza da barra, chamada futuramente de Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro.

As reparações e adaptações da Muralha já estavam quase concluídas no ano de 1664 e em 1709 o arco da entrada da porta do Arco do Repouso é entaipado pela Câmara Municipal de Faro. Após todas essas adaptações, em 1 de novembro de 1755 um forte terremoto abala toda a cidade. Grande parte da Muralha é danificada assim como as torres e baluartes. Entre os anos de 1773 e 1779 as portas de entrada da Muralha sofrem alterações.

No século XVIII é construído o quartel adossado ao castelo medieval e já no final deste mesmo século as Muralhas perdem seu valor de defesa militar. No século XIX as Muralhas são modificadas “[...] algumas das intervenções penalizaram fortemente a identidade do castelo; é aberto um vão entre as torres barbacãs da Porta do Repouso.” (Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 3).

Em 1812 o Bispo D. Francisco Gomes do Avelar manda construir o Arco da Vila, em substituição a uma das antigas portas da cidade. A porta que possuiu o nome de Nossa Senhora entre Ambas-as-Águas, foi construída com um arranjo neoclássico projetado por

Francisco Xavier Fabri entre os séculos XVIII e XIX. “[...] é um imenso portal que hoje glorifica a entrada e sacraliza o espaço, num casamento perfeito das várias arquiteturas que ali se articulam.” (LOBO, 2006, p. 44).

Fotografia 2 - Arco da Vila



Fonte: A autora (2023).

Pouco a pouco, a Muralha foi perdendo todo o seu caráter militar e passou a ser abandonada pelas autoridades. No ano de 1849 iniciaram-se as construções de casas particulares oitocentistas, adossadas à Muralha.

Figura 4 - Casas adossadas a Muralha



Fonte: Departamento de Infraestruturas e Urbanismo da Câmara Municipal de Faro (2023).

Em 1871 o castelo é transformado em depósito de afarroba. No ano e 1897 algumas frações do antigo quartel são arrendadas e instala-se no local uma fábrica de álcool. No final deste mesmo século é construída a Linha de Ferro, circulando a Muralha e impedido a chegada da água, por parte do mar, às Muralhas (Neto, 1991, Giebels, 2005).

Em 1911 devido a um projeto denominado “estrada de circunvalação” parte da Muralha foi ameaçada de destruição. Poucos anos seguintes em 1923 parte da Muralha é realmente degradada para prolongamento da via, com o intuito de facilitar o acesso à fábrica de álcool.

[...] foi necessário rasgar a muralha a S. para a abertura de uma via larga para os transportes de grandes dimensões, fazendo actualmente a ligação entre a Rua do Castelo e o Largo S. Francisco; foi demolido um troço de 8,15 metros de comprimento; interrompeu-se, desta maneira, o caminho de ronda que ainda se conservava; (Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 3).

Fotografia 3 - Rombo na Muralha



Fonte: A autora (2023).

Entre os anos de 1931 a 1940 foi construído sobre o antigo castelo a Fábrica da Companhia Produtiva de Malte e Cerveja Portugália ocupando o espaço da antiga fábrica de álcool “[...] adulterando-se profundamente os torreões e os panos de ligação à Vila-Adentro [...]” (Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 4).

Em 1940 é realizado uma restauração completa das portas da Vila-Adentro “[...] compreendendo a substituição de cantarias, limpeza e refechamento de juntas; restauro e limpeza de uma torre na antiga Muralha, hoje transformada em torre sineira da Sé.” (Neto, 1991, Giebels, 2005, p. 4).

No ano de 1967 inicia-se a demolição de prédios adquiridos adossados à Muralha para respectiva recuperação desta. Em 1969 novamente um sismo atinge a cidade e são necessárias obras de reparação da Muralha bem como a construção em alvenarias hidráulicas de cortinas e merlões, viradas para o Largo de São Francisco.

Entre os anos de 1971 a 1986 outras casas particulares adossadas à Muralha são compradas pelo governo e destruídas para restauração da estética visual das Muralhas, bem como reconhecimento e valorização das mesmas. Nos anos de 1983 e 1986 são feitas novas reparações de rombos e realiza-se o fechamento de juntas. Já em 1992 mais algumas obras de recuperação são realizadas.

No dia 30 de novembro de 1993 as Muralhas foram classificadas como Imóvel de Interesse Público através do Decreto n.º 45/93, DR, 1.ª série-B, n.º 280 tornando-se um marco histórico-cultural passando sua utilização a ser de carácter cultural e recreativo.

Em 05 de dezembro de 2007 a DRC Algarve desenvolveu uma proposta ZEP para este imóvel em conjunto com o Núcleo Histórico de Faro. Em 23 de maio de 2008 foi construído o Parecer do Conselho Consultivo do IGESPAR relativo à ZEP e em 15 de novembro de 2010 foi então desenvolvida uma Proposta da DRC Algarve para alargamento da ZEP do Património Classificado do Núcleo Histórico de Faro Vila-Adentro para que toda essa região passasse a ser considerada de carácter histórico.

De acordo com Alzira Dias, assistente técnica da Direção de Serviços dos Bens Culturais na Direção Regional de Cultura do Algarve⁶ devido a complexibilidade e morosidade na aprovação e aplicação de uma proposta ZEP a preservação dos arredores da Muralha se deu a partir de um posposta ZGP de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos, incluindo todo o conjunto de elementos ainda existentes.

⁶ Neste trabalho de pesquisa foi desenvolvida uma visita in loco à Direção Regional de Cultura do Algarve para coleta de documentos e informações do processo de classificação das Muralhas de Faro.

A ZGP impossibilita que sejam concedidas licenças para obras de construção sem antes possuírem um parecer favorável da administração do património cultural competente. Isso contribui para a preservação do espaço e dos elementos que caracterizam e fazem parte do cenário do património classificado.

Na figura a seguir a Muralha da cidade de Faro encontra-se destacada em azul. A ZGP está representada em amarelo e seus limites de início e fim estão delimitados por outra linha azul.

Figura 5 - Zona Geral de Proteção das Muralhas de Faro



Fonte: Atlas do Património - DGPC (2023).

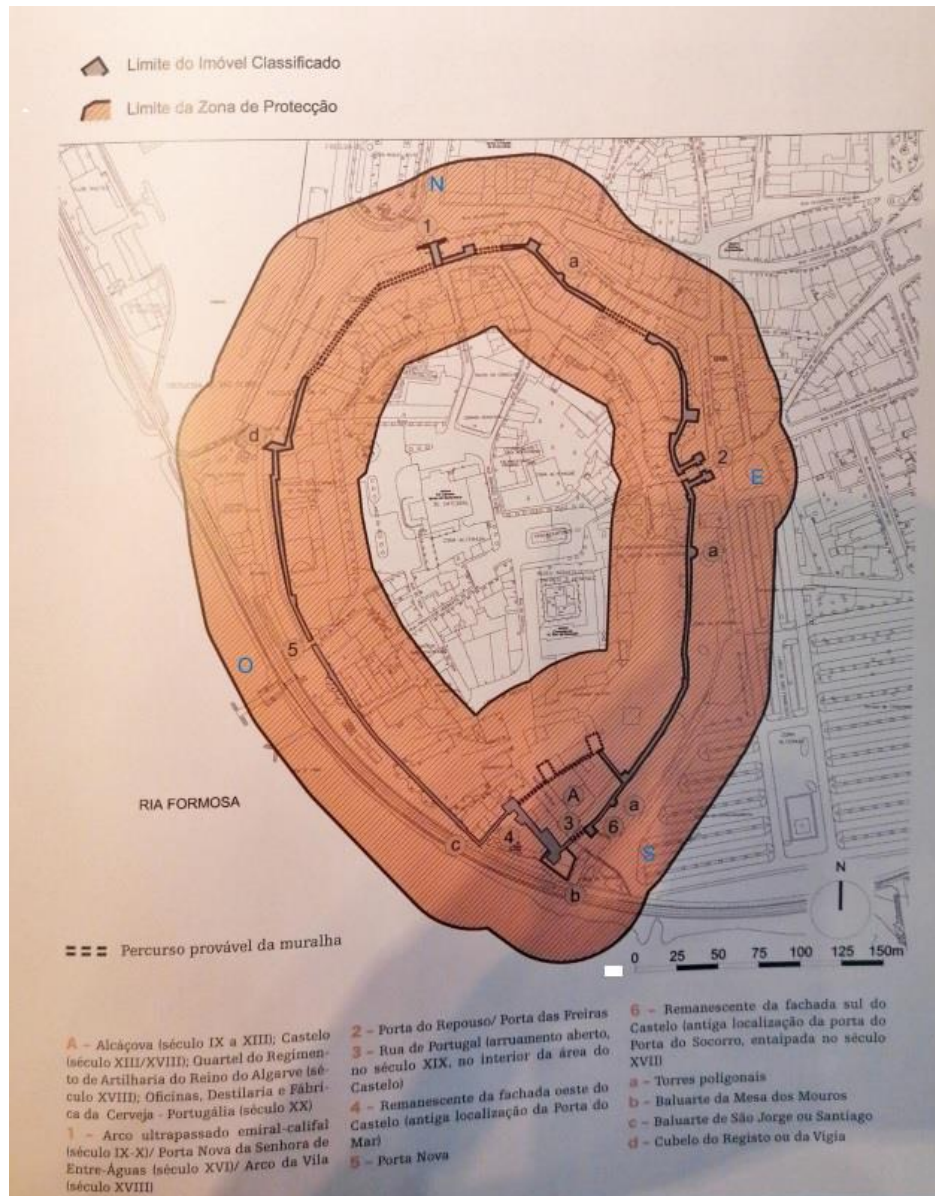
2.3 Arquitetura da Muralha: construção e intervenções

“Lendo com mais cuidado o seu paramento, vemos que o andamento das fiadas de pedra tem muita história a decifrar. [...] Há ainda muita informação sepultada no embasamento e no interior das Muralhas, mas à vista está uma das mais valiosas estruturas medievais existentes em Portugal, devido seu caráter diverso.”
(LOBO, 2006, p. 42).

A história desta edificação é tão ampla e rica que seria necessário um estudo antropológico e estrutural que analisasse os pormenores do monumento. Segundo autores como José António Pinheiro Rosa (1985), Carlos Pereira Callixto (1987), João Neto (1991), Teresa Gamito (1996) e Daniel Giebels (2005), a Muralha de Faro possui na sua arquitetura uma origem Tardo-Romana com consecutivas intervenções Bizantinas, Visigóticas, Islâmicas, Medievais e Modernas.

A Muralha de Faro é uma edificação de estrutura monolítica constituída de alvenaria de pedra, taipa, cantarias e tijolo burro (NETO, 1991; GIELBES, 2005). Esta edificação está disposta de forma ovalada e delimita-se ao sul pelo Largo de São Francisco. Tem sua nascente limitada pelas Rua José Maria Brandeiro e a Rua do Albergue. A Linha de Ferro e a Rua do Comandante Francisco Manuel demarcam a localização poente e a norte está a Praça Dom Francisco Gomes e a Rua da Misericórdia.

Figura 6 - Planta baixa da Muralha



Fonte: (MAGALHÃES, 2008, p. 99).

A Muralha de Faro localiza-se na região sudoeste da cidade, entre a Doca e o Largo de São Francisco. Com o intuito de proteger a cidade de possíveis invasões por terra e mar foi artilhada desde o princípio da Época Moderna.

A fortificação foi construída com um formato ovalado com 377 metros de eixo maior por 250 metros e uma área de 73014 m², e delimita o núcleo histórico da zona “[...] que correspondeu ao núcleo gênese da cidade Pré-Romana, o qual continua a manter, na atualidade, a medieva designação de Vila-Adentro.” (MAGALHÃES, 2008, p. 99).

De acordo com a Planta Baixa da Muralha, disposta acima na figura 6, nas alas O e S foram construídos os caminhos de ferro no final do século XIX, o que retirou a agressividade da Muralha quando vista da ria.

Mesmo após o movimento de valorização patrimonial que retirou as habitações adossadas à Muralha no seu exterior, ainda se conservam alguns edifícios construídos junto às paredes da Muralha como o edifício do Governo Civil, o antigo quartel setecentista e o Seminário Episcopal de São José.

A edificação preserva em seu interior o antigo núcleo-central da cidade de Faro, desde o período Pré-Romano. Segundo Rosa (1990) há trechos da Muralha na parte do lado do mar que são atribuíveis ao período Romano. Ainda segundo este autor é possível perceber também traços de arquitetura Romana sobretudo em algumas colunas. Tanto Neto (1991) e Gielbes (2005) como Magalhães (2008) dizem que das portas partem os principais eixos da urbe Romana o “cardus” e o “decumanus”.

“Um fato é que a transição da urbe do período Cristão-Visigótico ao Islâmico fez-se, sem sobressaltos [...]” (MAGALHÃES, 2008, p. 100). De acordo com Souza (2003/2004) a região de Faro, quando sob domínio islâmico, desenvolveu-se e especializou-se na guerra defensiva para defesa e proteção da população.

Os grandes núcleos urbanos – as medinas – organizavam-se em torno da alcáçova – o local mais defensável; constituía esta alcáçova uma cidadela fortificada que protegia o alcácer ou praça-forte também ele fortificado e com funções militares. (SOUZA, 2003/2004, p. 115)

A parte de maior dificuldade de compreensão da Muralha diz respeito à primitiva alcáçova islâmica que foi posteriormente utilizada pelos cristãos como castelo. “O castelo necessita de uma intervenção que reintegre a sua percepção.” (LOBO, 2006, p 44).

Outro fator que também baralha a leitura do património foi a construção da antiga fábrica de Cerveja Portugália na zona mais forte e segura de todo o sistema defensivo da Muralha.

Ali fora instalada uma fábrica de álcool no final do século XIX, depois de os militares a terem deixado de usar. Tinha duas portas para o exterior, a Porta do Mar e a Porta do Socorro, por onde era possível fazer sair um barco para pedir auxílio. (LOBO, 2006, p. 43)

Combinadas a estas mudanças, intervenções como: a redução das torres, a abertura da Muralha para construção da Rua Nova do Castelo e a instalação do caminho de ferro descaracterizaram a arquitetura original da edificação.

A porta nova (poente) interliga o ponto mais antigo da cidade, o Largo da Sé, com a via de comunicação marítima da cidade; a ria e o mar.

Figura 7 - Porta Nova (poente)



Fonte: Google, 2023.

O Arco do Repouso possui duas grandes torres albarrãs com um arco de entrada em cotovelo, construído no século XI.

Figura 8 - Arco do Repouso – Porta nascente



Fonte: (LOBO, 2006, p. 46)

A disparidade que separa o interior e o exterior da Muralha é o elemento que mais chama a atenção dos visitantes. O contraste entre a cidade velha e o restante da cidade é marcado pelas portas de transição da Muralha que separam a Vila-Adentro do restante da cidade.

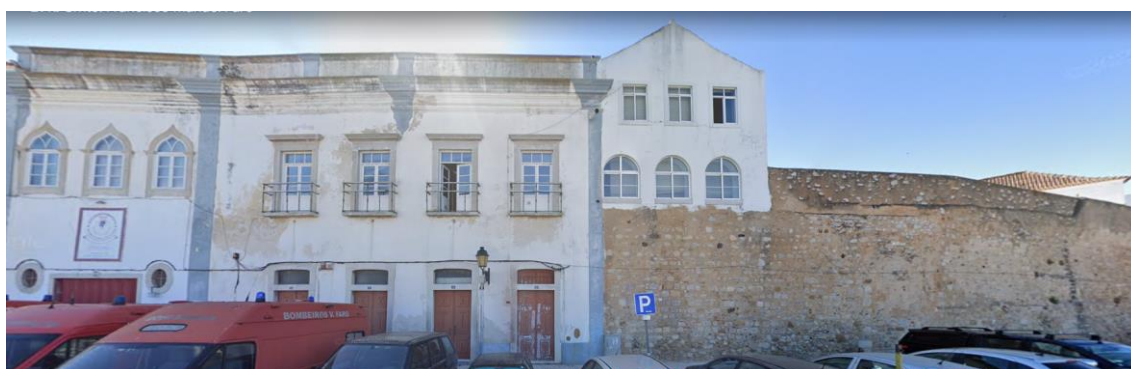
Embora seja um património facilmente visível do centro de Faro partes do monumento encontram-se mascaradas pelo desenvolvimento da cidade, misturando-se com casas e edificações que foram sendo construídas posteriormente à edificação da Muralha.

Em decorrência dessa absorção da Muralha pelo casario da cidade o monumento sofreu nas últimas décadas um processo de dissociação, sob o qual foram demolidas diversas casas para devolver a estética original à Muralha.

O andamento da muralha da cerca tem um impacto reduzido, encontrando-se esta meio absorvida pelo casario que envolve, reutiliza e sobrepuja, apesar do grande desafrontamento feito nas últimas décadas pela demolição de edifícios adossados. (LOBO, 2006, p. 44)

A maioria das edificações que atualmente se encontram fixadas à Muralha são prédios estatais, comerciais e residências inutilizadas. Como exemplo pode-se destacar:

Figura 9 - Corpo de Bombeiros construído sobre a Muralha



Fonte: (Google Earth 2023.)

Figura 10 - Posto de turismo, loja de artesanato e edificação em construção na fachada da Muralha, ao lado do arco de entrada principal.



Fonte: (Google Earth 2023.)

Figura 11 - Restaurante e casa abandonada



Fonte: (Google Earth 2023.)

Atualmente encontramos poucos moradores que residem na Vila-Adentro. As casas que lá existem foram construídas antes da expansão urbana da cidade e preservam vestígios da história da cidade amuralhada.

São construções amplas e de arquitetura antiga, muitas impróprias para uso devido à sua urgência de restauro. Construídas em outras épocas, para as necessidades de seu tempo, hoje essas casas não suportam as demandas da maioria dos moradores da cidade, seja devido ao seu tamanho, valor, preservação, estado ou por estarem totalmente isoladas do resto da metrópole.

Ao finalizar este capítulo é importante destacar que o objetivo deste trabalho não está fixado na arquitetura e antropologia deste local, mas sim na pluralidade cultural deste património e na potência que esta edificação carrega perante os processos de identificação e pertença em um mundo de culturas híbridas.

Temos todos hoje, em Faro, uma nova “missão militar a cumprir” – garantir a memória material e imaterial do sistema defensivo da capital do Algarve, um bem cultural que tem um carácter único e que está intimamente ligado à história da cidade. (LOBO, 2006, p. 49).

Ao ampliar o conhecimento da população (moradores locais, turistas, estudantes, educadores, empresários...) sobre a pluralidade cultural que constituiu este monumento, inicia-se um processo de descolamento da ideia de culturas legítimas aceitando a constituição da cidade a partir de uma teia de interculturalidade.

O intuito deste movimento, embalado pelos processos de hibridação na pós-modernidade, é valorizar a diversidade cultural presente na edificação e em seu entorno, ampliando as possibilidades dos processos de identificação da comunidade. “Nesse contexto, cabe ressaltar o lugar privilegiado que o património ocupa como legitimador dessas identidades individuais e coletivas [...]”. (MEIRA; SILVA, LEONARDO, 2017, p. 9).

CAPÍTULO III

3. PATRIMÓNIO E IDENTIDADE

O património cultural é uma herança de um grupo ou grupos sociais, preservada para as presentes e futuras gerações. Podendo ser de origem material ou imaterial carregam uma significação cultural, histórica, estética e simbólica.

Os patrimónios materiais são testemunhos da história que preservam os modos de vida de sociedades do passado. Estes patrimónios podem ser prédios históricos, sítios arqueológicos, monumentos, obras de arte, documentos históricos, entre outros.

Os patrimónios imateriais, por sua vez, refletem a diversidade cultural e os saberes acumulados ao longo do tempo. Transmitidos de geração em geração, dos nossos antepassados à atualidade, são conhecimentos e tradições ensinados oralmente ou através de prática coletivas. Estes podem ser: rituais, festivais, danças, músicas, contos populares, técnicas artesanais, culinária tradicional, medicina tradicional, entre outros

O conhecimento do passado possibilita a compreensão do presente e os patrimónios histórico-culturais possuem uma importância crucial neste processo. Através da consciência histórica do passado e da atribuição de valor ao património cultural, desenvolvem-se identidades culturais e o fortalecimento de comunidades. Da mesma forma quando uma sociedade compreende suas origens e se identifica com ela a constituição de sua identidade torna-se mais completa e significativa.

[...] ter consciência da nossa inelutável condição de herdeiros é ter consciência histórica. E ter consciência histórica significa, desde logo, reconhecer que aquilo que somos o devemos ao nosso passado e que, se de veras nos queremos conhecer, precisamos previamente integrar em nós esse passado do qual dependemos. (MENDES, 2012, p. 15).

Alguns órgãos internacionais como a UNESCO e a ICOMOS e nacionais como a DGPC (Portugal) e o IPHAN (Brasil) são responsáveis pela identificação, proteção, preservação, fiscalização e promoção do património cultural. Desta forma foram criados com o intuito de proteger bens naturais, materiais e imateriais que carregam vestígios e testemunhos da história, dos modos de vida e das memórias de nossos antepassados.

A preservação de patrimónios culturais de importância coletiva inicia-se a partir da classificação e salvaguarda. Estas ocorrem com o intuito de manter elementos valiosos e significativos de determinada cultura que foram transmitidos e preservados de geração em geração ao longo de sua história.

O sistema de promoção e preservação patrimonial, bem como a conservação urbana pode ser uma ferramenta potente e importante na construção de identidades culturais e no sentimento de pertença das pessoas com seu entorno, sua cultura e sua história. Dessa forma devem atentar-se as novas demandas da pós-modernidade, respeitando as heranças culturais a fim de incluir de forma significativa estes bens históricos em um mundo de constantes transformações.

O intuito da preservação patrimonial não é apenas o de resguardar de forma isolada estas edificações, mas sim de salvaguardá-las e utilizá-las como parte integrante do mundo atual, satisfazendo também as necessidades da atualidade.

As modificações expressam uma maior consideração do património histórico no contexto territorial e não apenas compreendido como uma delimitação de um conjunto ou setor urbano; valores imateriais como a continuidade no tempo e a identidade; os usos tradicionais; o papel do espaço público como lugar de interação social e outros fatores socioeconómicos, como a interação social e ambiental. Questões como a paisagem considerada como referência territorial comum ou a conceituação da paisagem urbana como um todo, com seus aspectos topográficos históricos e perfis (skylines), ganharam uma grande importância. Outra mudança relevante, no caso das cidades em rápido crescimento, trata-se de grandes empreendimentos urbanos, pois estes podem alterar as parcelas tradicionais que ajudam a definir a morfologia urbana histórica. (ICOMOS, 2011, p. 1).

As identidades culturais são desenvolvidas a partir da consciência e do sentimento de pertença da sociedade para com sua cultura e herança histórica. Dessa forma Património e Identidade são conceitos interligados que se complementam e geram significação um ao outro.

Com um papel fundamental na construção de identidades culturais coletivas o património cultural está intimamente interligado com as raízes históricas, culturais e as memórias coletivas de grupos sociais.

Dessa forma ao promover, preservar e valorizar o património histórico-cultural estes grupos estão a fortalecer sua identidade transmitindo suas tradições às próximas gerações e suscitando a continuidade histórica.

Entretanto é importante perceber que as identidades culturais de diferentes grupos sociais estão em constante transformação. Embora carreguem tradições, significações e vestígios de épocas passadas estão condicionadas ao tempo ao qual pertencem e este altera e adapta os bens e identidades culturais a suas necessidades presentes.

Principalmente na Pós-Modernidade fatores como migração, intercâmbio cultural e disparidades sociais, provenientes da globalização, têm influenciado na constituição de identidades culturais e na forma como os bens de natureza histórico-cultural serão preservados e transmitidos às próximas gerações.

Dessa forma os patrimónios podem sofrer adaptações preservando os aspectos principais de sua identidade e introduzindo também novas influências e expressões culturais dos grupos sociais que o frequentam e da época ao qual pertencem.

Os patrimónios culturais são extremamente importantes para a construção das identidades culturais de uma comunidade. Da mesma forma os sentimentos de identificação e pertença dessa comunidade para com o património é que garantem a preservação patrimonial uma vez que esta não é realizada como uma simples concretização de leis públicas, mas sim a partir de sentimentos de valoração da sociedade para com estes espaços, entendendo-os como importante e necessários.

Com a globalização alargam-se os campos das identidades fortalecendo as identidades locais e produzindo novos processos de identificação. O fortalecimento de identidades locais pode ocorrer a fim de responder às “ameaças” que novas culturas oferecem a região. “Isso frequentemente está baseado no que chamei de racismo cultural [...]”. (HALL, 2019, p. 50).

De acordo com Hall (2019) a globalização tem contestado e deslocado identidades que inicialmente eram centradas e fechadas em uma cultural nacional. Atualmente há uma pluralidade de identidades que se constituem e modificam a partir de um intercâmbio cultural e dos eventos históricos pelos quais sofreu.

Entretanto, a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Os deslocamentos ou os desvios da globalização mostraram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isso também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a

globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do mesmo. (HALL, 2019, p. 56).

Dessa forma um dos resultados do mundo globalizado pode ser uma descentralização das grandes potências e uma mestiçagem de etnias que convivem entre si e influenciam umas às outras.

O mundo e as pessoas estão inseridos no que é denominado por Bauman (2019) de Culturas Híbridas. As culturas e pessoas tornam-se traduzidas, pertencendo a “mais de um mundo” tornando-se produtos das mudanças trazidas pelas migrações.

Desde o princípio a cidade de Faro tem sofrido influências de povos distintos com histórias, culturas, etnias e modos de vida diferentes entre si. Na atualidade, com a globalização, essa diversidade cultural continua a crescer na região. As migrações económicas, os intercâmbios de estudos, o acolhimento de refugiados e o turismo tem influenciado fortemente na cultura local.

Tendo passado em seu início por domínio Romano, Visigótico, Muçulmano e Cristão (conquista Portuguesa), no presente continua a possuir uma teia plurifacetada de múltiplas culturas recebendo imigrantes e turistas proveniente de muitos lugares do mundo, em especial da América do Sul, África e do resto da Europa. O Algarve conta também com uma grande população cigana.

Ao valorizar e proteger um património os grupos sociais locais desempenham um processo de aproximação com suas raízes históricas e culturais bem como a valorização destas, enaltecendo a diversidade da região.

CAPÍTULO IV

4. PRESERVAÇÃO, LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 Legislações de preservação

A primeira lei nacional destinada ao património histórico e cultural foi criada no reinado de D. João V em 20 de agosto de 1721 denominada “Alvará em Forma de Ley”. Esta lei atribuía à Academia Real de História Portuguesa as funções de conhecer e proteger os monumentos e antiguidades existentes. Além disso era responsabilidade da academia descobrir novos monumentos presentes em território nacional e proibir sua destruição.

A responsabilidade sobre os patrimónios culturais passou por várias entidades administrativas e executivas: Academias e Bibliotecas Reais; Câmaras Municipais; Direções, Comissões, Concelhos, Secretarias e Institutos Nacionais, entre outros.

Desde o ano de 1932 os patrimónios passaram sob domínio de órgãos como: DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), IPPC (Instituto Português do Património Cultural), IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico) e IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico). Atualmente os órgãos responsáveis pelos patrimónios culturais são a DGPC (Direção-Geral do Património Cultural) e as Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro, Alentejo e Algarve).⁷

4.1.1 *Legislação Internacional*

O património cultural deve ser, por norma, parte integrante da vida cultural tendo por finalidade o desenvolvimento humano e a uma qualidade de vida sustentável. Para alcance deste fim reconhece-se a responsabilidade individual e coletiva na preservação e salvaguarda dos bens patrimoniais.

De acordo com o Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005 o património cultural é compreendido pela União Europeia como um recurso herdado do passado que carrega

⁷ Para mais informações ver anexo A

valores, expressões, crenças, saberes e tradições de relações entre pessoas e lugares através do tempo.

Segundo a UNESCO (1972) para que um monumento seja considerado património cultural ele deve ser valorado a partir de um ponto de vista histórico, artístico ou científico, podendo ser uma construção isolada ou um conjunto de construções reunidas.

Para ser reconhecido como património comum da Europa o bem classificado deve ser uma “fonte partilhada de memória, compreensão, identidade, coesão e criatividade” (Diário da República, 2008, p. 6649) que amplie os processos de identificação e pertença da comunidade, possibilitando o desenvolvimento de uma comunidade pacífica, estável e sustentável.

Ameaçados pelo desenvolvimento social e económico bem como por causas de degradação natural o património cultural e o património natural sofrem ameaças de alteração e/ou destruição. Todo este cenário “[...] acarreta o empobrecimento irreversível do património de todos os povos do mundo [...]” (Convenção para a Proteção do Património Mundial e Cultural, redigida pela UNESCO em 1972, p. 1)

Dessa forma a preservação patrimonial visa identificar, proteger, conservar e valorizar as características físicas e sociais dos monumentos, resguardando e propagando às próximas gerações o valor, a relevância e a estima que carregam.

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais, dedicadas à proteção dos bens culturais e naturais mostram a importância que constitui, para os povos do mundo, a salvaguarda destes bens únicos e insubstituíveis, independentemente do povo ao qual pertençam [...] (Convenção para a Proteção do Património Mundial e Cultural, redigida pela UNESCO em 1972, p. 1)

Firmada a partir de uma comunidade patrimonial formada por cidadãos que valorizem os bens patrimoniais de sua sociedade e se consideram responsáveis na cooperação de sua proteção, a salvaguarda destas edificações deve se calcar na preservação como herança às futuras gerações.

Assim é um direito do cidadão beneficiar do património cultural e contribuir para seu enriquecimento. Nesta perspectiva é também responsabilidade de cada indivíduo respeitar o património cultural.

Segundo a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural redigida pela UNESCO no ano de 1972 é dever do Estado valorizar de forma ativa o

património cultural desenvolvendo uma política de integração do património com a vida coletiva bem como o desenvolvimento de programas de planeamento de proteção patrimonial.

Para isso torna-se necessária a criação de um órgão responsável pela preservação, conservação e valorização do património cultural. Composto por uma equipe responsável por desenvolver estudos, pesquisas científicas e técnicas de aperfeiçoamento dos métodos de preservação patrimonial este deve possibilitar uma atualização constante das necessidades destes monumentos valorizando e reabilitando patrimónios.

Para que estes patrimónios sejam valorados é necessário que se sustentem no respeito pela diversidade de interpretações. Segundo a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade a educação patrimonial é capaz de aumentar os conhecimentos do património cultural facilitando uma coexistência pacífica de culturas divergentes em uma mesma sociedade e a prevenção de conflitos. Para isso é necessário “Integrar estes objetivos em todos os aspectos da educação e formação ao longo da vida”. (Título II, art. 7, alínea d).

Preservado em uma perspectiva de desenvolvimento económico, político, social e cultural a preservação patrimonial deve basear-se em uma perspectiva integrada capaz de “Reforçar a coesão social, favorecendo um sentido de responsabilidade partilhada face ao espaço de vida em comum;” (Título II, art. 8, alínea c).

Segundo Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade o acesso ao património cultural deve ser inclusivo e democrático, favorecendo principalmente a aproximação com o público jovem bem como os indivíduos de classes sociais mais humildes “a fim de aumentar a sensibilização sobre o seu valor, sobre a necessidade de o manter e preservar e sobre os benefícios dele derivados” (Título III, art. 12, alínea d).

Quanto à ampliação do acesso ao património é imprescindível garantir também a diversidade linguística de informação em uma sociedade intercultural buscando assim eliminar obstáculos de comunicação, principalmente os de fins pedagógicos.

Dessa forma, além de ampliar os processos de identificação e de pertença da comunidade com sua história, a preservação do património busca desenvolver uma sociedade sustentável, investindo na recuperação de áreas degradadas e utilizando a educação para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

[...] todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da História e, por esse facto, todas elas são históricas.⁸

Destinada à preservação de cidades, bairros ou centros históricos, grandes ou pequenos, com enquadramento natural ou construído, a citação acima pertence à Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas. Este documento defende a preservação de sítios históricos. Principalmente devido aos valores que resguardam das civilizações urbanas tradicionais que constituíram a história, a geografia e a cultura desses locais.

Esta carta foi escrita com o intuito de frear as ameaças de degradação, desagregação e destruição, ameaças essas intensificadas pelos modos de urbanização da era industrial.

Criada com o propósito de prevenir “[...] perdas irreversíveis de carácter cultural e social, e mesmo económico [...]” (CARTA INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS, 1986) a Carta surge como um complemento da Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios (Veneza, 1964) e busca salvaguardar as cidades históricas a partir da vida de um conjunto de bens individuais e coletivos que constituem as memórias da cidade.

Constituída por 4 princípios e objetivos o processo de salvaguarda deve ser desenvolvido a partir de uma política de desenvolvimento económico e social que delimite os planos de ordenamento e urbanização das cidades, tendo atenção e cuidando para a preservação da forma urbana e dos aspectos internos e externos dos edifícios desenvolvendo uma conservação integral da cidade e não apenas de itens isolados.

A participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda. Elas devem ser procuradas em todas as circunstâncias, e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações. Nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes. (Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986).

Segundo a Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas os processos de salvaguarda devem ser desenvolvidos a partir de estudos pluridisciplinares que

⁸ Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas, redigida no ano de 1986, na cidade de Toledo e retificada pela ICOMOS, em Washington, no seguinte.

compreendam e respeitem os dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, sociológicos e econômicos de cada monumento possibilitando uma harmonia entre os bairros históricos e o centro urbano da cidade. A Carta prevê ainda que o "Plano deverá beneficiar da adesão dos habitantes." (1986).

Da mesma forma a manutenção dos monumentos históricos da cidade deve acontecer de forma regular e recorrente onde "As funções novas e as redes de infraestruturas exigidas pela vida contemporânea devem ser adaptadas às especificidades das cidades históricas." (1986).

De forma concomitante à manutenção a carta ressalva que todas as novas construções que vierem após a classificação dos monumentos e cidades devem respeitar a organização espacial histórica. Quando bem pensadas e planejadas as novas construções contemporâneas podem contribuir para o enriquecimento dos patrimônios.

11. Interessa concorrer para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, favorecendo as pesquisas de arqueologia urbana e a apresentação apropriada das suas descobertas sem prejudicar a organização geral do tecido urbano. (Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986).

Outro fator importante destacado na Carta é referente à circulação de veículos que deve ser reduzida e evitada em centros históricos com o intuito de preservar o ambiente, sem prejudicar o tecido urbano.

13. As grandes redes de estradas, previstas no quadro do ordenamento do território, não devem penetrar nas cidades históricas, mas somente facilitar o tráfego que dessas cidades se aproxima, permitindo-lhes um acesso fácil. (Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986).

Da mesma forma que a diminuição do trânsito de veículos foi pensada para contribuir para a preservação patrimonial é importante a tomada de medidas de prevenção contra desastres naturais. Desde a Carta de 1986 é discutida a importância de medidas preventivas para catástrofes naturais, com o intuito de preservar o bem-estar do património e dos habitantes da cidade.

No ano de 2002 a Declaração de Budapeste sobre Património Cultural foi escrita com a visão de um desenvolvimento sustentável das cidades, através do diálogo e da compreensão. De acordo com esta declaração “Os bens inscritos na Lista do Património Mundial representam riquezas que nos são confiadas para serem transmitidas às gerações futuras, que elas são as legítimas herdeiras;” (Budapeste, 28 de Junho de 2002).

4.1.2 Legislação Nacional

É importante também promover a criação de centros nacionais e regionais destinados à proteção, conservação, valorização e produção de conteúdos científicos à acerca destes monumentos.

Um dos fatores centrais das políticas de património cultural deve ser a observação e valorização do interesse público e sua importância social nos processos de identificação, estudos, interpretações, proteção, conservação e apresentação.

Em Portugal a legislação nacional que orienta a classificação e a salvaguarda do património cultural é a Lei de Bases do Património Cultural Nº 107 (08/09/2001). Os princípios basilares dessa lei dedicam-se à proteção e valorização do património cultural, “[...] como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.” (LEI Nº 107, 2001, p. 5808).

Nesta perspectiva a lei integra ações de responsabilidade do Estado, das Regiões Autónomas, das autarquias locais e da Administração Pública, que possuem o dever de promover a cultura assegurando o direito de apreciação cultural previstos pela Constituição e pelo direito internacional.

No artigo 2 da Lei de Bases destaca-se o conceito e âmbito do património cultural. Considera-se património todo o bem de interesse cultural relevante, com característica históricas, paleontológicas, arqueológicas, arquitectónicas, linguísticas, documentais, artísticas, etnográficas, científicas, sociais, industriais ou técnicas que carreguem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

Seja de natureza material ou imaterial estes bens devem ser parte integrante da memória e identidade portuguesa e o Estado deve garantir a proteção e transmissão dessas heranças nacionais. Quando internacionais, devem estar vinculados ao país. A lei destaca a importância de preservação da língua portuguesa e da cultura tradicional popular. Segundo alíneas 7 e 8 do artigo 2

7— O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias. 8 — A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria. (LEI N° 107, 2001, p. 5808).

Os patrimónios devem salvaguardar a identidade cultural do país. Para que sejam preservados em sua melhor forma a lei prevê e descreve 9 princípios gerais desde sua identificação até a possibilidade de assistência internacional. São eles: Inventariação; Planeamento; Coordenação; Eficiência; Inspeção e prevenção; Informação; Equidade; Responsabilidade e Cooperação internacional.

Além do empenho destinado pelo Estado na preservação, restauro e salvaguarda dos monumentos histórico-culturais é importante também que as medidas tomadas por este, em um contexto geral, tenham o cuidado de não prejudicar direta ou indiretamente os patrimónios.

Embora a preservação patrimonial seja dever do Estado ela pode e deve ser partilhada também com a comunidade civil. As autoridades públicas devem respeitar e encorajar trabalhos de iniciativa voluntária e não governamental engajadas na preservação patrimonial.

Segundo a Lei de Bases todos os cidadãos possuem direitos, garantias e deveres para com os patrimónios culturais “[...] como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural.” (LEI N° 107, 2001, p. 5808).

A participação dos cidadãos interessados, nos processos de preservação patrimonial, pode ocorrer a partir de institutos culturais, associações de defesa do património culturais, entre outras organizações associativas. Em patrimónios de posse particular é importante que haja uma colaboração entre a Administração Pública e os particulares.

Os deveres de preservação, defesa e valorização do património cultural devem ser de todos. Artigo 11.o:

1 — Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.

2 — Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.

3 — Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam. (LEI N° 107, 2001, p. 5808).

A proteção e valorização cultural deve ser desenvolvida com o intuito de incentivar e possibilitar à comunidade o acesso a fruição cultural, propiciando vivências identitárias da nação portuguesa e possibilitando uma ampliação de consciência histórica dos indivíduos. Dessa forma é possível promover um aumento do bem-estar económico e social bem como o desenvolvimento regional e local.

O valor histórico de um monumento está intimamente ligado a capacidade de permitir a construção de conhecimento da formação, funcionalidade e transformação deste património na sociedade. Possibilitando, através da interação entre as pessoas e a cidade, relações de subjetividade onde a pertença, a identidade e a memória sejam os principais pilares de sustentação de salvaguarda patrimonial.

Com o intuito de proteger e valorizar o património material e imaterial a lei define componentes específicas da política do património cultural definindo estratégias de intervenção ao nível da conservação, recuperação, acrescentamento, investigação e divulgação do património cultural assim como fomento à criação cultural.

Os bens culturais devem ser classificados de acordo com seu interesse: internacional, nacional, público ou municipal podendo ser identificados também como móveis ou imóveis. Cada classificação possui um órgão responsável por suas formas de proteção e apoio.

Para o regime geral de proteção dos bens culturais, a Lei de Bases prevê os direitos e deveres dos proprietários dos imóveis, sejam eles públicos ou privados. Outro fator importante de preservação é referente a defesa da qualidade ambiental e paisagística.

2 — Para os efeitos deste artigo, o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adoção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitetónicos ou industriais integrados na paisagem. (LEI N° 107, 2001, p. 5808, Artigo 44.o).

Todo o processo de proteção deve ser desenvolvido a partir da importância artística e história do património sob o qual deve ser criado um relatório com estas informações, justificando sua necessidade.

Para além da proteção, a Lei de Bases (2001) prevê também um regime geral de valorização dos bens culturais onde a valorização do património se dá a partir de: conservação preventiva e programada; pesquisa e a investigação; proteção e valorização da paisagem, dos centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; acesso e a fruição aos bens culturais; formação; crescimento e o enriquecimento; apoio à criação cultural; divulgação, sensibilização e animação; apoio a instituições técnicas e científicas.

Programas de apoio também são utilizados como instrumentos de valorização patrimonial, entre eles: projectos de apoio à musealização e exposições temporárias; programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; visita pública e as colecções visitáveis; projectos de divulgação, sensibilização e animação; programas de formação específica e contratualizada; voluntariado; programas de apoio à acção educativa; programas de aproveitamento turístico.

A Lei de Bases (2001) ainda organiza e determina os direitos, deveres, cuidados... para com os patrimónios classificados como: arqueológico e paleontológico; arquivístico; áudio-visual; bibliográfico; fonográfico; fotográfico e dos patrimónios imateriais.

O objetivo desta lei é de determinar normas fundamentais para a proteção, conservação, valorização e promoção do património cultural português. Considerados de suma importância para a identidade histórica, cultural e social do país os patrimónios materiais e imateriais contribuem também para o desenvolvimento socioeconómico e para o turismo cultural. Outros importantes documentos que complementam a Lei de Bases (2001) são:

- Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho estabelece as regras e regulamentos para a condução de estudos, elaboração de projetos, preparação de relatórios, realização de obras ou intervenções em bens culturais móveis e imóveis que sejam classificados ou estejam em processo de classificação, e que tenham relevância a nível nacional, público ou municipal.
- Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro para patrimónios materiais: estabelece diretrizes relacionadas ao património material, abordando a classificação de bens

imóveis de relevância cultural e os regulamentos aplicáveis às zonas de proteção e aos planos de pormenor de salvaguarda;

- Decreto-Lei nº 149/2015, de 4 de agosto para patrimónios imateriais: estabelece as disposições legais que regem a salvaguarda do património imaterial. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho.

A importância do património cultural e de sua preservação está intimamente ligada ao valor social deste bem. De acordo com a convenção de Faro (2021) o património deve ser um recurso para promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida de uma sociedade em constante evolução.

A Convenção de Faro enfatiza aspetos importantes do património, no que se refere aos direitos humanos e à democracia. Promove uma compreensão mais ampla do património e da sua relação com as comunidades e com a sociedade, incentivando os cidadãos a reconhecer a importância dos objetos e dos locais que constituem o património cultural, através do significado e dos valores que representam. (CONVENÇÃO DE FARO, 2021, p. 6).

A Muralha de Faro carrega grande valor histórico, cultural e social, uma vez que integra muitas épocas e culturas e se expande por boa parte do tecido urbano da cidade. Dessa forma, projetos de educação patrimonial desenvolvidos com a Muralha têm a potencialidade de estimular uma compreensão do património, relacionando-o com as comunidades e a sociedade, motivando os cidadãos a apreciar o valor dos objetos e lugares que compõem o património cultural e desenvolvendo nos moradores uma cidadania crítica.

4.2 Educação Patrimonial

A educação patrimonial é uma área do conhecimento que tem como intuito promover o reconhecimento e a valorização do património cultural bem como a importância de sua preservação. Relacionando o passado, o presente e o futuro a educação patrimonial trabalha habilidades de pensamento social e crítico, desenvolvendo e aperfeiçoando a consciência histórica.

A partir de uma democratização do poder a preservação patrimonial deixa de ser de responsabilidade unicamente do Estado e passa a ser também dever da sociedade. Com estas novas condições políticas os grupos sociais locais podem reivindicar justiça e pertença social.

Desta forma a educação patrimonial é uma importante ferramenta para transformar o indivíduo de uma comunidade em “[...] agente ativo nos processos de salvaguarda das memórias e das culturas locais e regionais.” (SILVA, 2018, p. 1).

Podendo ser desenvolvida em âmbito escolar e não escolar tem como intuito principal conscientizar os estudantes e a comunidade sobre a importância do património, de seu carácter histórico, cultural, social e político, e de sua preservação. Desta forma visa desenvolver habilidades e atitudes para participação ativa na proteção e promoção do património.

Embora a maioria das situações de ensino tenham lugar na sala de aula, algumas, talvez até mais produtivas em termos da aprendizagem dos alunos, realizam-se no exterior, em sítios históricos, museus e, mesmo, no meio envolvente da escola. (PINTO, 2015, p. 159).

A educação patrimonial pode ser implementada em diferentes espaços: escolas, museus, centros culturais, comunidades locais, espaços públicos... e tem como intuito envolver a comunidade nos processos de preservação patrimonial desenvolvendo nos moradores sentimentos de identificação e pertença. Assim, tem como objetivos principais: conscientização, conhecimento, desenvolvimento do pensamento social e crítico, consciência histórica, valorização, participação e apropriação.

A educação patrimonial em espaços informais desenvolve-se em museus, patrimónios e lugares de memórias. Isso porque esses espaços, enriquecidos de histórias e culturas, materializam e facilitam a aprendizagem.

A partir do trabalho de atividades educativas com fontes patrimoniais é possível desenvolver debates e reflexões, a fim de compreender e interpretar os vestígios patrimoniais existentes bem como as ações humanas do passado e os impactos destas no presente, implicando em uma aprendizagem significativa e contextualizada. (PINTO, 2015).

Em uma educação que valorize a relevância histórica, cultural e social dos patrimónios culturais busca-se promover a conscientização da comunidade perante a importância dos patrimónios culturais. Para isso é necessário fornecer informações e conhecimentos sobre estes bens e seus contextos históricos.

Nesta perspectiva é tarefa do professor ou educador em conjunto com a escola, com o Estado e com os responsáveis por estes bens patrimónios, desenvolver abordagens adequadas para trabalhar a leitura destes vestígios históricos, arqueológicos e culturais sem esquecer de seu valor imaterial.

Em patrimónios histórico-culturais com valor local é possível desenvolver uma aprendizagem contextualizada que relacione este bem de evidência histórica com a construção do local. “O património se constrói no presente para reconstruir e reinterpretar o passado. É um dos pontos entre passado e presente.” (GONZÁLEZ-MONFORT, 2019, p. 126)

A educação patrimonial pode desenvolver processos de identificação e pertença para com este património, compreendendo seu valor histórico e a importância de sua preservação.

Desta forma a educação patrimonial se desenvolve a partir do contato direto com fontes patrimoniais e tem como intuito despertar “sentidos de responsabilidade em relação ao património histórico e na reflexão crítica e construtiva face às memórias das comunidades com vista à compreensão temporal;” (PINTO, 2015, p. 160).

Despertando a consciência histórica a educação patrimonial deve também trabalhar os usos históricos do património ao longo do tempo e a importância destes patrimónios na construção da sociedade local. Assim desenvolve-se também o senso crítico de cidadania.

A educação significativa se dá quando ocorre uma apropriação do conhecimento. Quando, através do contato com os objetos, da imersão em locais culturais, e da interpretação de memórias, iniciam-se processos de comparação, interpretação e interrogação. Constituem-se assim novas consciências históricas e despertam-se sentimentos de responsabilidade e pertença.

Proporcionar aos jovens a experiência única do contato direto, vivencial, com diferentes tipologias de património e iniciá-los na leitura dos bens patrimoniais, a níveis cada vez mais sofisticados, são práticas educativas com enormes potencialidades. (PINTO, 2015, p. 162).

É através da aproximação e entendimento com o património que é possível desenvolver e cultivar atitudes valorização, respeito e cuidado, incentivando a preservação e a participação ativa da comunidade local e de seus cidadãos no processo de proteção patrimonial.

Podendo ser desenvolvida em espaços formais e informais, quando aplicada no âmbito escolar a educação patrimonial deve ensinar a leitura e interpretação de objetos, memórias,

monumentos e prédios histórico-culturais, possibilitando uma ligação entre os alunos e as sociedades do passado, fazendo-os compreender a importância destes patrimônios.

[...] orientar os alunos no sentido de observarem os sinais que mostram o uso original e a função atual dos objetos, e de reconhecerem que um objeto pode não ser valorizado numa sociedade mas tê-lo sido noutras sociedades, ou ter um significado social, religioso ou político e não ter o mesmo valor para diferentes indivíduos; enfim, analisar o que ele revela acerca das pessoas que o fizeram, usaram e preservaram. (PINTO, 2015, p. 163).

Isso tudo permite com que as pessoas se apropriem do patrimônio e desenvolvam com este uma relação de identificação e pertença, compreendendo sua importância individual e coletiva e preservando seu legado.

Se no passado as políticas culturais preservavam o caráter nacionalista e monoidentitário na modernidade tardia as políticas vigentes defendem a interculturalidade e a inclusão de grupos sociais historicamente silenciados.

A proposta da educação patrimonial é a integração de diferentes grupos sociais de uma mesma comunidade bem como o desenvolvimento e exercício da cidadania, da valorização de suas heranças e uma apropriação de suas culturas e histórias.

Aos indivíduos é permitida a realização da leitura do mundo ao qual se inserem, percebendo-se como parte integrante de um grupo. A noção de pertença leva à mobilização concebendo o sentido da participação e integração pelo elaborado e projetando na coletividade, pelo valor partilhado, reestabelecendo assim, o passado através de objetos pertencentes ao seu universo, percebendo-se sujeitos da História. (SABALLA, 2007, p. 23)

Através de uma aproximação das pessoas com os patrimônios pode-se desenvolver um estudo crítico e reflexivo sobre o caráter histórico e cultural dessas edificações. Dessa forma, o patrimônio constitui-se a partir de uma construção social, compreendendo o presente e reconstruindo o passado. Através do desenvolvimento de uma consciência histórica, por parte da sociedade, o patrimônio pode transformar-se em referência identitária.

A Muralha de Faro é um elemento patrimonial amplamente presente na cidade e carrega uma marca identitária que, sendo multitemporal, se presta bem para iniciativas de educação patrimonial.

4.2.1 Iniciativas Políticas de Educação Patrimonial em Portugal

Com uma importância política, projetos de educação patrimonial têm sido incentivados em Portugal, a partir de parcerias entre a Direção-Geral da Educação (DGE) e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Em 2013 um Protocolo de Colaboração para a Educação na área do Património Cultural foi criado com o intuito de prever a realização de iniciativas entre a DGE e a DGPC.

Mirando a promoção de conhecimentos nas diferentes formas de arte e patrimónios culturais visava “[...] o alargamento e aprofundamento dos hábitos culturais, designadamente entre a população escolar.”⁹ A partir deste protocolo foram desenvolvidos alguns projetos como:

- Concurso Escolar “A minha escola adota um museu, um palácio, um monumento...”
- Kit Recolha do Património Imaterial
- Exposição “As artes visuais no secundário”
- Divulgação de Tesouros Nacionais dos Museus da DGPC, no site da DGE
- Partilha de notícias de interesse comum nos sites da DGE e DGPC

Os projetos foram desenvolvidos com o intuito de formar, a partir de comunidades educativas, crianças, jovens e adultos na área do património material e imaterial.

Estimular o conhecimento da realidade museológica e patrimonial nacional, através do contato das escolas com os museus e consequentemente sensibilização para a conservação, proteção e valorização do património cultural. (Protocolo de Colaboração entre a DGE e DGPC, 2013, p. 10)

Além da formação das crianças em idade escolar os projetos propunham, através de um repositório online, trocas de propostas de trabalho e ideias entre professores, bem como a divulgação de notícias para a comunidade educativa sobre essa temática.

O prazo de vigência deste protocolo, assinado em 2013, foi de 1 ano, com a possibilidade de ser renovado pelo mesmo período de tempo por comum acordo entre ambas

⁹ Protocolo de Colaboração entre a DGE e DGPC, 2013, p. 1

as partes. Segundo o site da Direção-Geral de Educação foi desenvolvido até a 9ª edição no ano letivo de 2015/2016.

No dia 25 de junho de 2015 foi criado o “Portal das Experiências Culturais” de forma a integrar-se na Estratégia Nacional para a Educação e Cultura (ENEC). O ENEC foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o Ministério da Educação e Ciência e o Secretário de Estado da Cultura, prevendo um plano de ação para as áreas de educação, artes e cultura. Esta iniciativa foi aplicada pela Direção-Geral da Educação, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Cultural, Direção-Geral do Património Cultural, Direção-Geral das Artes, do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. e Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

O “Portal das Experiências Culturais” foi desenvolvido com o intuito de aproximar escolas e organismos culturais de todo o país. O espaço foi dedicado ao registro e promoção de atividades artísticas culturais realizadas pelos alunos nas escolas a fim de criar uma biografia cultural do aluno. O papel do professor nesse aspecto era o de identificar as atividades que melhor se adequavam aos objetivos educativos para replicar em seus projetos culturais.

A divulgação das atividades neste portal contribuiu para uma maior implementação de projetos de artes e cultura no sistema educativo, promovendo experiências culturais e literacia cultural. Segundo informações do site da Direção-Geral da Educação o Portal das Experiências Culturais foi liberado para utilização no ano letivo 2015/2016, mas atualmente encontra-se indisponível.

Figura 12 - Cartaz alusivo aos *webinars*



Fonte: site DGE, 2023.

Algumas outras propostas de Educação Cultural podem ser encontradas no site da DGE como o Webinars Integração das comunidades ciganas – “A Voz das Escolas”, desenvolvido pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) em parceria com a DGE, entre os dias 17 e 20 de maio como uma estratégia nacional para interação das comunidades ciganas.

O projeto-piloto foi desenvolvido com o objetivo de enaltecer a educação patrimonial como uma ferramenta de valorização e respeito das diversidades culturais. Tendo como estratégia a contextualização curricular objetivou promover atitudes de respeito pelas diferentes comunidades patrimoniais.

Figura 13 - Cartaz alusivo aos *webinars*



Fonte: site DGE, 2023.

Nestes Webinars foram apresentadas e resgatadas práticas e iniciativas de educação patrimonial expostas no encontro: *Educação Patrimonial – A voz das Escolas*, ocorrido em 2019.

No site da DGE também é possível encontrar cursos de formação continuada de professores. Referente aos assuntos de cidadania, sustentabilidade e globalização há uma oficina sobre “O Desenvolvimento Sustentável como domínio da Educação para a Cidadania”, que está a ocorrer entre o período de 18 de setembro a 14 de dezembro 2023. O site também é utilizado para divulgação de notícias e acontecimentos que ocorreram no âmbito educacional.

O único projeto relacionado ao âmbito cultural e divulgado no site da DGE que ocorreu na região do Algarve, especificamente na cidade de Faro, foi o II Encontro Regional

de Coordenadores da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola que ocorreu no ano 2022. O objetivo do projeto foi de promover o diálogo e a reflexão a partir de trocas de experiências educacionais de docentes e estratégias de Educação para a Cidadania.

Figura 14 - II Encontro Regional de Coordenadores da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola



II ENCONTRO REGIONAL DE COORDENADORES DA ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA ESCOLA 2022

DATA	REGIÃO	ESCOLA
10 mar	LVT	Escola Secundária Jácome Ratton – Tomar
11 mar	Norte	Escola Secundária Santos Simões – Guimarães
15 mar	LVT	Escola Secundária Sebastião e Silva - Oeiras
24 mar	Alentejo	Escola Secundária Rainha Santa Isabel – Estremoz
25 mar	Algarve	Escola Secundária João de Deus – Faro
28 mar	LVT	Escola Secundária D. João II - Setúbal
31 mar	Centro	Escola Secundária de Pombal – Pombal
01 abr	Centro	Escola Secundária de Afonso de Albuquerque – Guarda
05 abr	Norte	Escola Secundária Oliveira Júnior – S. João de Madeira
06 abr	Norte	Escola Secundária Dr. João Araújo Correia – Peso da Régua

Fonte: site DGE, 2023.

Embora no site da DGE sejam divulgados projetos interessantes de educação tanto no âmbito social quanto cultural não há uma periodicidade e continuidade desses projetos. Além disso, quando referente a divulgação de notícias sobre atividades desenvolvidas nas escolas na região do Algarve apenas um projeto se enquadrou nessa categoria.

A partir dessa pequena pesquisa no site da DGE é possível perceber que nos últimos 10 anos Portugal tem desenvolvido alguns projetos no âmbito cultural, no entanto a falha mais perceptível é referente à continuidade desses projetos e a amplitude deles para todo território nacional.

Não foi possível encontrar nenhum projeto, divulgado pela DGE, de educação patrimonial referentes às Muralhas de Faro. A falta de conhecimento, divulgação e trabalho com este património tem contribuído para seu esquecimento e desvalorização. Segundo González-Monfort “[...] as pessoas/grupos podem patrimonializar, mas também

despatrimonializar [...]” (2019, p. 123). A despatrimonialização está relacionada com a destruição, o esquecimento e a substituição.

A fim de detectar outras práticas de educação patrimonial o site da DGPC foi analisado. Neste encontram-se uma série de iniciativas de educação cultural, museológica e patrimonial de âmbito não escolar. Além disso, exposições temporárias, encontros, debates e atividades diversas ocorrem nesses ambientes.

Com o intuito de integrar a comunidade aos museus e ambientes culturais, desenvolvendo o exercício da cidadania ativa e o processo de identificação e pertença muitas atividades são promovidas pela DGPC em ambientes culturais. O objetivo desde projetos é tornar vivo estes ambientes culturais, impregnando-os de significado. Nos anexos, em Apêndice A, está disposta uma tabela com alguns eventos culturais organizados pela DGPC e que ocorreram/ocorrem no ano de 2023.

Ao comparar os projetos apresentados pela DGE e pela DGPC é possível perceber um número maior de iniciativas de educação patrimonial em âmbito não escolar. Isto talvez indique a necessidade de que mais projetos de educação patrimonial sejam desenvolvidos por iniciativa das escolas e órgãos de educação.

Tanto por ordem da Direção Geral de Educação quanto da Direção Geral do Património cultural os projetos têm o intuito de aproximar os espaços patrimoniais, culturais, históricos e museológicos com a comunidade, desenvolvendo o conhecimento e a valorização destes espaços bem como o sentimento de identificação e pertença da comunidade para com sua cidade.

Essa pesquisa mostrou a falta de projetos educacionais de iniciativa nacional (tanto em âmbito escolar como não escolar) relacionados com as fortificações de Faro. É imprescindível que projetos de educação patrimonial sejam desenvolvidos em uma perspectiva de patrimonialização das Muralhas a fim de promover a cidadania, a consciência histórica e o comprometimento da comunidade com seu entorno: seu presente, passado e futuro.

Localizados em um modelo crítico de educação, o património é considerado um recurso muito poderoso para auxiliar na formação de pessoas críticas e comprometidas, uma vez que a educação patrimonial a partir da educação crítica pode facilitar para que as pessoas compreendam a sociedade em que vivem, uma realidade de grande complexidade. (GONZÁLEZ-MONFORT, 2019,p 132)

Sentir-se pertencente a estes espaços é imprescindível para a construção de identidades individuais e coletivas da sociedade. Além disso é através dos sentimentos de identificação para com estes patrimónios e espaços históricos e culturais que o ato de preservação ganha sentido e valor. Pois só é preservado, cuidado, valorizado e amado aquilo que se conhece e se considera importante.

CAPÍTULO V

5. PERCURSOS METODOLÓGICOS

“Evitar o engessamento do conhecimento em perspectiva única oferece ao pesquisador a possibilidade de aprofundar de modo mais complexo o estudo do seu objeto de pesquisa, elaborando uma reflexão fundada em conexões necessárias para a compreensão deste em sua totalidade, associando-o ao conhecimento social, cultural, educacional e psicológico, por exemplo.”
(Rodrigues, Therrien, Falcão, Grangeiro, 2016, p. 9763).

Com a hibridação de hábitos, costumes e formas de se relacionar provindos da pós-modernidade as sociedades modificaram-se e junto delas o conhecimento científico e os estilos de pesquisa. “Em tempos pós-modernos, o questionamento da ciência abre espaço para aceitação de outros referenciais para a explicação do mundo [...]” (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 608). Dessa forma a ciência positivista como uma ferramenta para obtenção da verdade a partir de uma neutralidade e imparcialidade é ampliada e relativizada para a aceitação de outros discursos.

Na área dos Estudos Culturais começam-se a valorizar as múltiplas leituras de mundo, a fim de interpretar e compreender como se constituem as representações culturais. Nesta perspectiva surge a bricolagem como um modo de fazer pesquisa que se constrói a partir de diferentes pontos de vista sobre um mesmo objeto de estudo. Ao respeitar e valorizar as diferentes perspectivas e experiências de uma sociedade plural a bricolagem contribui para a quebra de uma lógica dominante na produção do saber científico.

Na bricolagem não se busca descobrir verdades, como se elas estivessem escondidas à espera de um investigador, o que se pretende é entender a sua construção e questionar como os diversos agentes sociais produzem e reproduzem o que é imposto pelos discursos hegemônicos. (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 608).

Dessa forma ao considerar e valorizar diferentes relatos e perspectivas sobre um mesmo objeto de pesquisa a bricolagem possibilita um estudo mais complexo, completo e democrático. Não há como separar o objeto de pesquisa de seu contexto; a linguagem e as relações de poder influenciam fortemente na interpretação da realidade. A bricolagem

possibilita um trabalho que altera a lógica dominante na produção de conhecimentos considerando as diferentes perspectivas existentes sobre um mesmo assunto.

O conhecimento gerado por meio da bricolagem é um produto da interação de diversas perspectivas e vozes, enriquecido pela multiplicidade de origens, histórias pessoais, biografias, gêneros, classes sociais e etnias das pessoas envolvidas, bem como das fontes investigadas. Como resultado, não se trata de um conhecimento rígido e uniforme, mas sim de uma porta aberta para futuras pesquisas e descobertas. “O conhecimento produzido é assumidamente provisório e processual, pois se reconhece a existência de diversas interpretações sobre o objeto, edificadas por meio de discursos e construções sociais.” (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 611).

As pessoas e as sociedades mudam com o tempo, suas necessidades, desejos, representações e identificações também. Através da bricolagem a pesquisa centra-se nas necessidades atuais do objeto de estudo, calcando-se no contexto histórico, social e cultural em que este está inserido. Essas necessidades podem mudar ao longo dos anos.

Construir conhecimentos a partir de múltiplas vozes exige saber qual a origem das explicações fornecidas e quais experiências sociais influenciam os olhares sobre o fenômeno investigado. Ou seja, é preciso ouvir diversas explicações sobre o objeto para que o pesquisador possa percorrer inúmeros caminhos, aproximar-se e, talvez, chegar a múltiplas interpretações. (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 611).

Mais do que um método de pesquisa, a bricolagem deve ser considerada uma atitude investigativa. Através de uma pesquisa multirreferencial e crítica o pesquisador deve incorporar diferentes pontos de vista de um mesmo objeto de estudo, compreendendo sua complexibilidade. “Nesse âmbito, não se pode perder de vista a ideia de que a investigação científica é, antes de tudo, um trabalho humano e social que, portanto, envolve intersubjetividades.” (Rodrigues, Therrien, Falcão, Grangeiro, 2016, p. 979).

A bricolagem científica trabalha o ser humano em sua totalidade, refletindo sobre a constituição e reconstituição do entorno ao qual estão inseridos. Este tipo de pesquisa compreende que os contextos históricos, sociais e culturais interferem em todas as perspectivas da pesquisa.

Muitos estudos culturais têm sido desenvolvidos nessa metodologia de pesquisa devido à possibilidade de acolher e respeitar diferentes perspectivas. “Para os Estudos Culturais, revelar os mecanismos pelos quais se constroem determinadas representações é o

primeiro passo para reescrever os processos discursivos e alcançar a formação de outras identidades.”. (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 609).

O presente trabalho desenvolve-se a partir do percurso metodológico da bricolagem e utiliza como abordagem de investigação a metodologia qualitativa. A partir de um posicionamento crítico sobre diferentes perspectivas de estudo busca-se compreender como as Muralhas de Faro estão sendo representadas e como se podem melhorar os processos de identificação e pertença da comunidade perante este monumento. Desta forma, constrói-se a seguinte problemática de pesquisa: Quais são as estratégias de educação patrimonial, desenvolvidas com os estudantes e a comunidade, referente às Muralhas de Faro e qual a importância destas para o reconhecimento de pertença dos moradores na cidade?

Com o intuito de responder a este problema de pesquisa, o objetivo deste trabalho é compreender como se pode valorizar a Muralha de Faro, tornando a sua importância reconhecida pelos habitantes da cidade. E os objetivos específicos visam analisar estratégias de alfabetização patrimonial e movimentos de sensibilização patrimonial para compreensão, por parte da comunidade, das relações da modernidade com o passado e dos processos de identificação e pertença.

Compreendendo a bricolagem como uma possibilidade de desenvolver um trabalho amplo para além de pontos de vista únicos e verdades absolutas o presente estudo desenvolve-se a partir de uma multirreferencialidade que utiliza de entrevistas compreensivas e análises documentais para reconhecer a percepção do valor do bem.

Na entrevista compreensiva o pesquisador deve respeitar as diferentes perspectivas e opiniões dos entrevistados, compreendendo que os posicionamentos destes são construídos e influenciados pelo contexto histórico-cultural e social sob o qual pertencem.

Compreender, nesta perspectiva, significa colocar-se mentalmente no lugar que o entrevistado ocupa no espaço social, considerando condicionantes psíquicos e sociais dos quais ele é produto, e que estão diretamente associados à sua posição e a sua trajetória particular neste espaço (SILVA, ROSIMEYRE; SILVA, JOSELMA, 2016, p. 4).

As entrevistas compreensivas foram desenvolvidas com profissionais que trabalham com o património cultural (Museu Municipal de Faro, Ermida de Santo António do Alto, Câmara de Faro e Direção Regional de Cultura). A definição desta amostragem foi construída

em conjunto com o orientador deste projeto Prof^o Doutor João Pedro Pereira da Costa Bernardes.

Quadro 1 - Entrevistados

Entrevistados	Profissão
Entrevistada 1	Técnica Superior na Direção Regional de Cultura
Entrevistada 2	Técnica Superior do Património no Município de Faro
Entrevistada 3	Serviços educativos da Divisão de Museus, Arqueologia e Património Cultural do Município de Faro
Entrevistada 4	Serviços educativos da Divisão de Museus, Arqueologia e Património Cultural do Município de Faro
Entrevistada 5	Arquiteta em função pública

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Foram realizadas visitas *in loco*, como forma de aproximação com o objeto de pesquisa, sendo elas: visita às Muralhas de Faro, Museu Municipal de Faro, Museu Regional de Faro, Direção Regional de Cultura do Algarve (para coleta de documentos e informações), Ermida de Santo António do Alto e ao centro de Informações turísticas do Algarve (a fim de analisar o trabalho turístico que é desenvolvido com as Muralhas de Faro). O trabalho *in loco* permitiu uma investigação-ação que através observação, aproximação e recolha de dados possibilitaram o acesso a resultados e respostas.

Outras fontes utilizadas para construção deste trabalho foram as análises documentais e bibliográficas. A análise documental dos Anais de Faro foi desenvolvida a partir de uma perspectiva ampla, afim de compreender como as Muralhas de Faro foram retratadas ao longo dos anos, nessa ferramenta de comunicação. Da mesma forma que nas entrevistas compreensivas com as análises documentais buscou-se interpretar o contexto histórico e cultural sob o qual os periódicos foram escritos. A publicação dos periódicos iniciou-se no ano de 1969 e decorre até a atualidade, totalizando 44 edições.

As fontes bibliográficas alicerçaram este trabalho. Reconhecendo a importância de diferentes áreas do conhecimento para construção desta pesquisa diversos autores

contribuíram para o embasamento teórico desta dissertação, além de leis nacionais e internacionais do Património Cultural. Os principais autores utilizados nessa revisão bibliográfica foram: CATROGA (2001); NORA (1993); HALL (2019); BAUMAN (2013); GONZÁLEZ-MONFORT (2019); VALENTE E BERNARDES (2021); PINTO (2015), PINTO (2016); SABALLA (2007); GAMITO (1996), CALLIXTO (1987); ROSA (1985) ; NETO (1991); GIEBELS (2005); MAGALHÃES (2008), ZACARIAS E AFONSO (2008) e SOUZA (2003/2004);

[...] se trata de uma Área que congrega diferentes saberes, o que, por conseguinte, implica uma abordagem sobre a Ciência da complexidade a qual demanda a necessidade de adoção de olhares distintos das diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de uma melhor compreensão da realidade que envolve o objeto de estudo. (SILVA, ROSIMEYRE; SILVA, JOSELMA, 2016, p. 3)

Os trabalhos de estudos culturais desenvolvem-se a partir de diferentes áreas do conhecimento e diversas perspectivas. Dessa forma, o diálogo com diferentes autores foi importante para sustentar as necessidades envolvidas nesta pesquisa científica a fim de obter uma perspectiva ampla e plural sob o objeto de estudo. A utilização de diferentes áreas do conhecimento possibilita a construção de um trabalho inclusivo que acolhe e respeita a todos.

O capítulo 6 é referente à análise dos resultados obtidos com as entrevistas compreensivas com os Anais de Faro. Para que fosse possível essa análise os resultados foram organizados, categorizados e comparados.

CAPITULO VI

6. As Muralhas de Faro como elemento Patrimonial e identitário

6.1 Perceção nos Estudos Históricos

Os anais do município de Faro são publicações de periodicidade anual, embora não seja cumprida todos os anos. Até ao momento são 44 volumes que iniciaram no ano de 1969 (Nº 1) e se estendem até a atualidade. Foram suspensos em 2011 e retomaram sua publicação em 2016. A última edição (Nº 44) ocorreu no ano de 2022.

Estes anais são publicações de estudos e reflexões referentes aos patrimónios culturais de Faro e à história da cidade. São registros das memórias coletivas da comunidade e compõe parte importante da historiografia do município.

Com mais de cinco décadas de existência, os Anais têm contribuído de forma inegável para o registo da história e da memória coletiva de Faro e da sua região, pelo que a procura da revista tem aumentado significativamente e o reconhecimento do seu mérito é uma realidade. (Nuno Júdice, 2022)¹.

Os Anais de Faro podem ser considerados registro históricos. O estudo destes documentos possibilita uma maior compreensão do passado, ampliando as perspectivas de construção do conhecimento histórico. São registros de estudos e artigos, mas também de memórias, lembranças e recordações da cidade.

Após um levantamento dos títulos e assuntos dos Anais de Faro foram examinados, neste trabalho, 5 anais que descreveram as Muralhas de Faro. Há muito mais, entretanto estes foram selecionados pois se enquadraram melhor nas questões a serem analisadas neste trabalho. Além dessas 4 artigos presentes nos Anais de Faro o capítulo é finalizado com uma breve referência ao artigo de Fernando Pessanha “Fortificações Militares de Faro da Idade Média”, disponível nos Anais da União das Freguesias de Faro (Sé e são Pedro) de 2018, volume 1.

Os artigos analisados dos Anais de Faro são:

¹ Citação da Nuno Júdice, disponível no jornal online Sul Informação - 9 de novembro de 2022.

- Nº XVII (1987): As Fortificações Marítimas do Reino do Algarve - A Praça de Guerra de Faro. Escrito por Carlos Pereira Callixto.
- Nº XX (1990): Fortificações de Faro: Conferência Proferida na Sessão de Encerramento da Série Promovida pela APAC. Escrito por José António Pinheiro e Rosa.
- Nº XXXIII/XXXIV (2003/2004): A Defesa Islâmica na Ria Formosa. Escrito por Maria José M. Nobre de Souza.
- Nº XXXV/XXXVI (2005/2008): Vila-Adentro: Identidade, Espaço e Comunidade. Escrito por Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso.

Callixto, autor do artigo “As Fortificações Marítimas do Reino do Algarve: Praça de Guerra de Faro” pertencente aos Anais de Faro do ano de 1987 inicia sua escrita relatando sobre as origens da Faro e com se deu a conquista da cidade, passando de domínio Árabe a Português, utilizando como referências algumas crônicas e estudos da conquista do Algarve.

Segundo o autor o Castelo e a Muralha de Faro foram construídos como fortificações Dependentes da Praça de Faro com o intuito de defenderem os acessos à cidade. Para ele, no entanto as fortificações de terra foram construídas com baterias provisórias, sem alicerces e montadas sobre areia o que diminuiu o tempo de duração das fortificações e resultou na necessidade de constantes reformas e intervenções.

Estas constantes mudanças contribuíram para um sistema de fortificação, formado, através dos tempos, por diferentes arquiteturas, culturas e etnias, resultando em uma edificação de múltiplas histórias.

Em seu artigo o autor faz uma descrição das intervenções arquitetónicas que ocorreram ao longo dos anos e caracteriza o sistema defensivo da cidade como fraco e vulnerável.

O ponto que pretendo analisar neste trabalho não se refere a arquitetura das fortificações ou do poder que possuía como sistema defensivo, mas sim da importância histórico-cultural que este bem carrega para a cidade.

Na altura em que o artigo foi escrito o Castelo estava arrendado à firma portuguesa S. H Seller e Ferro, onde havia uma fábrica de cerveja. Neste mesmo período as casas que se encontravam adossadas à Muralha estavam sendo compradas para demolição, em uma tentativa de contemplação da Muralha.

Callixto destaca sua preocupação perante a proteção da Muralha e sugere alternativas de recuperação e preservação destes bens culturais: A Muralha e o Castelo.

Esta louvável recuperação, de um passado histórico, deverá ser intensificada e estender-se, em especial, ao Castelo, para os de hoje, nacionais e estrangeiros, poderem avaliar como era, outrora, a Cidade de Faro, as Muralhas e o seu Castelo. Em parte ainda ocupado por instalações militares, situado frente à Ria Formosa e junto ao Campo da Feira, mais ou menos com o aspecto que teria no ano de 1249, o Castelo de Faro, devidamente recuperado e restaurado, tornando a erguer para o céu as altaneiras torres ameiadas, poderia, na verdade, passar a alojar no seu interior, por exemplo, o Arquivo Distrital de Faro. (Callixto, 1987, p. 127).

Na citação acima o autor defende como louvável o processo de retirada das casas fixadas a Muralha, como tentativa de valorização da mesma. Mesmo naquela época Callixto defende a necessidade de preservação destes bens que ainda não haviam sido classificados como patrimónios (Castelo e Muralha) e aponta a importância de projetos de recuperação e revitalização destes espaços, compreendendo-os como parte importante da cidade, que deveriam ser lembrados e valorizados.

Assim como Callixto, Pereira e Rosa também inicia sua escrita a partir de um panorama histórico das origens de Faro. Fazendo uma retrospectiva de sua história desde a origem Pré-Romana até à conquista portuguesa, o autor também destaca as características das fortificações de Faro sob domínio romano, árabe e português.

Tendo sido publicado três anos após o artigo de Callixto, o estudo de Pinheiro e Rosa também foi realizado em uma época de transformações da cidade e da Muralha. Em sua escrita é possível perceber a preocupação deste autor com a preservação, não só da Muralha, mas de todo o centro histórico da cidade.

Como todos os crescimentos, o de Faro tem tido suas crises, que é desejável se evitem. Há uma coisa que é sagrada: é o aspecto característico das terras, que deve ser conservado religiosamente. Deixar degradá-la, desvirtuá-la, destruí-lo, não é progresso, é loucura. Faro foi proclamada “cidade histórica” pelo movimento “Europa Nostra”. Oxalá saiba conservar esse título, que não pediu, o que lhe é por isso mais honroso. (PINHEIRO E ROSA, 1990, p. 41).

Além das mudanças que estavam a ocorrer no século XX o autor também ressalta a pouca importância que foi dada às Muralhas no século XVIII, quando estas perdiam seu valor militar. No século XIX destaca as muitas intervenções realizadas nas fortificações.

Um ponto de grande descontentamento do autor é, assim como para Callixto, referente às casas e prédios públicos que foram adossados à muralha nos séculos XIX e XX.

[...] as Muralhas [...] tem casas construídas sobre elas. Numa construíram-lhe um desgraçoso torreão de altura descomunal para um proprietário ver as suas armações de pesca. Em cima de outros trechos da muralha construíram-se edifícios públicos consagrando assim as autoridades os atrevimentos dos particulares, que lhes tinha encostados casas! (PINHEIRO E ROSA, 1990, p. 46).

Grande parte dos prédios e casas adossados a Muralha foram retirados no século XX em um processo de valorização da Muralha. No entanto, como já mencionado no capítulo II, ainda são encontrados alguns ainda fixados às edificações.

Quanto ao anexo das casas e prédios à Muralha Pinheiro e Rosa realça a responsabilidade da Câmara Municipal e o Poder Central que “[...] venderam os monumentos nacionais e que neles deixaram fazer tudo que os compradores quiseram!” (1990, p. 52).

No entanto, o objetivo do autor em seu artigo, não está em apontar culpados, mas em destacar o compromisso que o Estado, o município e os órgãos públicos devem ter com os prédios históricos: restauração, manutenção e preservação.

Percorremos toda a extensão da cerca amuralhada de Faro. Voltamos ao que resta do Castelo. Foi isto que defendeu a cidade enquanto tais meios serviram de alguma coisa. Mas lembremo-nos de que os países mais adiantados, sejam brancos ou vermelhos, rodeiam de especiais cuidados testemunhos da sua história. (PINHEIRO E ROSA, 1990, p. 57).

Restaurar estas edificações e reavivar seus espaços, atribuindo-lhes significados é uma importante estratégia de preservação patrimonial. Em uma época em que se desenvolviam projetos de recuperação da Muralha e se iniciavam os processos de classificação desta edificação como património de interesse público Pinheiro e Rosa enaltece a importância das restaurações das Muralhas e da Vila-Adentro.

Primeiro é preciso limpá-lo das misérias que o povoam, mas com humanidade e compreensão. Depois (e porque esse é o grande filão da actualidade) turistilizá-lo (deixem-me passar o neologismo!). Um passeio ao longo dos adarves, no período da praia-mar, terminando em qualquer ligeira refeição típica acompanhada duma síntese histórica áudio-visual (como agora se diz) revitalizaria as nossas Fortificações! Com a prévia limpeza e constante vigilância, é claro! E porque não, a seguir a esse passeio, um outro, de barco até a praia de Faro, pelos românticos canais da Ria? Há 741 anos que isto é nosso. Saibamos conservar a sua existência e posse, e procuremos tirar delas algum partido. Mas, ainda que assim não seja, mostraremos ao Mundo que, sendo uma Cidade Histórica, sabemos conservar os pergaminhos desse título. (PINHEIRO E ROSA, 1990, p. 58).

Um ponto crucial que merece atenção na escrita de Pinheiro e Rosa é quando ele diz que as Muralhas devem ser limpas das misérias que o povoam, mas com **humanidade!** O autor preocupa-se aqui com a preservação, o restauro e o senso estético das fortificações de Faro, mas antes de tudo preocupa-se com a comunidade que dá vida a cidade e que constrói sua história e suas memórias.

É necessário guardarmos o que de valor restou do passado. É imprescindível que tenhamos respeito por nossos patrimónios, nossas memórias e nossas histórias, reconhecendo o devido valor que possuem. No entanto, é necessário acolher e respeitar a comunidade que partilha destes espaços culturais, pois, é principalmente por elas que estes bens continuam a existir.

Desta forma a preservação e valorização patrimonial deve ocorrer com o intuito de despertar importância e sentido para as pessoas que vivem e compartilham destes espaços. Os bens culturais devem fazer parte do cotidiano e da vida da sociedade, se tornando valiosos para os cidadãos, despertando nos moradores a vontade de preservação de suas culturas, memórias e histórias.

Por fim Pinheiro e Rosa destaca a importância que o turismo pode ter na garantia da integridade e preservação, não só das Muralhas de Faro, mas de toda a cidade. Preservar a cidade histórica, reconhecer o seu valor e usufruir de seus bens gerando riquezas e promovendo a importância da cidade.

No entanto devemos desprender uma grande atenção ao turismo cultural. Esta forma de turismo levantada pelo autor está ligada ao intuito de valorização da cidade e é contrária aos processos de gentrificação, muito comuns na atualidade.

De acordo com Castriota (2009) o turismo pode ser uma alternativa viável para o desaquecimento industrial e a desaceleração ou estagnação económica das cidades. No entanto é imprescindível o cuidado para que estas regiões turísticas não se transformem em cidades espetáculos. Uma vez que o turismo vire o foco do local e este seja destinado primeiramente aos turistas, se torna comum que seus moradores não se reconheçam como parte destes espaços.

Assim, o turismo deve ocorrer de forma consciente e preocupada, a fim de promover e valorar a região. Esta é apenas umas das formas de preservação dos bens culturais e não deve ser a única e nem a mais importante. É preciso que o turismo cultural respeite primeiramente a comunidade que vive nestes espaços históricos.

Há neste reino do Algarve muitas cousas notáveis e maravilhosas e tão particulares dele só, que não se acham em outro algum, assim na própria natureza da terra como também nos costumes de que usam os moradores dela. (SÃO JOSÉ, 1577, p. 109).

Diferente de Callixto e Pinheiro e Rosa, em seu artigo para os anais de 2003/2004 Souza não se demora na descrição das Muralhas de Faro ou no processo de conquista da região pela coroa portuguesa. O objetivo da autora está em refletir sobre a localidade do Algarve no período islâmico bem como os resquícios que sobram dessa história.

As regiões centro e sul de Portugal integravam o território de al-Andalus, juntamente com Sevilha, Niebla e Córdoba. Distinguidos por sua identidade e originalidade os centros urbanos mais importantes do Gharb foram: Santarém, Lisboa, Évora, Mértola, Silves, Faro e Tavira. A singularidade dessas regiões as denominou como Gharb-al-Andalus. (Sousa, 2003/2004).

Dos primeiros anos da islamização do Gharb al-Andalus pouco se sabe. É só a partir do século IX/X que as fontes começaram a fazer referência a esta região. É ainda pelos textos e por alguns vestígios que subsistiram que se sabe que um complexo sistema defensivo empreendido desde o século IX se estendeu por toda esta zona em vários pontos estratégicos. (SOUSA, 2003/2004, p. 112).

Sendo a maior cidade do Gharb al-Andalus Faro possuía uma boa localização, com acesso ao mar, rica em árvores, água corrente e férteis hortas. Sob domínio islâmico as cidades desenvolviam-se ao redor das mesquitas e progrediam economicamente através do

mercado e comércio. Ao redor das cidades plantavam-se as hortas para a agricultura. Com o crescimento dos núcleos urbanos tornou-se necessário reforçar a proteção da cidade.

Segundo Sousa (2003/2004) no início da ocupação muçumana as estruturas romanas/visigóticas foram aproveitadas e somente com a expansão das conquistas das terras e do desenvolvimento de técnicas construtivas é edificado um sistema islâmico de defesas e fortificações compreendendo uma estrutura de vigilância, proteção e controle. Esse sistema de defesa foi ampliado e fortificado principalmente por causa dos ataques vikings e cristãos.

Em seu artigo Sousa relembra que a Ria de Faro está enquadrada como parte da Reserva Natural da Ria Formosa na qual está prevista a preservação da natureza, a conservação, renovação e valorização do património arquitetónico, segundo decreto lei nº 45/78 de 2 de maio.

A autora ainda destaca A Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional (Decreto-Lei 613/73 de 15 de novembro), aprovada pelo Decreto-Lei 408/71 que “Apresenta como normas gerais entre outras, no seu artigo 1º, a proteção da natureza, a conservação, renovação e valorização do património arquitetónico.” (SOUSA, 2003/2004, p. 108).

O artigo de Maria José M. Nobre de Souza foi escrito com o intuito de destacar a importância da cultura islâmica para construção da cidade de Faro. A arquitetura e as técnicas de construção islâmica estruturaram grande parte da cidade e tudo isso foi de extrema importância para a história da região.

Sousa escreve sobre o Decreto-Lei 613/73 de 15 de novembro para lembrar a necessidade de preservação do património histórico, cultural e natural de Faro. Porém a conservação dessa cidade histórica deve ocorrer em sua plenitude, considerando todas épocas e culturas que constituíram este município.

Se bem que uma sucessiva anulação dos valores islâmicos tenha sido a tônica ao longo dos tempos e os vestígios materiais que nos restam tenham sofrido alterações sucessivas e até a destruição, há vestígios culturais que não se apagam. Eles perduraram, mesmo após a Reconquista, na população muçumana e moçárabe que nos legou na arquitetura, no decorativo popular, no desenvolvimento da agricultura, no vocabulário e nos costumes, a matriz que faz de nós aquilo que hoje somos. (SOUSA, 2003/2004, p. 143).

É necessário preservar o que restou da nossa história valorando-a a partir de uma perspectiva de inclusão e interculturalidade, incentivando a identificação e a pertença da comunidade.

Nesta mesma perspectiva de inclusão social Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso escreveram um artigo nos anais de Faro de 2005-2008 referente ao Museu de Faro, a Vila-Adentro e as suas relações com a comunidade. “[...] este projeto tem como ponto de partida a ideia de que é fundamental para o processo museológico a comunicação com o outro e a preocupação em conhecer quem está à nossa volta [...]” (ZACARIAS; AFONSO, 2005-2008, p. 129).

Sendo a Vila-Adentro povoada por uma comunidade envelhecida, em um cenário de mudanças económicas e sociais torna-se primordial repensar a salvaguarda dos patrimónios materiais e imateriais.

O Museu de Faro, as Muralhas de Faro e a região histórica da Vila-Adentro (assim como todos os patrimónios da cidade) são bens culturais que não devem “[...] alhear-se do contexto social que o envolve, sob pena de se tonar numa ilha, num espaço congelado, num lugar inútil.” (ZACARIAS; AFONSO, 2005-2008, p. 129).

Segundo Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso (2005-2008), em um mundo globalizado a aglutinação de culturas é intensificada mais a cada dia, o que pode contribuir para o apagamento e silenciamento de identidades singulares.

[...] a “globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência mais interconectado. (HALL, 2019, p. 39)

Por outro, lado o efeito globalizador pode ser uma alternativa para o fim da intolerância cultural, possibilitando a interculturalidade e construindo novas interpretações de

mundo. Para que isso ocorra é necessário que diferentes culturas estejam interligadas a partir de uma teia de conexões em que os cidadãos possam (através de uma educação patrimonial) perceber, respeitar, valorizar e aprender com as originalidades e particularidades de cada cultura.

A preservação do património imaterial pode ser uma ferramenta para a solidificação de identidades. Através de uma valorização cultural é possível desenvolver e ampliar sentimentos de pertença de uma comunidade com seu entorno.

As autoras apontam para a reflexão museológica como uma possibilidade de captação, preservação e divulgação do património cultural, possuindo como propósito a reconstrução e valorização de memórias e identidades socioculturais.

Segundo Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso (2005-2008) medidas de sensibilização na proteção e salvaguarda do património imaterial vem sendo levantadas a nível nacional e internacional desde o início do século. Com a convenção para Salvaguarda do Património Imaterial Cultural, ocorrida no ano de 2003 em Paris práticas de preservação patrimonial são desenvolvidas como instrumento para construção de processos de identificação e pertença.

Em Portugal, a Lei de Bases do Património Cultural, de 2001, já fazia referência ao Património Imaterial.

Contudo, só recentemente, no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração o Central do Estado (PRACE), concretamente na reorganização orgânica do Ministério da Cultura, levada a cabo desde 2006 e, posteriormente com a criação do Instituto de Museus e da Conservação, através Decreto-Lei nº 97/2007 de 29 de Março, o Património Imaterial ganha expressão e é constituído como Departamento. (ZACARIAS; AFONSO, 2005-2008, p. 130).

Em complemento, no ano de 2015 foi redigido o Decreto Lei que prevê a proteção e valorização do património imaterial português (Decreto-Lei 148/2015). Este decreto estabelece o “dever do Estado de proteção e valorização do património cultural, enquanto alicerce da memória e da entidade coletiva e fator de desenvolvimento económico e social” (Decreto-Lei 148, p. 5347, 2015).

Com o intuito de perceber como se encontravam os patrimónios imateriais de Faro as autoras desenvolveram seu trabalho a partir da recolha e estudo de testemunhos orais de moradores da Vila-Adentro e da relação destes com os espaços comunitários e as práticas e dinamismos comunitários desta região, bem como com os espaços institucionais.

A partir destes testemunhos de moradores idosos da Vila-Adentro as autoras puderam perceber como era a vida destas pessoas em sua mocidade: a dinâmica comunitária da região, e economia e as formas de trabalho, as festas e manifestações comunitárias e religiosas...

“As pessoas aqui trabalhavam todas no mar. As mulheres, uma ou outra, iam fazer limpezas nas lojas para ajudar o marido, que isto era uma miséria. Havia muita gente a trabalhar onde hoje é o museu que era uma fábrica de cortiça.”

Manuel Costa, 75 anos.

“Mas o convívio não terminava por aqui. Era no verão, ao fim da tarde, sentados às portas ou deitados sobre mantas, que a comunidade punha a conversa em dia e permanecia assim até de madrugada, exultando e reforçando ainda mais a práxis comunitária.”

Maria Isabel Vieira Afonso, 85 anos.

Estas citações foram retiradas do artigo que Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso escreveram nos Anais de Faro de 2005-2008 e, embora percam um pouco de sua importância quando recitados neste trabalho (por ser citação de citação), foram escolhidos pelo testemunho que carregam. A partir dessas falas é possível perceber a vivacidade que a região da Vila-Adentro possuía por volta da década de 60 a 80 do século passado.

Segundo as autoras, a importância dessa localidade, devia-se muito aos estabelecimentos que se instalaram na Vila-Adentro neste período. “O conjunto de instituições que se instalaram na Vila-Adentro, foram decisórias na conversão da mesma em um lugar de importância fulcral no contexto citadino da cidade de Faro.” (ZACARIAS; AFONSO, 2005-2008, p. 138). Na Vila-Adentro funcionavam os mais importantes serviços públicos e desempenhavam-se importantes interações culturais, económicas e sociais.

Outra importante instituição que animava a região eram as escolas. “A transferência destes estabelecimentos de ensino para fora deste núcleo espacial, motivou em muito o isolamento, acentuando a tendência para a modificação da paisagem demográfica: a saída dos mais jovens e a permanência dos mais velhos.” (ZACARIAS; AFONSO, 2005-2008, p. 143)

“De igual modo, a Escola Primária situada na Rua do Município, e que mais tarde foi transformada em Jardim-de-infância, movimentava e alegrava o espaço

pelo inúmero conjunto de crianças que com atividades variadas rejuvenesciam constantemente o espaço. Hoje não se identifica qualquer vestígio do passado à vista do espectador, apresenta-se como um espaço desvitalizado e apenas movimentado por uma realidade totalmente oposta àquela para a qual foi criado, uma vez que se destina actualmente a instalações da Câmara Municipal de Faro.”

José Rafael, 73 anos.

A partir dessas falas e apontamentos torna-se necessário refletir não apenas sobre a necessidade de preservação e reutilização dos espaços histórico-culturais, mas também na forma com que a revitalização destes espaços deve acontecer. O reavivamento dos patrimónios culturais deve ser feito respeitando o património, salvaguardando seu valor e sua história, mas principalmente tornando-o valoroso a comunidade, gerando identificação com os moradores da região e, se possível, tornando-se útil.

Para a população, o que vem a ser objeto da prática de preservação, apresenta-se com frequência como recurso material ou simbólico integrado à vida corrente. Trata-se de processos e artefatos que incorporam sentidos simbólicos locais e apresentam potencialidades práticas de uso para os seus detentores, usuários ou proprietários. (NETO, 2006, p. 56)

Quando a antiga fábrica de cortiça foi adaptada para ser o museu de Faro houve uma resistência e indiferença da comunidade perante essa instituição, talvez pelo fato de modificar o ambiente já conhecido pelos moradores.

“O museu tinha pouco movimento, uma ou outra pessoa iam lá, mas não muito. Hoje, tem mais movimento.”

Assunção Laboia, 69 anos.

O prédio foi tombado e a sua transformação em museu desempenhou uma utilidade a edificação. Entretanto no início este museu não foi tão bem acolhido e frequentado pela comunidade. Foi necessário que a comunidade conhecesse o museu e se identificasse com este para que começasse a frequentá-lo. É necessário que revitalização dos patrimónios culturais seja realizada de forma a integrar a comunidade, tornando-a pertencente a estes

espaços e transformando estes locais históricos em úteis e necessários. O processo de revitalização deve ser feito para a comunidade e pela comunidade, pensando no bem da região e não apenas em um turismo cultural. “Para serem socialmente sustentados, os sentidos de lugar e de pertença não podem ser realidades de vitrine, feitas para o mercado.” (NETO, 2006, p. 58).

Ao final do inquérito realizado por Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso os entrevistados queixaram-se da atual desertificação da região da Vila-Adentro. A mudança de muitos serviços e instituições para outras zonas da cidade fez com que grande parte dos moradores deslocassem sua morada para as novas regiões, construindo raízes para a vida além das Muralhas.

“Deixou de existir gente nova. Aqui 80% ou 90% dos que moram aqui dentro, tem mais de 80 anos. Os mais novos desapareceram todos. Agora não mora ninguém aqui dentro porque fugiu tudo daqui. Daqui a 10 anos, se não houver alterações, se não puserem ninguém aqui dentro a morar, já não está cá ninguém.”

José Rafael, 73 anos.

“Aqui havia mais gente... praticamente todas as casas estavam habitadas e depois fizeram a mudança para a Cooperativa de Faro. Aqui havia muitas crianças na rua. Havia, hoje já não há! Agora o que é que tem hoje? Tem uma movimentação nocturna pelos dois cafés que há junto ao Largo D. Afonso III, com aspectos positivos e negativos.”

Rosário Prospero, 42 anos.

Com as alterações políticas, económicas e sociais desencadeadas pelas pós-modernidade houve uma degradação e desertificação dos pequenos espaços comunitários. A mudança das instituições para fora das cidades históricas foi um dos principais fatores para o abandono da região.

O espaço Vila-Adentro, outrora fonte de dinamismo e vitalidade devido à grande concentração de serviços, instituições e práticas costumeiras culturais, surge-nos actualmente como um espaço isolado e desertificado. [...] a fisionomia do espaço altera-se. Assiste-se cada vez mais uma constante degradação

habitacional, transformando o local num arquétipo de um passado esquecido, apenas imortalizado na memória dos mais velhos. (ZACARIAS; AFONSO, 2005-2008, p. 145)

Este esquecimento físico, social e cultural da região faz com que se dificulte as interações entre a comunidade que vive além muros e a Vila-Adentro, coibindo a troca de ideias, culturas, memórias e levando a região ao esquecimento. Tudo isso contribui para a perda da qualidade de vida, o envelhecimento da vila, a degradação física do espaço e a diminuição ou cessamento de eventos culturais outrora costumeiros e importantes para a cultura local.

A descrição dessa realidade feita quase duas décadas atrás não se aplica mais completamente. Atualmente, podemos encontrar casas reabilitadas e uma população vivendo na Vila-A-Dentro, bem como restaurantes e algumas atividades culturais que estão reavivando a área (como será detalhado mais adiante). No entanto, ainda há espaço para melhorias, especialmente em relação à preservação e aproveitamento da muralha e de outros elementos histórico-arquitetônicos dessa parte da cidade.

[...] a denominada “cidade velha” apresenta um conjunto de elementos cuja importância não deve ser desconsiderada, especialmente, no que se refere ao seu perímetro amuralhado e às suas torres, que sugerem uma cronologia que remonta às reformas urbanas do período emiral-califal do séc. IX-X, com uma manifesta remodelação de indústria almóada bem evidente nas torres albarrãs do Arco do Repouso. (PESSANHA, 2018, p. 78)

De acordo com Fernando Pessanha (2018) o centro histórico de Faro revela marcantes características da arquitetura militar da Idade Média, entre o início do período medievo-islâmico e final do período medievo-cristão. Os elementos mais evidentes deste momento pertencem a Muralha de Faro, sendo eles: as torres, entradas em cotovelo, e a alcáçova.

Segundo o autor os vestígios da arquitetura militar medieval são escassos devido as catástrofes naturais, juntamente com as constantes demolições, construções e reconstruções.

Atualmente o estudo, conservação, preservação e proteção deste património serve de forma estratégica aos interesses culturais, turísticos e econômicos da cidade. “[...] um olhar mais atento permite vislumbrar mais que pontuais vestígios [...]” (PESSANHA, 2018, p. 70).

Fernando Pessanha (2018) finaliza seu artigo destacando a importância da condução de novas pesquisas fundamentadas em evidências científicas. Essa é uma condição essencial

para a formulação de estratégias culturais sustentáveis, as quais têm impacto direto no desenvolvimento da economia local.

6.2 Perceção nos Entrevistados

As pessoas entrevistadas para este estudo foram seleccionadas considerando a importância de suas narrativas para esta pesquisa. São profissionais que trabalham com o património cultural e, dentre as entrevistadas, algumas são também pesquisadoras do património.

Além das entrevistas realizadas pela autora deste trabalho, também foram utilizadas, para complemento de análise, algumas citações das entrevistas aplicadas com idosos farenses, desenvolvidas por Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso e publicadas nos anais de Faro, 2005-2008. Através do contato com estas autoras buscou-se o acesso a descrição original e completa das entrevistas, no entanto, elas não possuíam autorização para divulgá-las. Devido a este fato só foi possível ter acesso as citações já publicadas no artigo.

Houve também uma tentativa de entrevista online com a arquiteta Teresa Valente, que não foi possível por problemas com a internet. Dessa forma as perguntas foram respondidas em forma de questionário e enviados por e-mail. O Quadro 2 traz as informações sobre os entrevistados da presente pesquisa.

Além disso, foram feitas tentativas de contato (via e-mail) com professores e escolas do município de Faro. Destes apenas dois professores responderam, um deles informando que gostaria de participar, mas não poderia por questões de saúde e o outro que se propôs a participar, mas que, por motivos de mudança de morada não foi possível marcar um encontro para a entrevista.

Quadro 2 - Informações das Entrevistadas

Nome	idade	Formação	Profissão	Morada
Cristina Fé Santos	59	- Licenciada em Património Cultural - Mestra em História da Arte	Técnica Superior na Direção Regional de Cultura	Faro
Patrícia Afonso	42	Técnica de Património Cultural	Técnica Superior de Património no município	Olhão

			de Faro	
Sophia Mendes	46	- Licenciada em professores de 1º e 2º ciclo (Português/Francês)	Serviços Educativos do Museu de Faro	Faro
Denise Afuseta	50	Licenciada e Hotelaria e Turismo	Serviços Educativos da Ermida de Santo António do Alto	Olhão
Maria Teresa Valente	65	- Licenciada em arquitetura - Mestra em história da arte	Arquiteta em função pública	São Brás de Alportel

Fonte: Elaborado pela autora

6.2.1 Os sentimentos de pertença

Para que uma edificação ou prática cultural seja classificada como património é necessário que possua relevância histórica, cultural e afetiva para um grupo social. Os sentimentos de identificação e pertença de uma comunidade ocorrem quando essas heranças culturais estão permeadas de valor simbólico.

Para que possuam valor simbólico é necessário que estes espaços estejam constituídos de memórias. “Não somente a memória objetiva da história, mas buscando uma abordagem afetiva onde o vínculo social com o lugar é um processo de construção da memória de cada um de nós”. (COSTA, 2008, p 152).

Quando as memórias individuais e coletivas se relacionam com as memórias históricas e com a cultura do local surge a possibilidade do desenvolvimento de processos significativos de identificação e pertença. De acordo com Costa (2008) é através destas memórias que os sentimentos afetivos são criados, despertando assim o valor simbólico dos patrimónios.

Para que possuam valor imaterial e simbólico os patrimónios devem ser constituídos por memórias. Pelas memórias históricas, individuais e coletivas das pessoas que edificaram e usufruíram deste património no passado e daquelas que o utilizam no presente. Nesta perspectiva estes bens culturais tornam-se lugares de memória.

Foi origem ou delimita aquilo que é o coração da cidade. É o início da gênese da cidade. Pela importância de preservar o legado do património que constantemente tem andando a ser preservadas e ah... Com o objetivo de valorizar também aquilo que é nosso, o que é do passado ah... E que é nossa herança. O nosso património. (Patrícia Afonso).

Ao analisar as falas das entrevistadas é possível perceber que suas memórias, perante a Muralha de Faro, em muitos casos existem na relação histórica, mas estão esvaziadas de afetividade. Estão vinculadas à ideia de herança cultural e histórica, mas não representam uma ligação com o presente ou uma importância ou utilidade para seus modos de vida atuais.

Eu acho que enquanto portuguesa me sinto identificada e faz parte do meu património enquanto portuguesa, enquanto memória histórica, sim. (Cristina Fé Santos).

Para Nora (1984) é devido ao esfacelamento das memórias do passado que as memórias históricas são criadas: são memórias transportadas pela história.

A classificação das Muralhas de Faro é algo que faz parte da classificação do património português. [...] Faz parte de uma memória visual. Nós temos a sensação de que aquilo tá ali, que faz parte da história de Faro e de toda a sua existência. Se elas não existissem? Não sei se no fundo... se ia ser relevante ou não, né? [...] Não vejo nesta uma grande identidade à volta da Muralha em Si, do núcleo que ela envolve sim. Das Muralhas em si como um objeto de admiração, não. (Cristina Fé Santos).

A diferença entre a memória e a história dá-se pelo fato de que a memória é constituída por grupos sociais vivos, preservada a partir de um misto de lembrança e esquecimento. A história por sua vez é a reconstrução problemática e incompleta do passado no presente.

A memória emerge de um grupo que ela une; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. (NORA, 1984, p. 9).

Os lugares de memória são uma possibilidade de acessar a essas memórias nas quais não mais vivemos. Não são memórias espontâneas, mas reconstruídas e salvaguardadas pela história. “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória.” (NORA, 1984, p. 13).

De acordo com Nora (1984, p. 7) “Há locais de memória porque não há mais meios de memória.” Na atualidade existem muitas “[...] memórias sem passado que reconduz eternamente a herança [...]”. (NORA, 1984, p. 8). Isso ocorre porque a desvalorização e distancia para com as memórias individuais e coletivas do passado contribuiu para seu esquecimento e silenciamento.

Mas se estes lugares de memória estão construídos mais por memória históricas do coletivas e individuais como estes espaços podem criar novas memórias vivas e significativas para comunidade? Como a população local pode compreender e reconstruir o valor simbólico destes patrimónios culturais sentindo-se pertencentes a estes espaços e identificando-se com eles? Como desenvolver o sentimento de responsabilidade das pessoas perante este património, tornando-os cidadãos críticos que compreendam que o património tem mais futuro do que passado?

6.2.2 O trabalho de educação patrimonial

“[...] a par da mundialização do património, reforçou-se a proteção a nível nacional e local, revelando a necessidade de uma filiação, de encontrar traços distintivos, as identidades.”
(PINTO, 2016, p. 51).

O património cultural é uma construção social desenvolvida no presente como uma reinterpretação do passado. É a partir da relação das pessoas com os lugares e o tempo que se se selecionam e valorizam o que deve ser preservado e transmitido as próximas gerações. Como uma herança cultural, o património é uma ponte entre o presente e o passado.

Sendo uma expressão dos vários povos e culturas que o constituíram e o usufruíram, o património “permite-nos indagar e conhecer o passado, mas este não deve ser compreendido como uma mera recordação do mesmo, faz parte do nosso presente e da nossa identidade.” (SOLÉ, 2017, p. 147).

Para que exista, o património deve ser classificado e mantido pelas pessoas. É através da relação da comunidade com os bens patrimoniais que é desenvolvida a cidadania ativa, o pensamento crítico e os sentimentos de pertença. Ao volver o olhar ao passado é possível compreender com mais clareza o presente e preparar-se aos desafios futuros. Sendo uma construção social o património cria-se e transforma, e da mesma forma que se pode patrimonializar, pode-se também despatrimonializar.

A educação patrimonial pode ser uma ferramenta de patrimonialização. A partir do contato direto com patrimónios é possível trabalhar a interpretação de fontes históricas, questionando-as, comparando-as e avaliando-as. Dessa forma, mais do que uma construção de conhecimentos sobre o passado, é construído também uma aproximação e identificação com os bens patrimoniais. “Estudar o património é uma estratégia educacional muito poderosa para aprender a refletir sobre a construção de nossas identidades e sobre as decisões que tomamos como protagonistas de uma sociedade.” (GONZÁLEZ-MONFORT, 2019, p. 123).

A cidade de Faro possui um programa municipal de atividades² com o património cultural. A partir de uma entrevista com Sofia Mendes³ e Denise Afuseta⁴ foi possível compreender o trabalho desenvolvido pelos serviços educativos do Museu Municipal de Faro, do Museu Regional de Faro⁵ e da Ermida de Santo António do Alto.

Este programa é realizado com escolas do concelho de Faro e de outros concelhos e recebe crianças e adolescentes.

“Nós temos aqui um programa. Um programa que é para escolas. Este programa aqui está dividido nos três serviços da divisão, portanto do Museu Municipal, do Museu Regional e da Ermida. [...] São três serviços educativos diferentes, né?! Cada espaço tem o seu programa.” (Sofia Mendes).

² O programa escolar completo do ano letivo 2022/2023 e do ano letivo 2023/2024 encontra-se disponível nos anexos C e D.

³ Responsável pelos serviços educativos do Museu Municipal de Faro

⁴ Responsável pelos serviços educativos da Ermida de Santo António do Alto.

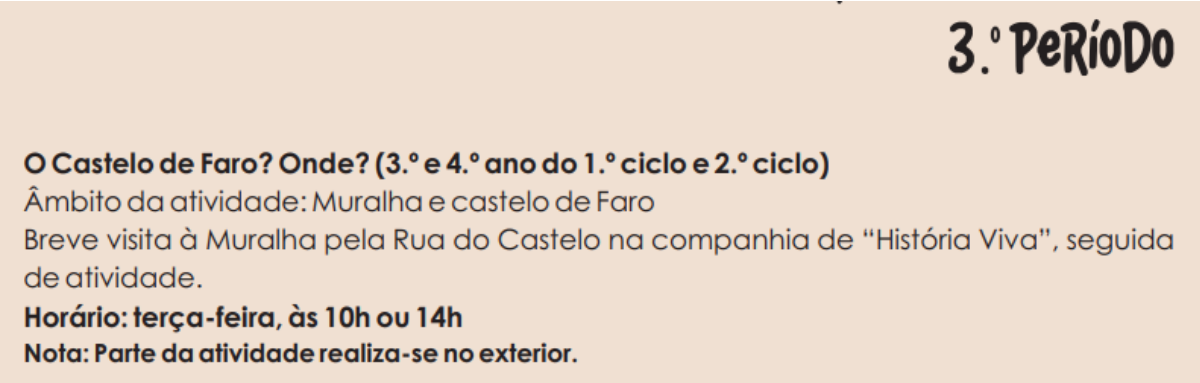
⁵ A responsável pelos serviços educativos do Museu Regional de Faro é Célia Gil que, por motivos pessoais, não pode participar da entrevista.

As atividades que compõem este programa são desenvolvidas em diferentes sítios da cidade e trabalham a história desta região, as culturas que por ali passaram e os diferentes monumentos e patrimónios que a compõem. Alguns dos temas, dentre as diversas atividades trabalhadas, são: lendas da cidade de Faro; lendas Algarvias; pinturas antigas, obras e estilos de arte; percursos pela Vila-Adentro e Baixa de Faro; visitas a museus (e seus bastidores), ermidas, conventos, edifícios de Faro, casas históricas, salineiras; atividades arqueológicas; oficinas (de tecelagem, azulejos, pinturas...), entre outras.

Para cada ano letivo são produzidos novos programas educativos, um para cada instituição⁶. As atividades destes programas são desenvolvidas e analisadas por toda a equipa dos serviços educativos. Os projetos são apresentados às escolas no mês de setembro e, segundo Sofia Mendes, rapidamente a agenda esgota-se até o mês de junho.

O programa escolar é apresentado às escolas a partir de um folheto informativo com atividades destinadas desde o pré-escolar (4 e 5 anos) até o 3º ciclo de ensino. As atividades são desenvolvidas em 3 períodos: 1º período (outubro, novembro e dezembro), 2º período (janeiro, fevereiro e março) e 3º período (abril, maio e junho). Cada atividade é desenvolvida para uma faixa-etária diferente (pré-escolar, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo) e cada uma é desenvolvida em uma horário e dia da semana. Por exemplo:

Figura 15 - Programa Escolar 2022/2023



3.º Período

O Castelo de Faro? Onde? (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)
Âmbito da atividade: Muralha e castelo de Faro
Breve visita à Muralha pela Rua do Castelo na companhia de "História Viva", seguida de atividade.
Horário: terça-feira, às 10h ou 14h
Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Fonte: Serviços educativos do Museu de Faro (2023).

Também são elaborados percursos de visitas orientadas: aos museus, patrimónios de Faro e casas históricas.

⁶ Museu Municipal de Faro, Museu Regional de Faro e Ermida de Santo António Alto.

No programa do ano 2022/2023 duas atividades foram planejadas em que “O museu vai à escola” e no ano de 2023/2024 foram programadas 3 atividades nesse aspecto. Estas atividades foram desenvolvidas para 1.º, 2.º e 3.º ciclo de ensino e nelas o Serviço Educativo desloca-se à escola. No final do folheto do programa há também algumas propostas de “projetos/desafios” para serem desenvolvidos nas Escolas pelos professores com as suas turmas.

No Programa Escolar do período letivo 2022/2023 haviam duas atividades destinadas ao trabalho com as Muralhas de Faro. A primeira A atividade “O Castelo de Faro? Onde?” foi desenvolvida para ser trabalhada com os alunos do 3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo. O percurso é uma visita à Muralha e ao Castelo seguido de atividade.

Para realização desta atividade foi entregue aos alunos um folheto com informações sobre o Castelo, porque foi construído, a arquitetura original do castelo e suas adaptações para as novas funções que foi recebendo ao longo do tempo, o Rei D. Afonso III e as Muralhas de Faro. O folheto também conta com atividades sobre o assunto. Este documento está disponível em anexo D.

Figura 16 - Programa Escolar 2022/2023

O Castelo de Faro? Onde? (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: Muralha e castelo de Faro

Breve visita à Muralha pela Rua do Castelo na companhia de “História Viva”, seguida de atividade.

Horário: terça-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Fonte: Serviços educativos do Museu de Faro (2023).

[...] vou com eles até o espaço onde era o antigo Castelo e lá temos um colega que ta vestido de Rei, o Rei D. Afonso III, que foi quem conquistou a cidade aos Mouros, né? E depois o Rei, não é?! Aparece, diz que veio aqui visitar, que a cidade ta muito... É aquela encenação. Que está muito diferente daquilo que era, que partiram ali o Castelo dele, que já não existe mas explica ali um bocadinho como que era o antigo Castelo de Faro e depois vai com ele a volta da Muralha e vai explicando ali, a Muralha e ali tava isto e agora já é diferente, e foi alterada conforme os vários povos que cá passaram a Muralha foi sofrendo alterações,

não é?! Mesmo com o tipo de armamento e não só, e pronto, vai se fazendo a volta da Muralha. (Sofia Mendes).

Em seguida, outra proposta que trabalha a Muralha de Faro é intitulada “À Descoberta da Vila-Adentro” e complementa o percurso anterior. Destinada ao 3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo de ensino. Esta atividade é um jogo de descoberta pelo Centro Histórico da cidade.

Figura 17 - Programa Escolar 2022/2023

Percurso 2: À Descoberta da Vila Adentro (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
Jogo de descoberta pelo Centro Histórico.
Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h
Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Fonte: Serviços educativos do Museu de Faro (2023).

Desenvolvida em forma de um percurso pelo núcleo mais antigo da cidade de Faro a atividade trabalha a história da cidade, o período romano e o período árabe, a construção das Muralhas e os aspectos arquitetónicos das Muralhas: portas de acesso (com foco no Arco do Repouso, Arco da Vila e na porta árabe), ameias, merlões, guaritas, seteiras e cubelos. O folheto que é entregue aos alunos para realização deste percurso (com informações e atividades) encontra-se disponível no anexo E.

Vamos vendo por que que foram construídas a Muralha. Qual eram a intensão da construção da Muralha. Se ela ainda existe toda, que eles dizem que não, por que há partes que não se veem, ne?! Há uma parte que se vê bem e a outras que não, embora ela exista toda. O que que aconteceu foi que a cidade foi crescendo já não havia espaço aqui dentro e as pessoas tiveram que construir fora e muitas construíram coladas à Muralha, embora ela exista toda, pronto. E qual era a função? Se nós ainda precisamos da Muralha? Vai se fazendo essa história. (Sofia Mendes).

Para o período letivo 2023/2024 as atividades sobre o Castelo e a Vila-Adentro são mantidas. Para além destas um novo percurso intitulado “À Descoberta da Arquitetura

militar” é criado com o intuito de explicar especificamente sobre a Muralha, sua história e estrutura. Destinado ao 3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo será um jogo de descoberta pelas Muralhas de Faro.

Figura 18 - Programa Escolar 2023/2024

Percurso 4: À Descoberta da Arquitetura militar (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
Jogo de descoberta pelas muralhas de Faro.
Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h
Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Fonte: Serviços educativos do Museu de Faro (2023).

Estes percursos temos um militar que fala mais dessa parte da Muralha até que não ta nesse programa, que vai entrar no do próximo ano esse aí se calhar é ainda mais completo que fala mesmo mais da Muralha né?! E... E na estrutura da Muralha. Pronto, é o que nós, relativamente a esta parte da Muralha, são essas duas atividades que falamos mais com os meninos, né?! (Sofia Mendes)

Outra atividade interessante a ser destacada intitula-se “Exploradores de Património” e tem o intuito de trabalhar o património cultural através de um percurso a realizar a partir do Museu de Faro, ou de uma escola básica para identificar/explorar o património construído civil e religioso em redor do Museu ou da escola.

Segundo as responsáveis pelos Serviços Educativos do Museu estes programas escolares de educação patrimonial tem uma boa receptibilidade pelas escolas e instigam grande interesse nos alunos. As atividades despertam nas crianças, adolescentes e até mesmo nos professores um alargamento da noção do património, democratizando o conhecimento histórico-cultural. Além disso, alguns desses alunos levam depois os pais e familiares para conhecer os museus e patrimónios da cidade, expandindo assim o público de consumidores de património histórico.

“Nós temos sempre atividades manhã e tarde, dentro do concelho, fora do concelho.... Escolas que repetem as atividades como temos muitas... várias turmas, vem fazer atividades diferentes. Ah...pronto! Muitos professores que nós já conhecemos a anos, né? Que vem cá com as várias turmas. E sim, são pessoas

interessadas e a receptividade é boa. E muitos meninos, o que acontece é que depois os meninos vêm com os pais, querem trazer os pais ao museu.” (Sofia Mendes).

A aproximação da comunidade com os patrimónios históricos é extremamente importante para a preservação e valorização destes espaços. “Defende-se, geralmente, aquilo que se conhece ou o que se valoriza [...]” (PINTO, 2016, p. 52). Ao conhecerem e experienciarem lugares de memórias desenvolve-se uma ligação entre as pessoas e estes espaços. Isso tudo contribui para a valorização do carácter simbólico do património cultural e da construção de sentimentos de identificação e pertença. Segundo Catarina Almeida Marado, Teresa Valente e João Pedro Bernardes (2021).

A participação da comunidade local e dos visitantes nas ações de salvaguarda e valorização patrimonial [...] é assim entendida como um processo de ativação da cidadania, constituindo -se como uma ferramenta fundamental para questionar o presente e enfrentar os desafios do futuro.

Aproximar as crianças, os adultos e toda a comunidade, de seus patrimónios, das memórias coletivas da cidade e de sua história é uma forma de desenvolver a cidadania ativa, bem como os sentimentos de identificação e pertença. Para além das atividades desenvolvidas com as crianças e adolescentes em idade escolar o Museu de Faro também possui atividades abertas à comunidade, dentre elas: atividades para a família, a noite dos museus, o dia internacional dos museus, o aniversário do Museus e as jornadas europeias do património, atividades de verão...

[...] Nós temos atividades aos sábados, o primeiro sábado de cada mês, com as famílias. Então também exploramos... pronto varia, o tema varia, né?! Museu, Património, localidade, estudo... sempre são temas diferentes né?! Cada mês é com um tema diferente. [...] Tem famílias que vem desde pequeninos com os filhos, né? E que incentivam, né? (Sofia Mendes).

Na noite dos museus há um tema comum a todos os museus com atividades que variam desde concertos, danças, workshops, etc. Há também trabalhos específicos destinados

a datas comemorativas (como a páscoa e o halloween), concertos e festivais, o Festival F, entre outros.

[...] costumamos ter espetáculos aí, às vezes sim. Ou mesmo nos pedem o espaço às vezes para coisas particulares que não tem nada haver e pedem pra vir fazer aqui, né?! Pedem o espaço do Museu, pronto. O claustro como é muito bonito, costumam fazer aí às vezes espetáculos sim. Ou nós, organizados por nós do Museu, né? Ou mesmo pessoas de fora que pedem o espaço. (Sofia Mendes)

Através das falas de Sofia Mendes é possível perceber que o Museu Municipal de Faro, em parceria com o Museu Regional do Algarve e a Ermida de Santo António do Alto, desenvolve diversas atividades de aproximação dos alunos e da comunidade para com os museus e patrimónios históricos com o intuito de reavivar e ocupar estes espaços. É nesse sentido que o património cultural deve ser preservado: tornando-o útil e pertencente a vida cotidiana dos moradores de sua cidade.

No entanto, referente as Muralhas de Faro apenas atividades educativas em âmbito escolar são desenvolvidas. Para além disso, o centro de informação turística do Algarve (que está localizado ao lado do Arco da Vila) também conta com um passeio turístico pelo centro histórico da cidade e pelas Fortalezas de Faro. Esse passeio turístico pode ser realizado a pé com um guia (Free Walk Tour), por comboio turístico com áudio guia (6 euros por pessoa) ou de Tuque-Tuque com um condutor que vai parando em pontos turísticos e explicando sua história (25 euros).

O percurso abrange toda a região da Vila-Adentro, circundando as fortificações de Faro e passando por alguns dos pontos históricos da Muralha como: Arco da Vila, Arco da Porta Nova, Arco do Repouso e Castelo. No Anexo F está disponível o Mapa Turístico de Faro que orienta a rota.

A partir desta análise do trabalho de educação patrimonial desenvolvido com as Muralhas de Faro é possível perceber que há um maior empenho em aproximar as escolas e os turistas com este bem edificado. Embora sejam desenvolvidas também atividades para a comunidade esta ocorre em menor escala e com menor aceitação.

O nosso público de serviço educativo é o mesmo do museu: durante o período educativo só escolas. Fora disso, visitantes normais que visitam o Museu são

turistas. Muito mais. A comunidade não é tanto. Como eu disse há muita gente que... que nunca visitou aqui. Imagina, da cidade que nunca visitaram o Museu. E agora penso que nós com as crianças e os meninos da escola ta a mudar porque eles vêm aqui desde pequeninos. Há pessoas mais velhas que, se perguntam se vão ao museu?.... (gesto negativo). (Sofia Mendes).

Quando um património tem sentido para a comunidade e quando é considerado importante para ela há motivos para que este continue existindo. Dessa forma o património deve estar integrado na cidade e na vida dos cidadãos. As ações de educação patrimonial têm um papel extremamente importante para uma preservação patrimonial que prioriza as interações sociais sustentadas na cooperação, conhecimento, memórias e identificação. Quando os patrimónios são mantidos e preservados pela comunidade e para a comunidade constituem-se a partir de valores de pertença.

No entanto, este processo de preservação e valorização patrimonial não deve ocorrer de forma isolada. O processo de educação patrimonial deve integrar toda a cidade histórica, compreendendo a importância que os bens patrimoniais assumem dentro de um contexto social e histórico.

Não é a presença de algum monumento que torna a cidade digna de contemplação, fruição ou conhecimento mas, ao contrário, é a rede de significados que torna tal ou qual “bem” merecedor de nota e, portanto, de proteção. Colocar a cidade em primeiro plano, como um bem cultural (ao invés de atomizá-la nos “bens culturais” que a compõem), amplia o horizonte das práticas preservacionistas; trata-se de posição que oferece uma alternativa às decantadas análises dos “problemas urbanos”. (Magnani, 2006, p. 62).

Dessa forma a preservação e a educação patrimonial não são processos simples. Estruturados em três pilares essenciais deve preocupar-se com: a interação dos patrimónios em um contexto de cidade história; a preservação ou construção de memórias coletivas e os sentimentos de pertença; a construção de uma consciência histórica e uma cidadania ativa.

De acordo com Helena Pinto (2016) em muitos casos o património é preservado como um elemento decorativo, sem grandes ligações com sua história e seu passado estes bens são mantidos apenas como um sinal de prestígio. Embora na atualidade se defendam modelos

sustentáveis de gestão do património “não existem, ainda, políticas concertadas no sentido de desenvolver uma consciência crítica relativamente ao património.” (p. 51).

6.2.3 O futuro deste Património

Reabilitar centros históricos e reutilizar bens patrimoniais são importantes alternativas de preservação patrimonial. Quando estes locais são reavivados, além de seu valor histórico e das memórias do passado ali contidas, novos sentimentos são criados pela comunidade. Ao se tornar útil e importante para a sociedade desenvolvem-se também novas relações com estes espaços.

O valor simbólico dos patrimónios é criado a partir dos sentimentos afetivos nele depositados. Através das memórias individuais e coletivas com estes espaços produz-se sentimentos de identificação e pertença. A preservação e conservação destes patrimónios está intimamente ligada com o valor simbólico que lhes é atribuído pela sociedade.

Quando uma comunidade frequenta seus patrimónios e sítios culturais novos valores são atribuídos a estes espaços, novas memórias são criadas e a necessidade de preservação é ressignificada. Torna-se necessário preservar porque eles se sentem parte deste local.

Acho que se os miúdos vierem desde pequeninos [...] tem meninos que vieram cá no pré-escolar e que agora tão no 4º ano. Depois deixaram de vir [...] meninos que vieram cá e depois não vieram e que se lembram “ai fizemos isso e fizemos aquilo e ta aquela sala ali” fica assim, sempre qualquer coisa. E antigamente não. Não havia aquela coisa dos professores virem ao Museu [...] e perdia-se. Agora não. Como eles são incentivados desde pequeninos fica sempre ali qualquer coisa. Eu acho que sim. (Sofia Mendes).

A educação patrimonial vai além da educação formal em ambientes educacionais, representando uma poderosa alternativa de preservação patrimonial. Segundo González-Monfort (2019) o património possui um grande valor educativo por ser uma ferramenta capaz de ensinar sobre o passado (refletindo sobre ele) e pensar o futuro. “O património é a âncora da memória e, portanto, está intimamente relacionado com a construção das identidades e com a tomada de decisões.” (GONZÁLEZ-MONFORT, 2019, p. 127).

Ao oportunizar o contato de crianças, jovens, adultos e idosos com as fontes patrimoniais e históricas cria-se a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência histórica e identitária. Quando trabalhado como recurso educativo em contextos escolares e não escolares o património possui a habilidade de desenvolver o respeito pela diversidade cultural, facilitando a compreensão das mudanças sofridas pelas cidades e sociedades ao longo dos anos.

No caso das cidades europeias, o Centro Histórico será o local que melhor revelará a espessura do tempo, ou seja, onde se verifica a sobreposição dos tempos, uma vez que constitui a área mais antiga e, em geral, continuamente ocupada, da urbe. (PINTO, 2016, p. 53)

De acordo com González-Monfort (2019) o património cultural está intimamente ligado com a cidadania. Para o autor, a educação patrimonial deve, portanto, possibilitar uma ampliação do pensamento crítico e democrático a fim de melhorar as relações sociais de uma comunidade com seu entorno.

Portanto, a educação patrimonial não se limita apenas à análise do património como objeto de estudo. Esta disciplina estuda e analisa as relações estabelecidas entre as comunidades e seus bens patrimoniais. Para isso apoia-se em outras disciplinas de estudo como história, história da arte, geografia, belas artes, música, antropologia, entre outras.

O trabalho de educação patrimonial desenvolve-se a fim de analisar e orientar propostas educativas em contextos escolares e não escolares. Segundo González-Monfort (2019) estas estratégias metodológicas devem favorecer a construção de valores identitários promovendo o respeito intercultural e o intercambio social, construindo assim uma cidadania crítica e comprometida.

A educação patrimonial deve possibilitar a interpretação e análise das mudanças e continuidades da sociedade, desenvolvendo a consciência histórica e a cidadania crítica, auxiliando na tomada de decisões para o presente e o futuro.

Para construir um futuro melhor é necessário imaginá-lo e tomar decisões agora. E o património permite isso: Queremos conservá-lo? Por quê? Para quê? Quem quer? Quais são as implicações disso? (GONZÁLEZ-MONFORT, 2019, p. 134)

Segundo Helena Pinto a preocupação com o trabalho de educação patrimonial deve iniciar-se com a formação dos professores. Na maioria das vezes esse ensino ocorrerá fora da sala de aula, em museus e sítios históricos. Dessa forma o professor deve compreender a história e potência de cada um desses lugares culturais. Além disso deve estar preparado para trabalhar em diferentes contextos educativos.

Segundo González-Monfort (2019) a educação patrimonial deve fazer parte do processo de formação de professores a partir de uma perspectiva de educação crítica, e não como um campo de estudos independente. É dever do professor possibilitar aos alunos o contato com diferentes fontes patrimoniais e históricas através de uma metodologia de aprendizagem significativa. Através da interação entre diferentes áreas de estudo busca-se combater a fragmentação do conhecimento.

O contacto direto com artefactos e edifícios do passado é uma oportunidade para aprofundar conhecimentos sobre pessoas, lugares e acontecimentos, mas deve permitir mais do que isso. Os alunos devem construir a sua interpretação sobre essas fontes históricas, relacionando-as com a sua aprendizagem no momento e os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, mas também é desejável que formulem questões investigativas e hipóteses explicativas acerca do passado de um objeto, edifício ou sítio. (PINTO, 2016, p. 60).

Através dos vestígios do património como herança cultural a educação patrimonial desenvolve-se um diálogo entre o presente e o passado. Esta educação deve ocorrer de forma contínua uma vez que é necessário tempo para que os alunos aprendam a ler e interpretar fontes históricas (objetos, textos, documentos, prédios, músicas, danças, poemas...). Com o passar do tempo os alunos vão desenvolvendo o sentido de responsabilidade para com o património histórico-cultural.

Da mesma forma que isto acontece com as crianças e jovens pode ocorrer também com os adultos e idosos da cidade, mas para isso é necessário que sejam criados meios de educação patrimonial da comunidade, e esta não é uma tarefa simples. Em muitos casos já é difícil que os alunos sejam envolvidos em uma educação patrimonial significativa, isso ocorre muitas vezes devido à falta de conhecimento e valorização dos próprios professores perante o património.

Pré-escolar e 1º ciclo não temos problema nenhum. A partir do quinto ano e sexto já as coisas começam a ser diferentes e em meu ponto de vista, em termos de visitas orientadas só, visitas sem haver essa componente do programa escolar? Sim, temos! Há visitas da Universidade, fazem muitas. Ahh... das secundárias de Faro algumas sim. Em termos de visitas orientadas, de atividades não. Ahh e o que que nós achamos? A partir do 5º ano... pronto! Primeiro há professores que não tem interesse e pronto. E depois os horários são diferentes, enquanto no primeiro ciclo e no pré-escolar um professor ta com os alunos a manha toda ali não, já tem aqueles furos. Tem as 10:30, tem as 11:00. E depois pra conseguir vir em uma atividade tem que tar a trocar com outro professor e depois há professores que não tão pra ter esse trabalho, ponto. [...] Se bem que assim. Temos professores que vem aqui que fazem esse esforço. Que não se importam e que querem mesmo vir e tentam fazer esse esforço e falam com os colegas e tentam trocar e veem. Né?! Pronto. Depois há outros professores que não tão pra ter trabalho. É mesmo assim. (Sofia Mendes).

O trabalho desenvolvido pelos serviços educativos do Museu Municipal de Faro referente as Muralhas da cidade é um passo importante para a educação patrimonial desse monumento, em âmbito escolar. A aproximação das crianças e adolescentes com este Imóvel de Interesse Público contribui para a valorização deste espaço. Entretanto ainda há muito a ser feito para aproximar a comunidade, como um todo, deste bem edificado.

Eu acho que é importante que as pessoas percebessem a sua história, a sua... O que elas significam, não é?! Aquelas Muralhas não são pedra sobre pedra mas são no fundo, tem a ver com a história da própria cidade e com a história da comunidade e com a história do próprio Algarve porque Faro no fundo, não foi sempre, mas foi durante e tem sido nos últimos anos a capital do distrito e de tudo isto. Acho que as pessoas deviam saber o que que está ali. Para além de olharem pra elas e darem-nas como adquiridas e convém, que lá está, deveriam saber do que significa, qual é a sua história e sua importância, quem é a comunidade, claro, que vive lá dentro. Quais são no fundo, o que elas significam para aqueles que estão na sua proximidade. (Cristina Fé Santos).

Perceber a história de um património é o primeiro passo para o conhecimento do passado e compreensão do presente. Mas o trabalho de educação patrimonial não deve atender patrimónios de forma isolada e desconectada. Atualmente defende-se a conservação integrada, em que não apenas um ou outro prédio é preservado, mas sim toda e cidade e centro histórico, a partir de uma perspectiva inclusiva.

Ao analisar as propostas de educação patrimonial desenvolvidas pelos serviços educativos dos museus de Faro⁷ é possível perceber o trabalho integrado desenvolvido com diferentes bens patrimoniais (materiais e imateriais) que compõe a cidade e são importantes para sua história. De acordo com Denise Afuseta, responsável pelos serviços educativos da Ermida de Santo António do Alto o trabalho educativo desenvolvido neste sítio será inicialmente destinado à aproximação dos jovens ao património cultural.

Para terem conhecimento desse património [...] então vamos começar por aí, por esse público já jovem, mas um bocadinho mais velhinho que os outros, exatamente pra compreenderem o património num âmbito de preservar... como é que temos mantido as coisas... o que é que tem acontecido. [...] No caso da Ermida ela vai estar com obras de restauro e eles vão poder assistir. Tem lá os técnicos a trabalhar e durante a visita eles vão poder falar com os técnicos e assistir o que eles tão a fazer. [...] nessa idade estão despertos a isso, e acaba por ser também uma área de opção mais tarde. E eles tem esse conhecimento. [...] Tem que conseguir cativar. Se for uma visita normal é terrível. (Denise Afuseta).

Embora algumas destas atividades de educação patrimonial sejam desenvolvidas para a comunidade a aceitação por parte desta nem sempre é bem-sucedida.

É necessário reavivar o centro histórico de Faro. No artigo “Vila-Adentro: IDENTIDADE, ESPAÇO E COMUNIDADE” escrito por Fernanda Zacarias e Patrícia Afonso, publicado nos anais de Faro de 2005-2008 as autoras já relatavam sobre o problema de desocupação desta parte da cidade. Em seu artigo as falas de José e Isis Rafael destacam essa necessidade.

⁷ Museu Municipal de Faro, Museu Regional do Algarve e Ermida de Santo António do Alto

uma atividade isolada. Os patrimónios culturais devem fazer parte da vida da comunidade. Para que as pessoas se identifiquem e se sintam representadas por estes bens histórico-culturais é necessário que os patrimónios façam parte da vida cotidiana de cada um e sejam úteis e indispensáveis para a cidade.

Nas entrevistas deste trabalho de pesquisa o Museu do Traje de São Brás de Alportel foi lembrado por Cristina Fé Santos como um espaço cultural construído pela comunidade e para a comunidade.

As exposições do museu foram criadas a partir de fotografias, roupas e objetos enviados por moradores da comunidade. Assim a evolução histórica da cidade é contada a partir de artigos e utensílios dos atuais e antigos moradores da cidade. De acordo com Cristina Fé Santos o museu é também utilizado pela comunidade como um espaço de encontros e partilhas. Com um amplo jardim onde os moradores se reúnem para conversar, rever amigos e familiares e desfrutar do espaço.

Procuramos que os nossos espaços sejam agradáveis e acolhedores para os visitantes e turistas, mas preocupamo-nos sobretudo em tornar o nosso museu cada vez mais útil e indispensável à comunidade onde estamos inseridos. Inquietam-nos os problemas da nossa terra, o rumo tomado pela região, pelo país e pelo planeta. Nas iniciativas que promovemos, procuramos transmitir essas nossas preocupações. (Museu do Traje, 2023).

Outros dois projetos desenvolvidos pelo Museu de Setúbal “Quem são os nossos vizinhos” e pelo Museu de Loulé “Quem são as pessoas a dar nome às nossas ruas” foram lembrados por Cristina Fé Santos na entrevista como atividades de aproximação da comunidade com os museus, patrimónios e história da cidade.

Este olhar a outros museus não é destinado a fim de comparar com o trabalho desenvolvidos nas Muralhas de Faro, na Vila-Adentro ou nos patrimónios da cidade, mas sim de ampliar horizontes e pensar em novas formas de aproximar a comunidades a estes espaços, fazendo sentirem-se pertencentes a eles.

Ao serem questionadas quanto as expectativas preservação e reabilitação das Muralhas de Faro as entrevistadas sugeriram algumas propostas de educação patrimonial

Há um grande número de medidas e ações que podem ser desenvolvidas pelas escolas e instituições culturais, nomeadamente:

- a) *Concursos - fotográficos, videográficos e, de desenho;*
- b) *Jogos de computador e recurso a realidade virtual – Aprendendo a jogar;*
- c) *Teatro, cinema e música - com enquadramento nas Muralhas;*
- d) *Produção de conteúdos para jornais locais; redes sociais; e outros;*

(Teresa Valente).

É fazer constantemente e sistematicamente ah... ações pedagógicas com crianças, com adultos, dinamizar, fazer atividades conforme tenha sido feitas ao longo dos anos. Festivais no interior das Muralhas, ah... Jornadas, colóquios, conferências... Alertando a população da sua existência e da importância da sua preservação. (Patrícia Afonso)

De acordo com Guillaume (2003) o ato de conservação está intrinsicamente ligado com os efeitos reais e simbólicos do tempo. Conservar é representar e materializar o passado no presente e no futuro. “O passado conservado não é só o que existiu há muito tempo; é o conjunto de todos os elementos que são postos de parte porque deixaram de ser operatórios na sociedade presente.”. (GUILLAUME, 2003, p. 89)

E como preservar um património que já não possui utilidade na atualidade e que não carrega mais memórias vivas de um passado tão longínquo? Talvez o caminho seja a revitalização e utilização destes espaços bem como a construção de novas memórias e sentimentos afetivos.

Como já referendado anteriormente neste trabalho, as fortalezas de Faro foram construídas inicialmente como um símbolo de prestígio para a cidade e, logo após, foram ampliadas e reforçadas para a preservação da urbe contra ataques estrangeiros.

Nenhuma dessas funções originais tem utilidade na atualidade, mas isto não significa que as Muralhas não possuam mais importância. Elas são relevantes por toda a bagagem histórica e cultural que carregam.

Entretanto, para que o processo de preservação das Muralhas se torne significativo para a cidade talvez seja necessário atribuir novas utilidades a este monumento a fim de que não seja preservado apenas como um objeto de sutura do passado. É importante que a preservação deste património ocorra de forma integrada ao centro histórico da cidade e que possibilite a construção de sentimentos de pertença e de novas memórias.

Para que assim ocorra é necessário que as comunidades tenham fácil acesso a estes patrimónios, que as atividades de educação patrimonial sejam divulgadas a todos os habitantes da região e que sejam atrativos e interessantes aos moradores da cidade.

Talvez, por conta disto alguns moradores de Faro, principalmente os mais idosos não tenham conhecimento das atividades, desenvolvidas pelo Museu Municipal de Faro, que acolhem a comunidade. Segundo Sofia Mendes na maioria das vezes estas atividades são divulgadas em meio de comunicação digital que, embora sejam muito úteis, geralmente não são utilizados pela população mais velha.

Aqui no nosso museu nós temos uma my list, mandamos sempre pra nossa lista de contatos. Para além disso sai no, na páginas... nas redes sociais do município e do museu. [...] Outras atividades assim diferentes as vezes também vai pra comunicação social, né?! Sai as notícias que vai haver isso... pronto. (Sofia Mendes).

Outra forma de atrair os adultos a estas atividades culturais abertas à comunidade, é através das crianças. De acordo com Sofia Mendes em muitos casos o público infantil e jovem que visita o Museu e participa das atividades de educação patrimonial retornam posteriormente com seus pais para mostrar-lhes o que conheceram. Embora torne-se uma boa alternativa para atrair as famílias para estes lugares culturais deve-se pensar também em como cativar os que não possuem filhos em idade escolar.

De acordo com Solé (2017) quanto maior for a aproximação da comunidade com as fontes históricas maior será a possibilidade de compreensão de seus significados e de da construção de atitudes de preservação, valorização e respeito ao património.

De forma ampla e complexa a educação patrimonial vai muito além do que uma prática pedagógica. Com o intuito de conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação patrimonial esta educação deve ser trabalhada a partir do desenvolvimento da consciência histórica, da cidadania crítica e da construção dos sentimentos de identificação e pertença. Desta forma a educação patrimonial trabalha o respeito pela diversidade cultural, provendo a interculturalidade e desenvolvendo novas significações aos patrimónios.

O património, quando utilizado como recurso educativo, e explorado como estratégia de ensino em contexto formal ou não formal poderá fomentar o respeito pela diversidade de culturas e facilitar a

compreensão da sociedade no presente e no passado e os valores identitários de uma comunidade à escala local, nacional ou mundial. (SOLÉ, 2017, p. 163).

Através desse processo de aproximação ao património, conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico desenvolve-se o processo de rememoração bem como de construção de novas memórias. Nesta perspectiva cria-se a possibilidade de repensar as desigualdades sociais bem como as diversidades culturais presentes na sociedade e os problemas enfrentados pela comunidade. Valorizar e respeitar a diversidade cultural e social é um dos alicerces da educação patrimonial.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”
(Paulo Freire).

Compreendendo que o mundo se encontra em constantes transformações e que dia após dia surgem novos posicionamentos, perspectivas e conhecimentos sobre um mesmo assunto este trabalho não se encerra com uma conclusão definitiva. Entretanto, são delineadas as considerações finais, que resultaram da comparação entre as premissas iniciais e os resultados finais desta pesquisa.

A vida acadêmica é uma busca constante por conhecimento e compreensão e essa amplidão de possibilidades é uma das coisas mais emocionantes e enriquecedoras da jornada intelectual. Durante essa trajetória, marcada por contínuas descobertas e reflexões, tornou-se evidente que os tópicos e assuntos tratados ainda oferecem uma riqueza inexplorada. Desta forma este estudo pode ser continuado, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, ou utilizado como suporte para novas investigações.

Para finalizar esse trabalho é importante retornar novamente para a problemática de pesquisa e afim de compreender quais respostas foram encontradas para a pergunta norteadora deste estudo. Para tanto, propôs-se responder: Quais são as estratégias de educação patrimonial, desenvolvidas com os estudantes e a comunidade, referente as Muralhas de Faro e qual a importância destas para o reconhecimento de pertença dos moradores na cidade? Para responder a estas inquietações, alguns objetivos foram criados. Entrevistas compreensivas, análises documentais e bibliográficas e visitas de campo foram então desenvolvidas, com o intuito de alcançar o objetivo geral desta pesquisa: perceber como se pode valorizar a Muralha de Faro, tornando a sua importância reconhecida pelos habitantes da cidade.

Com o intuito de detalhar as ações necessárias para alcançar esse objetivo geral, demonstrando de forma mais clara os resultados, os seguintes objetivos específicos foram criados: análise de estratégias de alfabetização patrimonial e movimentos de sensibilização patrimonial para compreensão, por parte da comunidade, das relações da modernidade com o passado e dos processos de identificação e pertença.

A pesquisa desenvolveu-se por meio de um estudo de caso que analisou a riqueza da Muralha de Faro para a identidade do local e as propostas de educação patrimonial desenvolvidas neste bem material.

As fontes utilizadas nesse trabalho (entrevistas, análises bibliográficas, periódicos e visitas de campo) possibilitaram o alcance de repostas a estas problemáticas. A partir dos dados coletados, foi possível compreender que o município de Faro propõe atividades de educação patrimonial a nível escolar desenvolvidas com os estudantes do conselho de Faro e também de outros concelhos.

Estas atividades são construídas e aplicadas pelos serviços educativos do Museu Municipal de Faro, Museu Regional do Algarve e Ermida de Santo António do Alto a fim de aproximar as Muralhas de Faro, a Vila-Adentro e os demais patrimónios da cidade da vida dos alunos, possibilitando a construção de conhecimentos de ordem patrimonial, histórica e cultural. Este projeto contribui para a valorização e apropriação dos monumentos por parte dos estudantes, despertando, através do conhecimento, sentimentos de identificação e pertença.

Por outro lado, as atividades patrimoniais que envolvem a comunidade são limitadas e abrangem um número pequeno de moradores. Como foi possível perceber com a análise das entrevistas a maior parte da comunidade que não se encontra em idade escolar ou que não possui filhos com essa faixa-etária acaba por não se aproximar dos museus e patrimónios, não participando das atividades de educação patrimonial propostas à comunidade. Depois dos alunos a maior parte das pessoas que frequentam esses espaços culturais são os turistas. A comunidade não costuma visitar seus patrimónios.

O primeiro passo de valorização patrimonial ocorre a partir do conhecimento destes bens culturais. Os sentimentos de identificação e pertença só são criados quando estes patrimónios são construídos a partir de memórias individuais, coletivas e históricas que despertam sentimentos de afetividade com o local e possibilitam a compreensão de sua importância histórica, social e afetiva para a cidade. Para valorizar é necessário primeiramente conhecer; Só se ama e valoriza o que se conhece.

Através da aproximação das escolas, universidades e dos estudantes com os patrimónios culturais da cidade e com a Muralha de Faro novos conhecimentos são gerados, a consciência histórica é ampliada, o desenvolvimento crítico da cidadania é despertado e novas memórias afetivas são produzidas. Tudo isso contribui para a construção de uma identificação para com estes patrimónios e da formação de sentimentos de pertença.

Embora haja algumas atividades de educação patrimonial desenvolvidas pelos museus para a comunidade nenhuma delas é referente às Muralhas de Faro. Talvez, o primeiro passo a ser dado com o intuito de valorização patrimonial e construção de sentimentos de pertença pela comunidade seja a revitalização das Muralhas. É necessário que se ampliem as atividades culturais nos patrimónios e prédios históricos e principalmente o ingresso da comunidade nestes espaços. Também seria extremamente importante para o desenvolvimento dessas iniciativas que a DGPC e a DGE incentivassem e apoiassem esses projetos, divulgando as atividades e auxiliando nas necessidades do município.

Sob essa ótica, é relevante ressaltar outro ponto significativo: a disponibilidade de informações e o convite para participar dessas atividades. Para que a comunidade se envolva nas atividades culturais é imprescindível primeiramente que tenha conhecimento que elas existam e que estão disponíveis a todos. Considerando que as Muralhas de Faro são um património de interesse público também seria importante que este convite e a divulgação ocorresse em nível nacional.

Outro importante ponto a ser pensado para a revitalização destes espaços é referente ao convívio social que se dá nestes locais. Mais importante do que possibilitar atividades culturais de aproximação para com estes patrimónios é importante que a comunidade utilize esses espaços como pertencentes à sua rotina de vida. Se os patrimónios forem, além de importantes, úteis para as pessoas, os motivos para preservá-los crescem, assim como os sentimentos de identificação para com estes espaços.

Os patrimónios culturais são heranças do passado que foram protegidas a fim de resguardar as histórias, culturas e memórias que os constituíram. São testemunhos vivos dos modos de vida das sociedades do passado. Entretanto, as interpretações destes patrimónios, a cerca de acontecimentos históricos, são perspectivas atuais sobre eventos passados e revelam mais sobre o presente do que sobre o próprio passado. As leituras desses episódios pretéritos são moldadas pelas percepções do momento presente.

Os patrimónios culturais têm sido utilizados, em muitos casos, na atualidade, como objetos de sutura do passado, a fim de conservar memórias históricas. Entretanto seu potencial é superior a isto. E como revitalizar esses espaços, fazendo com que a comunidade (inclusive os estudantes) valorizem e usufruam de seus patrimónios?

Esta é outra problemática para continuação deste estudo. Entretanto ousar arriscar que um investimento financeiro pode ser uma oportunidade para revitalizar estas regiões histórico-culturais: Construir espaços e atividades de lazer atrelados aos patrimónios culturais, reavivar

festivais municipais, possibilitar que a comunidade passeie pelo antigo caminho de ronda da Muralha (ao menos pelas partes que pertencem ao poder público), aproximar as escolas destes sítios, facilitar a compra de moradas na cidade histórica e incentivar a vivência dessa região, construir novos centros comerciais na Vila-Adentro, desenvolver a economia local... Talvez pudessem existir também alguns painéis informativos ao longo da Muralha explicando a sua história e o seu significado.

Refletir sobre a falta de valorização e identificação da comunidade com o local levamos a cultivar uma perspectiva mais atenta. Quando decidimos não mais aceitar essas lacunas, estamos dando os primeiros passos em direção à formação de identidades individuais e coletivas. Assim, ao explorar conceitos como património, cultura e memória em colaboração entre a escola e a comunidade, estamos enriquecendo o conjunto de conhecimentos culturais dessas pessoas e, além disso, estamos debatendo a necessidade de criar um senso de pertencimento, fomentando a cidadania crítica e promovendo a apropriação do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRETANHA, Thais. Manhã de sol e tarde com chuva. Correio do Povo, Porto Alegre, ano 114, n. 101, p. 20, 9 jan. 2009.

CALLIXTO, Carlos P. As Fortificações Marítimas no Reino do Algarve: A Praça de Guerra de Faro. In: Anais do Município de Faro, nº XVII., 1987, Faro. Anais [...] Faro: 1987. p. 120-127.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. 1ª ed. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. 73 p. ISBN 972-8717-09-1.

CONSELHO DA EUROPA. **A Convenção de Faro:** património cultural, um caminho para o futuro. Adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 13 de Outubro de 2005 e assinada pelos Estados-membros em Faro (Portugal) em 27 de Outubro do mesmo ano. Entrou em vigor a 1 de junho de 2011. Faro: Algarve, 2021. Disponível em: <https://rm.coe.int/a-convencao-de-faro-patrimonio-cultural-um-caminho-para-o-futuro-/1680a3e95e>

COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares, espaço e cultura. Edição comemorativa. Rio de Janeiro: UERJ. 1993-2008.

FRANÇA. Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos. Paris: XVII Assembleia General de ICOMOS, (2011). Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GAMITO, Teresa J. As Muralhas de Faro e os Vestígios Bizantinos da Ocupação da Cidade e do seu Sistema Defensivo. In: MACIEL, M. Justino Pinheiro. In: Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 259-268.

GONZÁLEZ-MONFORT, Neus. La educación patrimonial, una cuestión de futuro. Reflexiones sobre el valor del patrimonio para seguir avanzando hacia una ciudadanía crítica. El Futuro del Pasado, nº 10 (2019), p 123-144. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14516/fdp.2019.010.001.004>.

GUILLAUME, Marc. A Política do Património. 1ª ed. Porto: Tipografia do Carvalhido, 2003. 111 p. ISBN 972-610-704-0.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

MAGALHÃES, Natércia. Muralhas de Faro (também conhecidas por Fortaleza de Faro). In: MAGALHÃES, Natércia. Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas (As Muralhas como Património Histórico). 1ª Ed. Faro: Letras Várias, Edições e Arte, 2008. p. 98-107.

MAGNOLI, Demétrio. O grande jogo: política, cultura e idéias em tempos de barbárie. São Paulo: Ediouro, 2006. 271 p. ISBN 85-00-02069-5.

MARADO, Catarina ; VALENTE, Tereza; BERNARDES, João. Introdução: aulas abertas de Gestão do Património Cultural como espaço de partilha e discussão. In: MARADO, Catarina; VALENTE, Tereza; BERNARDES, João. (ed.). Gestão do Património Cultural: experiências e desafios. Algarve: Ed. Universidade do Algarve, 2021. Cap. 1, p. 5-9.
MENDES, António Rosa. O que é Património Cultural. Olhão: GENTE SINGULAR editora, Lda., 2012. 45p.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. Educação & Realidade, [S.L.], v. 37, n. 2, p. 607-625, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s2175-62362012000200015>. Acesso em: 02 jul. 2023.

NETO, João; GIELBES, Daniel. Fortaleza de Faro / Cerca Urbana de Faro. In: SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Portugal, 2005. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1316. Acesso em: 05 jun. 2023.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: A problemática dos lugares. São Paulo, n° 10 (1993) p. 7-28.

PINHEIRO E ROSA, José António. Fortificações de Faro: conferencia proferida na secção de encerramento da série promovida pela APAC. In: Anais do Município de Faro, n° XX, 1990, Faro. Anais [...] Faro: 1990. p. 39-65.

PINTO, Helena. EDUCAÇÃO HISTÓRICA, CULTURA ESCOLAR E PATRIMÔNIO: CONTRIBUTOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A APRENDIZAGEM. In: XIV Congresso Internacional de Jornadas de Educação Histórica. v.15, n.2, 2015: Educação histórica: debates contemporâneos - Anais eletrônicos [...] Goiás: Goiânia e UEG, 2015. p.159-181.

PINTO, Helena. Os Centros Históricos como laboratórios de Educação Histórica e Patrimonial. Revista História Hoje, v. 5: n° 9 (2016), p. 49-75.

PORTUGAL. Decreto-Lei n° 309, de 23 de outubro de 2009. Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda. Lisboa: Diário da República n.º 206, Série I, 2009. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/263126/decreto-lei-309-2009-de-23-de-outubro#anexos>

PORTUGAL. Decreto-Lei nº140 de 15 de Junho de 2009. Estabelece o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Lisboa: Diário da República n.º 113, Série I, 2009. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/254503/decreto-lei-140-2009-de-15-de-junho>

PORTUGAL. Decreto-Lei nº149, de 4 de Agosto de 2015. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial. Lisboa: Diário da República n.º 150, Série I, 2015. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/1043133/decreto-lei-149-2015-de-4-de-agosto>

PORTUGAL. Lei nº 209, de 8 de Setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Lisboa: Diário da República— I Série-A, 2001. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2001/09/209a00/58085829.pdf>

PORTUGAL. Resolução da Assembleia da República n.º 47 de 12 de setembro 2008. Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005, cujo texto publica em anexo. Lisboa: Diário da República n.º 177, Série I, 2008. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/238600/resolucao-da-assembleia-da-republica-47-2008-de-12-de-setembro>

RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas; THERRIEN, Jacques; FALCÃO, Giovana Maria Belém; GRANGEIRO, Manuela Fonseca. Pesquisa em educação e bricolagem científica: rigor, multirreferencialidade e interdisciplinaridade. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], v. 46, n. 162, p. 966-982, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143720>. Acesso em: 02 jul. 2023.

RODRIGUES, Elisabete. Nova edição dos Anais de Faro apresentada por Nuno Júdice. Sul Informação, Faro, 9 de nov. 2022. Disponível em: <https://www.sulinformacao.pt/2022/11/nova-edicao-dos-anais-de-faro-apresentada-por-nuno-judice/>

SABALLA, Viviane Adriana. Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”. Revista Mouseion, Osório, v. 1, p. 23-25. 2007.

SÃO JOSÉ, Frei João de, “Corografia do Reino do Algarve”, In: M. Viegas Guerreiro & J. Romero de Magalhães, Duas Descrições do Algarve do séc. XVI. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 21-132.

SILVA, Rodrigo Manoel D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015. Editora UFPR.

SILVA, Rosimeyre Vieira da; SILVA, Joselma Ferreira Lima e. Entrevista compreensiva: possibilidades de aproximação com o pensamento complexo. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL. SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA, 2016, Fortaleza, CE. Anais [...]. Fortaleza: Saberes para uma cidadania planetária, maio. 2016. Disponível em: <http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos.html>. Acesso em: 25 agosto 2023.

SOLÉ, Glória. EDUCAÇÃO HISTÓRICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DESAFIOS DA INVESTIGAÇÃO EM PORTUGAL. In: La enseñanza de la historia en el siglo XXI. Desarrollo y evaluación de competencias históricas para una ciudadanía democrática. 1º Edición, 2017. Universidad de Murcia: Servicio de Publicaciones, 2017. p. 146-166.

SOUZA, Maria José M. Nobre. A defesa Islâmica na Ria Formosa. In: Anais do Município de Faro, nº XXXIII/XXXIV, 2003/2004, Faro. Anais [...] Faro: 2003/2004. p. 103-157.

UNESCO. Declaração das Raças da Unesco de 18 de julho de 1950. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128291>

ZACARIAS, Fernanda; AFONSO, Patrícia. Vila-Adentro: Identidade, Espaço e Comunidade. In: Anais do Município de Faro, nº XXXV/XXXVI, 2005/2008, Faro. Anais [...] Faro: 2005/2008. p. 128-147.

APÊNDICE A – EVENTOS CULTURAIS ORGANIZADOS PELA DGPC

Estas atividades desenvolvem-se quase todas no período do verão (momento no qual esta pesquisa foi realizada) e são projetos educacionais em âmbito não escolar que acolhem a comunidade. O objetivo destes projetos é tornar vivo estes ambientes culturais, impregnando-os de significado.

Nome	Data	Local	Descrição ⁸	Organização
Artes no Património	14, 15 e 22 de julho de 2023	Museus, Monumentos e Palácios tutelados pela DGPC	“O projeto “ Artes no Património ” tem por objetivo reforçar a relação já existente e incentivar e alargar a colaboração entre as Escolas de Ensino Artístico e os Museus, Monumentos e Palácios (MMP), através de concertos, espetáculos, exposições e conferências, sempre de entrada livre.”	Provedoria do Serviço Cultural e Educativo/DGPC
Jornadas europeias do Património 2023	22, 23 e 24 de setembro de 2023	Vários locais	“O tema deste ano pretende explorar as práticas, lugares e objetos que hoje fazem parte do nosso Património cultural e têm sido transmitidos de geração em geração adaptando-se, mas continuando vivos e constantemente recriados por comunidades e grupos, ajustando-se às suas culturas em mudança, às paisagens e aos lugares que habitam.”	DGPC
Encontros com o Património – 16ª edição	Desde 2007 até o momento	TSF	“O Programa de rádio <i>Encontros com o Património</i> , resultado de uma parceria iniciada em 2007 entre a Direção-Geral do Património Cultural e a TSF Rádio Notícias, já se encontram na sua 16ª edição! [...] sempre aos domingos de manhã, depois do noticiário	DGPC

⁸ Site DGPC, 2023, disponível em [DGPC | Direção Geral do Património Cultural \(patrimoniocultural.gov.pt\)](https://www.dgpc.gov.pt)

			das 9h00, com repetição na segunda-feira, a partir das 23h00.”	
Poesia no Claustro	23 de julho de 2023	Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo	“No dia 23 de julho, Domingo, às 15h30 decorrerá uma sessão de «Poesia no Claustro» no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo dedicada a Manuel Calado, com a presença do autor, leituras do próprio e de Cassandra Querido.”	MNFMC/DGPC
Verão no Museu Nacional Soares dos Reis	Período do verão	Museu nacional Soares dos Reis, Porto	“Serão quatro meses intensos de atividades e eventos que pretendem responder aos diferentes interesses de todas as pessoas que procuram simultaneamente descansar, usufruir e conhecer. Dos cursos às oficinas, das visitas temáticas aos encontros no jardim e à música, são várias as oportunidades de se criarem memórias de verão. Destaca-se neste novo ciclo de programação as <i>Quintas fora d’horas</i> , com horário alargado das 18h00 às 20h00. Neste horário a entrada é gratuita e haverá sempre algo a acontecer.”	MNSR/DGPC
Portugal Imaterial: Convenção UNESCO 2003-2023. O território	Maio a dezembro de 2023	Todo o país.	“[...] a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) assinala o 20.º aniversário da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO com o programa PORTUGAL IMATERIAL: Convenção UNESCO 2003 – 2023. Num espírito de partilha e participação em todo País, esta iniciativa compreende três momentos: o Encontro (realizado no dia 3	DGPC

			de abril), o Território (de maio a dezembro) e a Festa (de 17 a 22 de outubro). O Território tem início a 2 de maio e decorrerá até ao final do ano. Este segundo momento disponibiliza uma plataforma digital no website da DGPC a todos os interessados para aqui divulgarem iniciativas e atividades (e.g. exposições, festividades, seminários, workshops, visitas temáticas), que celebram o património Cultural Imaterial (PCI) nas diversas zonas do País (Continente e Ilhas).”	
Oficinas de Verão no Museu Nacional de Arte Antiga	Julho de 2023	Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa	“Durante o mês de julho, de terça a sexta-feira, das 10h00 às 17h00, o Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, promove as Oficinas de Verão, destinadas a crianças dos 7 aos 12 anos de idade.”	MNAA/DGPC
Férias de Verão no Museu Nacional de Etnologia	julho, agosto e setembro de 2023	Museu Nacional de Etnologia, Lisboa	“Durante os meses de julho, agosto e setembro, o Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa preparou uma programação para crianças e famílias que não pode perder!”	MNE/DGPC
Férias de Verão no Museu Nacional Grão Vasco	Período do verão	Museu Nacional Grão Vasco, Viseu	“O Museu Nacional Grão Vasco propõe uma forma diferente e lúdica de aproveitar as férias em julho, promovendo aprendizagens sobre o museu e as suas obras, com o objetivo de desenvolver a criatividade e criar memórias. 3ª feira a 6ª feira das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às	Público 3 aos 12 anos, mínimo 6 e máximo 20 crianças, duração média 1h30 min.

			16h30	
			Público 3 aos 12 anos, mínimo 6 e máximo 20 crianças, duração média 1h30 min.”	
Cenáculo Clube de Leitura - A Poética do Espaço publicado por Gaston Bachelard	22 de julho de 2023	Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo	“[...] Filipe Rebelo, Artista Plástico, é o próximo leitor convidado do «Cenáculo: Clube de Leitura» no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo. O ponto de partida é o livro A Poética do Espaço publicado por Gaston Bachelard em 1958, mas esta sessão será de carácter marcadamente visual e onde se cruzarão muitos outros livros.”	Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo / DGPC
VII Fórum Ibérico de Estudos Museológicos Call for papers até 30 de junho	19 e 20 de outubro de 2023	Ciudad Real, Espanha	“O fórum ibérico de 2023 decorrerá em Espanha, mais especificamente em 19 e 20 de outubro, em Ciudad Real, com organização da Universidade de Castilla La Mancha e da Universidade de Málaga, com a colaboração do Museu Nacional do Teatro Almagro, e o apoio das instituições académicas, profissionais e governamentais [...] O fórum incidirá sobre o tema da sustentabilidade e do território com sessões paralelas, como as que abordam políticas culturais e museus, participação e inclusão, educação e públicos. Está aberta a chamada para trabalhos até ao dia 30 de maio, apelando-se à comunidade profissional para apresentar propostas com práticas e reflexões sobre um tão pertinente	Universidade de Castilla La Mancha; Universidade de Málaga; DGPC; Museu Nacional do Teatro Almagro

			tema, que constitui também o mote do Dia Internacional dos Museus deste ano.	
Ciclo "Estudos de Arte"	1 de julho de 2023	Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, Évora	[...] conferência do Ciclo «Estudos de Arte». O Historiador de Arte e Museólogo Artur Goulart irá analisar dois quadros da coleção do Museu: Natureza morta com figos e uvas possivelmente do círculo de Juan Fernandez e Natureza morta com cordeiro e peças de caça de Baltazar Gomes Figueira (1604-1674). «Neles a veracidade e a qualidade da representação do real reforçam a capacidade de significação e valor simbólico tão ao gosto da religiosidade da época.»	MNFMC/DGPC

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) Trata-se da pesquisa de dissertação da acadêmica Gabriela Passos Selau do curso de Mestrado em História e Patrimónios da Universidade do Algarve (UALG).

Meu nome é Gabriela Passos Selau. Sou aluna do curso de Mestrado em História e Patrimónios da Universidade do Algarve (UALG) e estou desenvolvendo minha dissertação a partir do tema património cultural. Meu orientador de pesquisa é o Professor Doutor João Pedro Pereira da Costa Bernardes. Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “MURALHA DE FARO: ENTRE A HISTÓRIA E A CIDADE.”

Desenvolvo essa pesquisa com o intuito de conhecer melhor as histórias, culturas e memórias que compõe as Muralhas de Faro. Acredito que o património cultural pode desenvolver sentimentos de pertença e identificação social sob a comunidade local. Dessa forma, desenvolvo as entrevistas visando compreender as relações estabelecidas entre os moradores da cidade de Faro, visitantes e profissionais que trabalham com o património cultural.

Assim construo a seguintes problemática de pesquisa: Quais são as estratégias de educação patrimonial, desenvolvidas com os estudantes e a comunidade, referente as Muralhas de Faro e qual a importância destas para o reconhecimento de pertença dos moradores na cidade?

Com o intuito de responder a este problema tenho como objetivo compreender como se pode valorizar a Muralha de Faro, tornando a sua importância reconhecida pelos habitantes da cidade. Os objetivos específicos visam analisar estratégias de alfabetização patrimonial e movimentos de sensibilização patrimonial para compreensão, por parte da comunidade, das relações da modernidade com o passado e dos processos de identificação e pertença.

Para alcançar estes objetivos desenvolvo entrevistas compreensivas. Através deste documento solicitando a autorização da submissão de sua entrevista para estudo de pesquisa. Suas respostas ajudarão para que os pesquisadores e profissionais da área de estudos culturais possam compreendam melhor o valor simbólico que as Muralhas de Faro possuem e sua relação com os sentimentos de pertença da comunidade local.

As gravações das entrevistas e os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de pesquisa científica. Os resultados obtidos nessa pesquisa poderão ser publicados. Você poderá

desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum. Além disso, a sua participação é voluntária, podendo recusar-se a participar.

Em caso de dúvidas você pode entrar em contato comigo, Gabriela Passos Selau, no telefone (+351) 925 131 319 ou pelo e-mail gabip.s@hotmail.com.

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

“É necessário não apenas ficar na admiração, observação, descrição e análise dos elementos patrimoniais. É preciso ir além. É necessário problematizar o património para desenvolver as habilidades do pensamento crítico.”

(González-Monfort, 2019, p. 133)

Devido ao fato desta ser uma entrevista compreensiva, as perguntas foram adaptadas de acordo com cada entrevistado, de forma que durante as entrevistas novos questionamentos foram surgindo e outros deixaram de ser levantados.

Entrevista para o pessoal técnico

Nome:

Idade:

Formação:

Profissão:

Local onde mora:

- 1 - Sabe se as Muralhas de Faro são classificadas? Justifica-se a sua classificação? Porquê?
- 2 - De que forma as Muralhas de Faro têm sido preservadas? O que tem sido priorizado e valorizado nessa preservação?
- 3 - Qual, na sua opinião, a importância das Muralhas para a cidade de Faro?
- 4 - Você se identifica e se sente representado(a) por este património?
- 5 - O que você pode falar sobre os processos de restauração pelos quais a Muralha passou?
- 6 - Quais são as ações de preservação que estão sendo pensadas para este local?
- 7 - Como você acha que deveriam ser as ações de preservação deste local? O que você acha que seria importante ser feito? Quais são as suas expectativas quanto este património?

- 8 - Do ponto de vista educacional e museológico o que as escolas e instituições culturais podem fazer para dar voz as histórias, culturas, memórias e a importância das Muralhas de Faro?

Entrevista para comunidade e visitantes

Nome:

Idade:

Formação:

Profissão:

Local onde mora:

- 1- Qual, na sua opinião, a importância das Muralhas para a cidade de Faro? Por que foram preservadas? Quem decidiu isso?

- 2- Por que, na sua opinião, as Muralhas de Faro continuam sendo preservadas? Para o que elas contribuem?

- 3- Você se identifica e se sente representado(a) por este património?

- 4- Como você acha que deveriam ser as ações de preservação deste local? O que você acha que seria importante ser feito? Quais são as suas expectativas quanto este património? Como tornar esse património parte da vida cotidiana das pessoas?

- 5- Na sua opinião qual função esse património terá no futuro? Você acha que as futuras gerações vão respeitá-lo e mantê-lo?

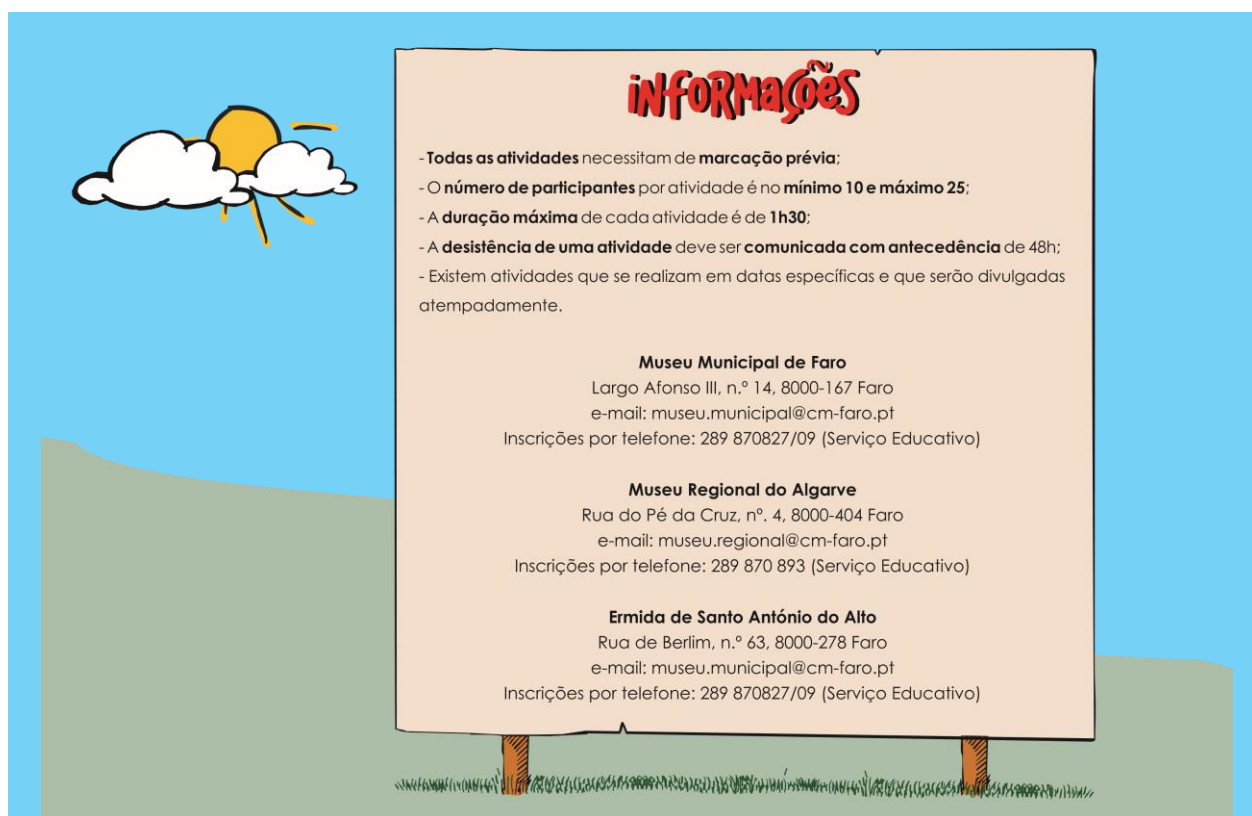
ANEXO A – ORGÃOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Sequência histórica das entidades oficiais portuguesas responsáveis pela proteção do património arquitetónico e arqueológico.

DE	ATÉ	ENTIDADE ADMINISTRATIVA (A) E ENTIDADE EXECUTIVA (E)
1721	cerca 1756	Academia Real da História Portuguesa Eclesiástica e Secular (a) (e) Câmaras Municipais das Cidades e Vilas (e)
1802	1852	Real Biblioteca de Lisboa (a) (e) Câmaras Municipais das Cidades e Vilas (e)
1852	1870	Real Biblioteca de Lisboa (a) Direção das Obras Públicas e Minas (e)
1870	1898	Comissão dos Monumentos Nacionais (a) Direção das Obras Públicas e Minas (e)
1898	1911	Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (a) Direção das Obras Públicas e Minas (e)
1911	1920	Conselhos de Arte e Arqueologia (a) Direção das Obras Públicas (e)
1920	1926	Conselhos de Arte e Arqueologia (a) Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (e)
1926	1929	Conselhos de Arte e Arqueologia (a) 3.ª Repartição da Direcção-Geral de Belas-Artes (a) Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais (e)
1929	1932	Conselhos de Arte e Arqueologia (a) Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN (e)
1932	1936	Conselho Superior de Belas-Artes (a) DGEMN (e)
1936	1971	6.ª Secção da Junta Nacional de Educação (a) DGEMN (e)
1971	1975	Direção-Geral dos Assuntos Culturais (a) DGEMN (e)
1975	1978	Direção-Geral do Património Cultural – DGPC (a) DGEMN (e)
1978	1979	Secretaria de Estado da Cultura (a) DGEMN (e)
1979	1980	Direção-Geral do Património Cultural – DGPC (a) DGEMN (e)
1980	1988	Instituto Português do Património Cultural – IPPC (a) DGEMN (e)
1988	1992	Instituto Português do Património Cultural – IPPC (a) (e) DGEMN (e)
1992	2007	Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – IPPAR (a) (e) DGEMN (e)
2007	2012	Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico – IGESPAR (a) (e) Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) (a) (e)
2012		Direção-Geral do Património Cultural - DGPC (a) (e) Direções Regionais de Cultura (Norte, Centro, Alentejo e Algarve) (a) (e)

Fonte: (CORREIA, 2019, p. 36)

ANEXO B – PROGRAMA ESCOLAR 2022/2023



informações

- Todas as atividades necessitam de **marcação prévia**;
- O **número de participantes** por atividade é no **mínimo 10 e máximo 25**;
- A **duração máxima** de cada atividade é de **1h30**;
- A **desistência de uma atividade** deve ser **comunicada com antecedência** de 48h;
- Existem atividades que se realizam em datas específicas e que serão divulgadas atempadamente.

Museu Municipal de Faro
Largo Afonso III, n.º 14, 8000-167 Faro
e-mail: museu.municipal@cm-faro.pt
Inscrições por telefone: 289 870827/09 (Serviço Educativo)

Museu Regional do Algarve
Rua do Pé da Cruz, n.º 4, 8000-404 Faro
e-mail: museu.regional@cm-faro.pt
Inscrições por telefone: 289 870 893 (Serviço Educativo)

Ermiada de Santo António do Alto
Rua de Berlim, n.º 63, 8000-278 Faro
e-mail: museu.municipal@cm-faro.pt
Inscrições por telefone: 289 870827/09 (Serviço Educativo)



1.º PERÍODO

A lenda do Mouro Encantado no Rio Seco (4-5 anos e 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Lendas da cidade de Faro

Depois de uma lenda ouvir, um mouro encantado vamos construir.

Horário: terça-feira, às 10h ou 14h

Imaginação em Tela (1.º e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: Sala "A Pintura Antiga"

A sala de Pintura Antiga tem várias histórias para nos contar...elas transmitem-nos sentimentos, sensações, emoções. Em grupo vamos "puxar pela imaginação" e decorar a nossa própria tela.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

Passo a passo lá vou chegar (Pré-escolar e 1.º ano do 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Numa sala cheia de pinturas, vamos conhecer as personagens das histórias saber o que elas têm para nos contar, um dado vamos lançar para respostas adivinhar.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

A arte da Azulejaria (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Azulejos nas fachadas da Vila Adentro

Depois de um percurso de observação, dos vários azulejos existentes na Vila Adentro, vamos projetar os nossos azulejos.

Horário: quinta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Arqueologia: o passado nas tuas mãos (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Sala "Os rostos de Oceanus", "Caminhos do Algarve Romano" e "Casa Islâmica". O que podemos encontrar numa escavação arqueológica? Como é que as peças chegam à sala de exposição? Quais as funções dos objetos em exposição?

Horário: sexta-feira, às 10h ou 14h

2.º PERÍODO

A lenda de Santa Maria (Pré-escolar e 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Época Islâmica – Tapeçaria: "Lenda de Santa Maria"

Nos claustros, através de diversos jogos de equipa, a lenda será recontada pouco a pouco para que possam continuar no jogo.

Horário: terça-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Romanos e Árabes em Glória (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: Salas "Os rostos de Oceanus", "Caminhos do Algarve Romano" e "Casa Islâmica"

Jogo da glória em que os peões do jogo serão os romanos e árabes que, à medida que lançam o dado gigante, respondem a questões sobre estes dois povos.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Oceanus em dominó (4-5 anos e 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Sala "Os rostos de Oceanus"

Após conhecerem os tesouros do museu a turma irá jogar um dominó gigante, enquanto responde a questões relacionadas com os mesmos.

Horário: quinta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Do alto da Torre da Sé (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Edifícios de Faro

E do alto da torre a cidade vamos avistar...

Horário: sexta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.





3.º Período

O Castelo de Faro? Onde? (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: Muralha e castelo de Faro

Breve visita à Muralha pela Rua do Castelo na companhia de "História Viva", seguida de atividade.

Horário: terça-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

Um doce convento (Pré-escolar)

Âmbito da atividade: Convento de Nossa Senhora da Assunção

Após conhecer os espaços e o quotidiano das freiras, no convento, vamos descobrir as doçarias conventuais.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

Um dia no convento (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Convento de Nossa Senhora da Assunção

Através de diversos jogos pedagógicos de equipa é explorado o espaço do convento.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

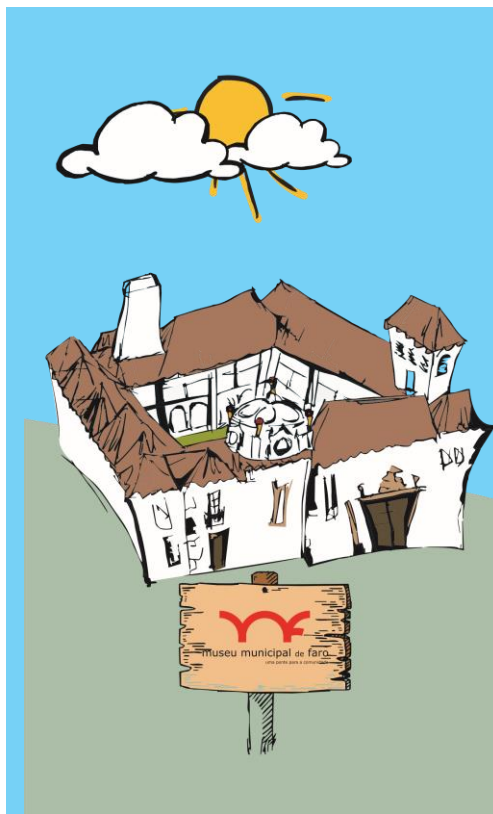
A Revolução dos cravos (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: 25 de abril

O que levou à Revolução? O que mudou? Vamos descobrir?

Horário: sexta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.



O Museu Vai à Escola

(1.º, 2.º e 3.º ciclo)

A arte da Azulejaria

Âmbito da atividade: Azulejo

O Serviço Educativo desloca-se à escola para, através de uma apresentação, falar sobre a arte da azulejaria mostrando exemplos de azulejos, pigmentos e exemplificando como se pinta um azulejo.

Horário: março, segunda-feira, às 10h ou 14h

Arqueologia nas tuas mãos

Âmbito da atividade: Arqueologia

O Serviço Educativo desloca-se à escola para, através de uma apresentação, falar sobre a arqueologia e a sua importância mostrando alguns utensílios usados numa escavação arqueológica.

Horário: março, segunda-feira, às 10h ou 14h



PERCURSOS

Percurso 1: À Descoberta do Museu (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)

Jogo de descoberta pelas salas do Museu.

Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h

Percurso 2: À Descoberta da Vila Adentro (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)

Jogo de descoberta pelo Centro Histórico.

Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h

Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Percurso 3: À Descoberta da Baixa de Faro (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)

Jogo de descoberta pela baixa de Faro.

Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h

Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Peddy Paper Museu (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)

Peddy paper pelas diversas salas de exposição do museu.

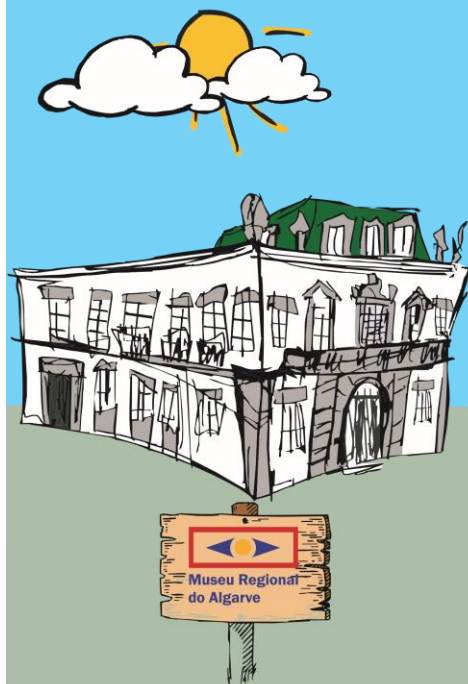
Horário: 3.º período, sexta-feira, às 10h ou 14h

Nos Bastidores do Museu (1.º, 2.º e 3.º ciclo)

Âmbito da atividade: Serviços/equipas que fazem parte do Museu

Visita pelos vários serviços existentes no Museu para que fiquem a conhecer um pouco do trabalho que se faz.

Horário: 3.º período, sexta-feira, às 10h ou 14h



1.º Período

As Salineiras (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: O Algarve possui condições naturais para a produção de sal. Vamos explorar este elemento que era recolhido pelas "Salineiras" e utilizá-lo na decoração.

Horário: terça-feira, às 10h ou 13h30

O ciclo do milho (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: A história do ciclo do milho, dos moinhos e da sua importância na nossa alimentação. Dar a conhecer os cereais, poder mexer, remexer e reduzi-los a farinha com a ajuda da mó manual.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

Uma carta no correio (1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundário)

Âmbito da atividade: Ao longo dos anos perdeu-se o hábito de escrever cartas. Com "uma carta no correio" queremos reavivar memórias.

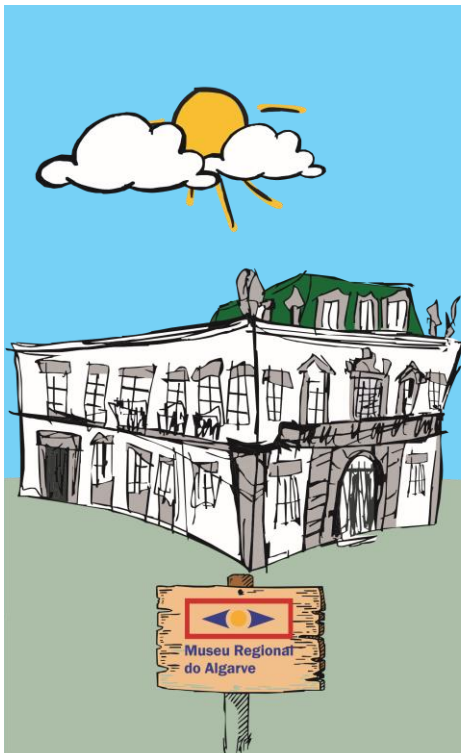
Horário: quinta-feira, às 10h

A venda (1.º Ciclo) – colaboração FAGAR

Âmbito da atividade: Pretende-se alertar para a consciencialização do consumismo e do aumento da produção de resíduos através do jogo de 'avios' na venda.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

Nota: Para esta atividade cada criança deverá trazer um rolo de papel higiénico.



2.º Período

As lendas algarvias no olhar de Carlos Porfírio - A lenda das Amendoeiras em Flor (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: A lenda das amendoeiras em flor; a apanha e o partir da amêndoa, são o ponto de partida para uma atividade a desenvolver para depois expressar a criatividade.

Horário: terça-feira, às 10h ou 13h30

Conheces os azulejos da tua cidade (3.º e 4.º Ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: A acção pretende dar a conhecer os azulejos da tua cidade com especial destaque para os integrados nos revestimentos dos edifícios de 1950 a 1970. (Em colaboração com o Serviço de Regeneração Urbana da CMF)

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

ESTA ATIVIDADE É REALIZADA NA ESCOLA.

Oficina de Tecelagem (3.º e 4.º Ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: O tear centenário que se encontra exposto e os materiais que eram mais utilizados para fazer tecido, serão o ponto de partida para uma atividade de tecelagem.

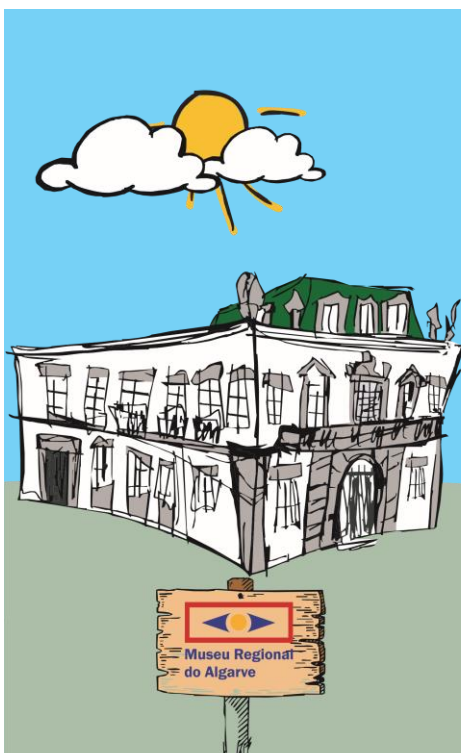
Horário: quinta-feira, às 10h ou 13h30

A venda (1.º Ciclo) – colaboração FAGAR

Âmbito da atividade: Pretende-se alertar para a consciencialização do consumismo e do aumento da produção de resíduos através do jogo de 'avios' na venda.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

Nota: Para esta atividade cada criança deverá trazer um rolo do papel higiénico.



3.º Período

As lendas algarvias no olhar de Carlos Porfírio - A Moura de Olhão (1.º, 2.º e 3.º Ciclo, secundário)

Âmbito da atividade: A moura Floripes é uma figura lendária de Olhão, que dizem ainda hoje estar lá encantada. Vamos ouvir a lenda!

Horário: terça-feira, às 10h ou 13h30

Atum: da pesca à lata (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: A Almadrava consiste num sistema de labirinto de grande dimensão para a pesca do atum. Vamos descobrir?

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

Chaminés e Platibandas (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: O Património Arquitetónico da nossa cidade, e do Algarve, nomeadamente, chaminés e platibandas, e que estão tão bem representadas neste Museu

Horário: quinta-feira a sexta-feira, às 10h ou 13h30

A venda (1.º Ciclo) – colaboração FAGAR

Âmbito da atividade: Pretende-se alertar para a consciencialização do consumismo e do aumento da produção de resíduos através do jogo de 'avios' na venda.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

Nota: Para esta atividade cada criança deverá trazer um rolo do papel higiénico.



PERCURSOS

Percurso ao Museu Regional (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Âmbito da atividade: Através de um percurso elaborado é feita a visita orientada ao museu.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30

Peddy Paper ao Museu Regional (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Âmbito da atividade: Através de um percurso elaborado é feito um peddy paper ao museu.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30

Exploradores de Património (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Âmbito da atividade: Percurso a realizar a partir de uma escola básica para identificar/explorar o património construído civil e religioso, em redor da tua escola. Escola Básica de São Luís; Escola Básica do Carmo; Escola Básica do Bom João e Escola Básica da Ria Formosa.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30

Casas com História (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Âmbito da atividade: Realização de um percurso a partir do Museu Regional até ao Teatro Lethes, para identificar casas com histórias, lendas e património.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30



1.º Período

Outubro

Volts e reviravoltas (1.º, 2º e 3º ciclo)

Âmbito da actividade: A história da construção da Ermida tem muitas voltas e reviravoltas. Para construirmos a nossa, também vamos dar voltas e reviravoltas!!!

Horário: às 10h ou 14h

Novembro

Quem é Quem (todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: Vamos saber quem foi Santo António, e através da elaboração de personagens especiais, criamos a personagem de Santo António com os símbolos que o identificam (lírios, bíblia, menino Jesus....) Preparados?


Horário: às 10h ou 14h

Dezembro

Onde está (1º, 2º, 3º ciclo e secundário)

Âmbito da atividade: A Ermida de Santo António contém vários estilos de arte, sendo um deles o estilo Barroco. É com um olhar atento que vamos encontrar as surpresas que a arte possui, e assim interpretar a História encoberta.

Horário: às 10h ou 14h




2.º Período

Janeiro
Eu sou... (todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: Durante a visita à ermida iremos encontrar um técnico de restauro que nos dará a conhecer as várias técnicas de restauro, através de exemplificação.
Horário: às 10h ou 14h

Fevereiro
Moedas mágicas (1.º, 2.º e 3.º ciclo)
 Âmbito da atividade: Viagem ao mundo do fantástico e imaginário que são os milagres de Santo António.
Horário: às 10h ou 14h

Março
Pegadas pela história (todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: Santo António viajou por várias partes do mundo para completar a sua missão. Será que conseguiu? Vamos então seguir as suas pegadas e ficar a saber.
Horário: às 10h ou 14h



3.º Período

Abril
"Há Moura à vista" (pré-escolar do 1.º ciclo)
 Âmbito da atividade: Através desta popular frase, desde o tempo dos nossos avós, conheceremos a história e os saques da cidade.
Horário: às 10h ou 14h

Mai
D'Atalaia (1.º ciclo, 2.º ciclo e 3.º ciclo)
 Âmbito da atividade: Atalaia o que é? Onde está? Serve para quê? Qual o seu significado? Vamos percorrer um caminho, onde está a resposta a estas e muitas mais perguntas.
Horário: às 10h ou 14h

Junho
O sol que nos guia (todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: O Sol é a estrela central do Sistema Solar. A observação da posição do sol funcionava como meio de orientação nos tempos primitivos. E hoje, também é assim?
Horário: às 10h ou 14h



e ainda... TODO o ano!

A moda do gira (Pré-escolar e 1º ciclo)

Âmbito da atividade: Em roda vamos conhecer as histórias da Ermida, do Miradouro e também de Santo António para no final acabar a girar.

Horário: 10h ou 14h

Pedra a pedra (todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: A Ermida e Miradouro de Santo António do Alto foi construída durante um período que data desde o século XIV até ao século XVIII. Quanto tempo leva a construir a nossa?

Horário: 10h ou 14h

PROJETOS

Projetos/desafios para serem desenvolvidos nas Escolas pelos professores com as suas turmas.

Tronos de Santo António em Faro (1º e 2º ciclo)

Atreve-te a criar o teu trono de Santo António e participa neste concurso escolar. No final todos os tronos serão exibidos na Ermida de Santo António.

Rimar com Santo António (3º ciclo e secundário)

Neste concurso popular

Rima a menina, rima o menino

A uma escola vamos entregar

O prémio Antonino

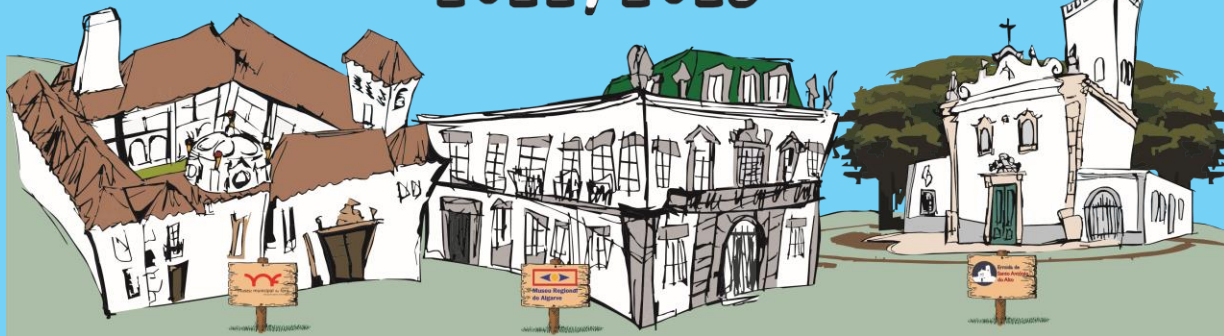
"Santo António meu amigo" (pré-escolar)

Constrói o teu quadro de Santo António, usando toda a criatividade e imaginação, para o expormos na Ermida de Santo António, e assim poderes dizer este é "Santo António meu amigo".



BOM ANO Letivo!

2022/2023



ANEXO C - PROGRAMA ESCOLAR 2023/2024



informações

- **Todas as atividades** necessitam de **marcação prévia**;
- O **número de participantes** por atividade é no **mínimo 10 e máximo 25**;
- A **duração máxima** de cada atividade é de **1h30**;
- A **desistência de uma atividade** deve ser **comunicada com antecedência** de 48h;
- Existem atividades que se realizam em datas específicas e que serão divulgadas atempadamente.

Museu Municipal de Faro
Largo Afonso III, n.º 14, 8000-167 Faro
e-mail: museu.municipal@cm-faro.pt
Inscrições por telefone: 289 870827/09 (Serviço Educativo)

Museu Regional do Algarve
Rua do Pé da Cruz, n.º 4, 8000-404 Faro
e-mail: museu.regional@cm-faro.pt
Inscrições por telefone: 289 870 893 (Serviço Educativo)

Ermida de Santo António do Alto
Rua de Berlim, n.º 63, 8000-278 Faro
e-mail: museu.municipal@cm-faro.pt
Inscrições por telefone: 289 870827/09 (Serviço Educativo)



1.º Período

A lenda dos aloendros (4-5 anos e 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Lendas da cidade de Faro
Depois de uma lenda ouvir, um aloendro vais construir.

Horário: terça-feira, às 10h ou 14h

A fábrica das tintas (4-5 anos e 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Sala: "Pintura Antiga"

Numa sala cheia de pinturas, vamos fazer as nossas próprias tintas, explorando sabores, odores e cores.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

A aventura de Marcus (Pré-escolar 4-5 anos)

Âmbito da atividade: Sala: "Os rostos de Oceanus"

Depois de conhecermos a história de Marcus, quadradinho a quadradinho um peixinho vamos colorir.

Horário: quinta-feira, às 10h ou 14h

Os florões de Oceanus (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Sala: "Os rostos de Oceanus"

Vamos conhecer a importância do mosaico do Deus Oceanus e explorar todos os elementos que o compõem. Destacamos os florões!

Horário: quinta-feira, às 10h ou 14h

A arte da Azulejaria (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Azulejos nas fachadas da Vila Adentro

Depois de um percurso de observação, dos vários azulejos existentes na Vila Adentro, vamos projetar os nossos azulejos.

Horário: quinta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

2.º Período

A dualidade entre o sagrado e o profano (1.º ciclo)

Âmbito da atividade: Exposição temporária: "A dualidade entre o sagrado e o profano"

Oficina de construção de objetos associados ao simbolismo do profano e do sagrado.

Horário: terça-feira, às 10h ou 14h

À descoberta do tesouro do museu (Pré-escolar 4-5 anos)

Âmbito da atividade: Salas de exposição do museu

Através de pistas e diversos jogos de equipa as crianças percorrem as salas do Museu para encontrarem um "tesouro" escondido.

Horário: 2.º período, quarta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.


Romanos e Árabes em Glória (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: Salas "Os rostos de Oceanus", "Caminhos do Algarve Romano" e "Casa Islâmica"

Jogo da glória em que os peões do jogo serão os romanos e árabes que, à medida que lançam o dado gigante, respondem a questões sobre estes dois povos.

Horário: quarta-feira, às 10h ou 14h

Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.



3.º Período

O Castelo de Faro? Onde? (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)
 Âmbito da atividade: Muralha e castelo de Faro
 Breve visita à Muralha pela Rua do Castelo na companhia de "História Viva", seguida de atividade.
Horário: terça-feira, às 10h ou 14h
Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

O convento em dominó (Pré-escolar 4-5 anos)
 Âmbito da atividade: Convento de Nossa Senhora da Assunção
 Após conhecer os espaços que faziam parte do convento, a turma vai jogar um dominó gigante enquanto responde a questões relacionadas com o convento.
Horário: 3.º período, terça-feira, às 10h ou 14h
Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.

A jogar e a brincar o convento vou conhecer (1.º ciclo)
 Âmbito da atividade: Convento de Nossa Senhora da Assunção
 Através de diversos jogos pedagógicos de equipa é explorado o espaço do convento.
Horário: 3.º período, quarta-feira, às 10h ou 14h
Nota: Parte da atividade realiza-se no exterior.



O Museu Vai à Escola

(1.º, 2.º e 3.º ciclo)

A arte da Azulejaria
 Âmbito da atividade: Azulejo
 O Serviço Educativo desloca-se à escola para, através de uma apresentação, falar sobre a arte da azulejaria mostrando exemplos de azulejos, pigmentos e exemplificando como se pinta um azulejo.
Horário: 2.º período, segunda-feira, às 10h ou 14h

Arqueologia nas tuas mãos
 Âmbito da atividade: Arqueologia
 O Serviço Educativo desloca-se à escola para, através de uma apresentação, falar sobre a arqueologia e a sua importância mostrando alguns utensílios usados numa escavação arqueológica.
Horário: 2.º período, segunda-feira, às 10h ou 14h

As Invasões Napoleónicas
 Âmbito da atividade: História
 O Serviço Educativo desloca-se à escola para, através de uma apresentação, falar sobre as invasões Napoleónicas em Faro.
Horário: 2.º período, segunda-feira, às 10h ou 14h



PERCURSOS

Percurso 1: À Descoberta do Museu (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
 Jogo de descoberta pelas salas do Museu.
Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h

Percurso 2: À Descoberta da Vila Adentro (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
 Jogo de descoberta pelo Centro Histórico.
Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h
Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Percurso 3: À Descoberta da Baixa de Faro (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
 Jogo de descoberta pela baixa de Faro.
Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h
Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Percurso 4: À Descoberta da Arquitetura militar (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
 Jogo de descoberta pelas muralhas de Faro.
Horário: 3.º período, quinta-feira, às 10h ou 14h
Nota: A atividade realiza-se no exterior.

Peddy Paper Museu (3.º e 4.º ano do 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo)
 Peddy paper pelas diversas salas de exposição do museu
Horário: 3.º período, sexta-feira, às 10h ou 14h

Nos Bastidores do Museu (1.º, 2.º e 3.º ciclo)
 Âmbito da atividade: Serviços/equipas que fazem parte do Museu
 Visita pelos vários serviços existentes no Museu para que fiquem a conhecer um pouco do trabalho que se faz.
Horário: 3.º período, sexta-feira, às 10h ou 14h



1.º Período

Ria Formosa - O peixe, a pesca e a rede (todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: A importância da pesca na região algarvia e os utensílios utilizados para cada tipo de peixe. O atum e o polvo, será que podemos pescá-los na Ria Formosa e com a mesma armadilha?
Horário: terça-feira, às 10h ou 13h30

O ciclo do milho (Todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: Com o bago de milho "semeado", vamos vê-lo crescer, colhê-lo e fazer a desfolhada: momento de festa e namoricos tão aguardado por rapazes e raparigas. Conhecer os costumes e tradições associados a este ritual de verão.
Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30

Uma carta no correio (1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundário)
 Âmbito da atividade: Ao longo dos anos perdeu-se o hábito de escrever cartas. Com "uma carta no correio" queremos reavivar memórias. Escrever uma carta e coloca-la na caixa de correio do Museu.
Horário: quinta-feira, às 10h

O traje algarvio (Todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: O traje tem uma forte ligação com o passado e que nos identificam com épocas e profissões, vamos descobrir os que existem no Museu.
Horário: sexta-feira, às 10h ou 13:30h

Projeto: Visita Virtual ao Museu Regional do Algarve (Todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: Através do recurso áudio visual poderão assistir a uma visita orientada ao museu que se complementa com a interccção de um objecto/peça do Museu.
Horário: a designar



2.º Período

Conheces os azulejos da tua cidade (3.º e 4.º Ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: A acção pretende dar a conhecer os azulejos da tua cidade com especial destaque para os integrados nos revestimentos dos edifícios de 1950 a 1970. (Em colaboração com o Serviço de Regeneração Urbana da CMF)

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13h30 :: ESTA ATIVIDADE É REALIZADA NA ESCOLA.

As lendas algarvias no olhar de Carlos Porfírio - O Tacho do Tesouro (Todos os graus de ensino)

Reza a lenda que uma mulher sonhou que na Mexilhoeira (Portimão) existia um tacho cheio de ouro guardado por um mouro encantado. Vamos conhecer este mouro!

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13.30h :: ESTA ATIVIDADE É REALIZADA NA ESCOLA.

Oficina de Tecelagem (3.º e 4.º Ano do 1.º ciclo e 2.º ciclo)

Âmbito da atividade: O tear centenário que se encontra exposto e os materiais que eram mais utilizados para fazer tecido, será o ponto de partida para uma atividade de tecelagem.

Horário: quinta-feira, às 10h ou 13h30

O pomar de sequeiro (Todos os graus de ensino)

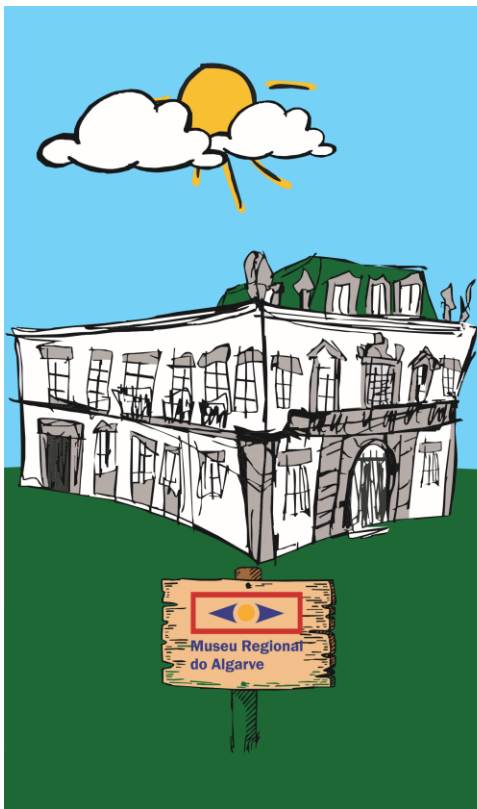
Âmbito da atividade: O Algarve tem a imagem associada ao pomar de sequeiro: amendoeiras, alfarrobeiras, oliveiras e figueiras, que frutos nos dão? Associar o fruto à árvore e suas conhecer utilidades. Vem fazer a tua árvore!

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13.30h

Projeto: Visita Virtual ao Museu Regional do Algarve (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: Através do recurso áudio visual poderão assistir a uma visita orientada ao museu que se complementa com a interação de um objecto/peça do Museu.

Horário: a designar



3.º Período

As lendas algarvias no olhar de Carlos Porfírio - O Touro Preto (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: Numa noite de Verão, um rapaz dirigiu-se à casa da namorada, onde havia um baile; ao sair deparou-se com um touro preto. Quem será este touro?

Horário: terça-feira, às 10h ou 13.30h

A cozinha da bisavó (A partir dos 5 anos)

Âmbito da atividade: Descobrir na cozinha os utensílios aliados ao estilo de vida dos nossos avós e bisavós, baseados na dieta mediterrânica, abordando também a "compostagem e a reutilização de resíduos". (parceira com FAGAR)

Horário: quarta-feira, às 10h ou 13.30h

Chaminés e Platibandas (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: O património arquitectónico da nossa cidade, e do Algarve, nomeadamente, chaminés e platibandas, que estão representadas no Museu.

Horário: quinta-feira, às 10h ou 13h30

As Salineiras (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: O Algarve possui condições naturais para a produção de sal. Vamos explorar este "composto" que era recolhido pelas "Salineiras" e utilizá-lo na decoração.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13.30h

Projeto: Visita Virtual ao Museu Regional do Algarve (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: Através do recurso áudio visual poderão assistir a uma visita orientada ao museu que se complementa com a interação de um objecto/peça do Museu.

Horário: a designar



PERCURSOS

Percurso ao Museu Regional (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Âmbito da atividade: Através de um percurso elaborado é feita a visita orientada ao museu.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30

Peddy Paper ao Museu Regional (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Âmbito da atividade: Através de um percurso elaborado é feito um peddy paper ao museu.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30

Exploradores de Património (3.º e 4.º ano do 1.º Ciclo e 2.º e 3.º Ciclo, Secundário)

Casas com história; Escola Básica de S. Luís; Escola Básica do Carmo; Escola Básica do Bom João; Escola Básica da Ria Formosa e Escola Básica de Estoi.

Âmbito da atividade: Percurso a realizar a partir do Museu ou de uma escola básica para identificar/explorar o património construído civil e religioso em redor do Museu ou da tua escola.

Horário: sexta-feira, às 10h ou 13h30

Datas Comemorativas

Aniversário do Museu (Pré-escolar 1.º ciclo)

Âmbito da atividade: O Museu Regional celebra 61 anos e vamos cantar os parabéns.

Horário: Dia 15 de dezembro, às 10h ou 13.30h

Dia internacional dos monumentos e sítios e Dia Internacional dos Museus (Todos os graus de ensino)

Âmbito da atividade: Tema a definir

Horário: Dia 18 de abril e Dia 18 de maio, às 10h ou 13.30h



1.º PERÍODO

Eu Santo António (Todos os graus de ensino)

Âmbito da actividade: Na ermida existem várias figuras, cada uma com o seu nome e atributos. Vêm identificar qual é, criando o teu Santo António.

Horário: às 10h ou 14h

Onde está? (1.º, 2.º e 3.º Ciclos)

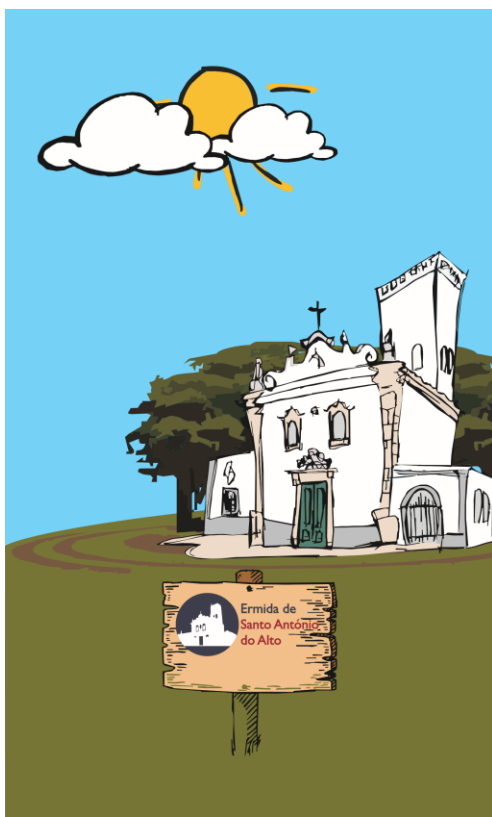
Âmbito da actividade: Manuel Martins foi um importante artista algarvio, e a ele se deve a construção do retábulo do altar-mor da ermida de Santo António. Como todos os artistas Manuel deixou a sua marca pessoal na obra de arte que fez. Sabes qual é? Então através de um jogo de descoberta vamos descobrir.

Horário: às 10h ou 14h

Pegadas pela história (Todos os graus de ensino)

Âmbito da actividade: Santo António viajou por várias partes do mundo para completar a sua missão. Será que conseguiu? Vamos então seguir as suas pegadas e ficar a saber.

Horário: às 10h ou 14h



2.º Período

O sol que nos guia (Todos os níveis de ensino)

Âmbito da actividade: O sol é a estrela central do sistema solar, é necessária para a nossa existência. Das muitas funções que têm, existe uma que serve para a nossa orientação. Na ermida está uma representação do sol, sabes porquê? E qual a sua função?

Horário: às 10h ou 14h

Fernando ou António (1.º Ciclo)

Âmbito da actividade: Afinal qual é o nome de Santo António? Fernando? António?....

Eu sei, e tu também vais saber, vamos ficar a saber a verdade, construindo a árvore genealógica de Santo António.

Horário: às 10h ou 14h

Quem vêm lá (Pré-escolar e 1.º Ciclo)

Âmbito da actividade: A Ermida de Santo António foi construída na parte de baixo da torre de vigia que tinha a função de vigiar e avisar a população dos corsários e intrusos, que se aproximavam da cidade para a saquear. Para melhor ficares a conhecer como funcionava a torre de vigia, temos uma forma surpreendente de o fazer.

Horário: às 10h ou 14h



3.º Período

Mar colorido (Pré-escolar, 1.º e 2.º Ciclos)

Âmbito da actividade: Na Ermida de Santo António temos um painel de azulejaria que retrata uma parte do sermão de Santo António aos peixes. Vêm observá-lo e criar o teu mar colorido.

Horário: às 10h ou 14h

D'Atalaia (1.º, 2.º e 3.º Ciclos)

Âmbito da actividade: Sabes que Atalaia significa torre de vigia?! E que existiam várias torres de vigia por todo o Algarve! Uma delas é a que têm anexada a Ermida de Santo António do Alto.

Preparados para construir uma torre de vigia?!

Horário: às 10h ou 14h

Flores e sorrisos rimam com amor (Pré-escolar, 1.º e 2.º Ciclos)

Âmbito da actividade: Santo António está relacionado com amor, namorados e casamento, para além de muitas outras coisas. Oferecer flores é considerado um gesto de amor, mas também é um elemento decorativo utilizado pelo um estilo de arte chamado Rococó, existente nas capelas laterais da Ermida. Observa e constrói as tuas flores.

Horário: às 10h ou 14h



e ainda... todo o ano!

A moda do gira (Pré-escolar e 1º ciclo)
 Âmbito da atividade: Em roda vamos conhecer as histórias da Ermida, do Miradouro e também de Santo António para no final acabar a girar.
Horário: 10h ou 14h

Pedra a pedra (todos os graus de ensino)
 Âmbito da atividade: A Ermida e Miradouro de Santo António do Alto foi construída durante um período que data desde o século XIV até ao século XVIII. Quanto tempo leva a construir a nossa?
Horário: 10h ou 14h

Projetos
 Projetos/desafios para serem desenvolvidos nas Escolas pelos professores com as suas turmas.

Tronos de Santo António em Faro (1º e 2º Ciclos)
 Atreve-te a criar o teu trono de Santo António e participa neste concurso escolar. No final todos os tronos serão exibidos na Ermida de Santo António.

Rimar com Santo António (3º Ciclo e Secundário)
 Neste concurso popular
 Rima a menina, rima o menino
 A uma escola vamos entregar
 O prémio Antonino

"Santo António meu amigo" (Pré-escolar)
 Constrói o teu quadro de Santo António, usando toda a criatividade e imaginação, para o expormos na Ermida de Santo António, e assim poderes dizer este é "Santo António meu amigo".



Faro
evoluamos contigo

BOM ANO Letivo!

2023/2024

ANEXO D – “VIVA EL REI D. AFONSO III”

Viva El Rei D. Afonso III



Era uma vez um rei ...

Hoje vamos contar a história de um rei com muita importância para a cidade de Faro. Vamos conhecer o espaço onde podia ter vivido e como o exército se defendia, em caso de ataque do inimigo.

Em grupo, vamos fazer um pequeno percurso de descoberta e responder a algumas questões.

Esta história fala-nos de um rei muito importante para a nossa cidade. Faleceu em 1279, com 69 anos.

1. Em que ano nasceu este Rei? _____

Para a nossa história continuar, precisamos de indicar o nome do Rei que estamos a falar. Foi filho de D. Afonso II e de D. Urraca. Pela sua importância na região, deu o nome ao Largo, onde te encontras.

2. Descobre o seu nome? _____

Este rei governou o nosso país, de 1248 a 1279.

3 .Completa corretamente as frases riscando o incorreto.

a) O sistema de governo em que o rei governa um país chama-se (república/monarquia).

b) Na monarquia portuguesa não havia eleições para a escolha do rei, este governava até morrer ou abdicar, depois o seu poder passava para o **(filho/cunhado)**, geralmente o mais **(novo/velho)**.

c) Um rei ou rainha tem símbolos que pode usar, que o identifica, nomeadamente, uma **(caneta/coroa)**.

Vamos continuar o nosso percurso e descobrir o espaço onde podia ter sido a residência do rei D. Afonso III.



Dirige-te para o Largo de S. Francisco, caminha até encontrares um edifício muito grande de cor amarela. Pelo caminho...

4. Descobre o nome da rua por onde passeias. Coloca um X no espaço correcto.

___ Rua do



___ Rua do



5. No local onde hoje se encontra a antiga fábrica de cerveja “Portugália” foi construído, no século IX, um edifício muito importante em termos militares. Era a residência oficial do governador árabe e depois da reconquista cristã passou a ser utilizado pelo rei.

De que edifício se trata? ___ ___ S ___ ___ L ___



Os **castelos** eram fortificações que tinham um papel de defesa e de residência. Existem em Portugal, antes dos Romanos e Árabes.

Castelo de Faro

Localização



Os castelos eram, normalmente, **construídos numa posição dominante no terreno e próximo de vias de comunicação (terrestres; fluviais ou marítimas).**

6. Em Faro, o castelo localizava-se no canto sul e, contrariamente à maioria dos castelos, foi **construído num terreno plano, mas também junto a uma das vias de comunicação.** Refere qual? _____

Já sabes onde poderia ter vivido o Rei D. Afonso III, aqui em Faro.

Agora, vamos imaginar como seria o castelo?

Estrutura

O Rei D. Afonso III podia passear por **oito torres** no seu castelo, uma das quais a de **menagem**. O rei para ter uma visão dos arredores, ía até a esta torre, porque era a mais alta. Esta torre em caso de ataque, servia como último refúgio, por isso tinha poucas aberturas, pequenas frestas para disparo de flechas e o acesso à entrada era no 1º piso, por uma escada ou ponte de madeira, facilmente removível.

7. Quais as características da **Torre de Menagem**? Assinala com um X a resposta correcta.



a) _____ Torre exterior à muralha que servia para as sentinelas se abrigarem quando faziam a ronda.



b) ____ Torre alta central cuja porta não estava junto ao solo. Era o último refúgio em caso da entrada do inimigo.

Neste castelo, existiam **três portas**:

- A **porta de ligação** com a **Vila Adentro**;
- A **porta do mar** ou do **castelo**, localizada entre duas torres, que comunicava com a ria, de possível reabertura;
- A **porta falsa** ou do **socorro**, posteriormente entaipada pela reconstrução das muralhas, comunicava com a ria.

8. Porque é que achas que a terceira porta que falamos, tem o nome de *porta falsa* ou do *socorro*? _____

Vamos continuar o nosso percurso junto da ria e observar com muita atenção as muralhas que defendiam a cidade.

Defesa

Dependendo do castelo havia geralmente uma outra linha de **muralhas**, as chamadas muralhas exteriores, representando estas a primeira linha de defesa, com **ameias** e **merlões**, **seteiras** e **adarve**.

9. Faz corresponder as definições com as imagens. Faz um círculo na imagem correcta.

- a) As **seteiras** são as aberturas centrais dos merlões, que serviam para os arqueiros do rei dispararem.



b) Os **merlões** são blocos de pedra situados em redor da muralha e serviam para defesa. As **ameias** eram os intervalos por onde podiam atacar.



c) Sobre o **adarve** (corredor) das muralhas vigiavam as sentinelas em tempo de guerra ou de perturbações. O acesso a este corredor era feito por escadarias de grandes pedras incrustadas na própria estrutura da muralha.



Estamos no final do nosso percurso. Para terminares tens de te dirigir ao largo onde está representado o nosso Rei, D. Afonso III – O Bolonhês.




10. Qual foi a importância deste Rei para o Algarve, nomeadamente para a cidade de Faro?

El Rei D. Afonso III agradece a tua colaboração e espera que tenhas gostado.



Viva El Rei D. Afonso III

ANEXO E – PERCURSO 2 “A DESCOBERTA DA VILA-ADENTRO”

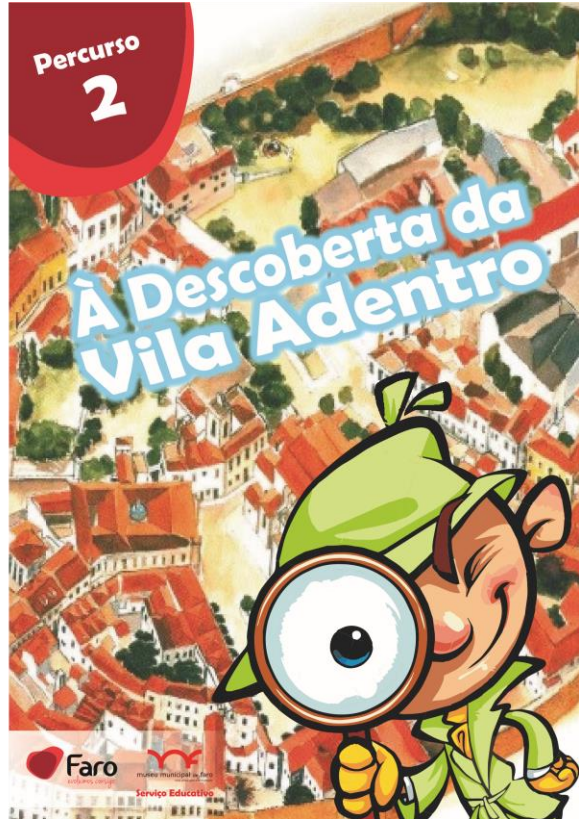


Até à próxima!...

PARABÉNS

e obrigada por participares nesta atividade de descoberta!

Museu Municipal de Faro
Serviço Educativo
Largo Afonso III, nº 14 8000 – 167 Faro
Telf.: 289 870 827/ 829
museu.municipal@cm-faro.pt



Percurso 2

À Descoberta da Vila Adentro

Faro
Serviço Educativo

Bem vindo a mais uma atividade do Serviço Educativo no Museu Municipal de Faro. Hoje vamos conhecer o núcleo mais antigo da cidade de Faro através de um percurso.

Em equipa vais responder a várias questões, seguindo as pistas com muita atenção. Boa sorte!



No largo onde te encontras, podes observar uma estátua, de uma personalidade da história de Portugal, que foi muito importante para a cidade de Faro.
Observa-a bem!



1. Quem está representado nesta estátua?

2. Que importância teve para a cidade de Faro?

Os árabes, percebendo que podiam ser atacados para lhes conquistarem esta cidade, construíram uma muralha de defesa que, ainda hoje, conseguimos observar. Mas, não se esqueceram das portas para entrarem na cidade. Uma dessas portas fica perto do local onde te encontras. Dirige-te até lá!



Esta era uma das entradas na cidade para quem vinha por terra. A construção destas torres tornava mais difícil a entrada pelos inimigos. Era uma novidade na construção, pois estas torres conseguiam que quem se aproximasse da muralha ou da porta fosse atacado pelas costas. Esta situação era conseguida porque as torres ficam avançadas em relação à muralha. Outra das formas de defesa era a entrada em cotovelo.

7. Este local desde sempre que teve muita importância para a cidade e atualmente ainda se situam, neste largo, alguns dos edifícios mais importantes. Quais são?





Os romanos quando chegaram até cá adaptaram este espaço e construíram aqui o fórum - praça pública, onde se situavam os edifícios públicos mais importantes, nomeadamente um templo consagrado ao culto imperial.

Mais tarde, em 711, os árabes invadiram a cidade e ficaram por cá cerca de 500 anos. A vida religiosa desenrolava-se na mesquita, enquanto a administrativa e comercial seriam em edifícios que não deixaram marcas. As casas de habitação situavam-se em ruelas tortuosas e estreitas.



Uns anos depois da conquista da cidade por D. Afonso III, a comunidade cristã organizada em paróquia pediu autorização para erguer a sua igreja paroquial de Santa Maria. Mais tarde, o papa autorizou a transferência da sé de Silves para Faro e a mudança foi efetuada em 1577.

6

Se estiveste atento não vais falhar estas respostas.

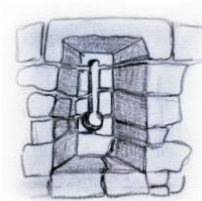
3. Qual era a novidade de defesa na construção das Torres Albarrãs?

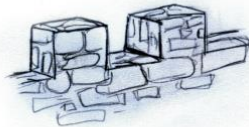
Coloca um X na resposta correta.

- a) Eram mais altas para o inimigo não conseguir entrar.
- b) No centro tinham um labirinto para o inimigo se confundir.
- c) Estavam construídas fora das muralhas para o inimigo ser atacado pelas costas.

4. Ao longo das muralhas podemos observar **Amelas e Merlões; Guaritas; Seteiras; Cubeiros.**

Apesar desta parte da Muralha onde nos encontramos, não apresentar alguns destes elementos porque foi alterada, faz corresponder cada nome a uma imagem.





3



Imagina que és o inimigo e queres entrar na vila. Por esta porta não consegues, será que existe outra? Virado para a muralha contorna-a pelo teu lado direito e descobre.

Arco da Vila e Porta Árabe



No período árabe, esta porta era outra das entradas na vila. Esta entrada era feita por mar, ligada por uma ponte levadiça. Era um cais de embarque com barcos e a única forma de acesso à cidade era por aqui. É o único arco do Algarve situado no local de origem e o mais antigo do país.

4

5. Observa com atenção a porta árabe. Assinala com um X qual a forma mais parecida com o arco.

a) ferradura



b) coração



c) estrela



O Arco da Vila foi mandado construir para engrandecer a antiga Praça da Rainha (atual Jardim Manuel Bivar).

6. O Arco da Vila foi mandado construir por um bispo do Algarve. Descobre qual o seu nome?



Queres conhecer este bispo, então entra pelo Arco da Vila, sobe a Rua do Município e vai ao seu encontro.



Estás no Largo da Sé, onde começou a história da cidade de Faro. Entre os séculos IV – II a. C., instalaram-se aqui os Tartessos que terão sido os responsáveis pela criação de um povoado com o topónimo "Ossonoba".

5

ANEXO F - MAPA TURÍSTICO DE FARO



Mapa Turístico de Faro / Tourist Map / Carte Touristique de Faro / Touristischer Stadtplan

visit Algarve Portugal

PATRIMÓNIO	PATRIMONIO	PATRIMOINE	HERITAGE	KULTURERBE
01 Anjo da Vila (Anjo de la Villa)	Anjo da Vila (Anjo de la Villa)	Anjo da Vila (Anjo de la Villa)	Anjo da Vila (Town Angel)	Anjo da Vila (Stadtbrunnen)
02 Ermida de São João	Ermida de Nossa Senhora de O	Capela de Nossa Senhora do Carmo	Capela de Nossa Senhora do Carmo	Capela de Nossa Senhora do Carmo
03 Sé Catedral	Catedral	Cathédrale	Cathedral	Kathedrale
04 Paço Episcopal	Seminário Episcopal	Seminário Episcopal	Episcopal Palace	Bischöfliches Palais
05 Murallas e Castelo	Museu Municipal/Convento de Nossa Senhora da Assunção	Museu Municipal/Convento de Nossa Senhora da Assunção	Remnants of Castle	Stadtmauer und Burg
06 Igreja da Misericórdia	Ermida de São Pedro do Repouso	Capela de Nossa Senhora do Repouso	Municipal Museum/Convent of Nossa Senhora da Assunção	Städtisches Museum/Kloster der Nossa Senhora da Assunção
07 Igreja de São Pedro	Museu Regional do Algarve	Museu Regional do Algarve	Church of Nossa Senhora do Repouso	Kirche der Misericórdia
08 Igreja de São Francisco	Ermida de São Pedro de la Cruz	Capela de Nossa Senhora do Pé da Cruz	Church of São Pedro	Kirche der Misericórdia
09 Igreja de São João	Gravetos de São Francisco	Madalenha Chapel	Church of São João	Kirche der Misericórdia
10 Igreja de São Mateus	Ermida de São Pedro	Capela de São Pedro	Church of São Mateus	Kirche der Misericórdia
11 Igreja de São Paulo	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São Paulo	Kirche der Misericórdia
12 Igreja de São Sebastião	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São Sebastião	Kirche der Misericórdia
13 Igreja de São Vicente	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São Vicente	Kirche der Misericórdia
14 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
15 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
16 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
17 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
18 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
19 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
20 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
21 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
22 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
23 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
24 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
25 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
26 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
27 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
28 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
29 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
30 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
31 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
32 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
33 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
34 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
35 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
36 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
37 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
38 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
39 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
40 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
41 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
42 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
43 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
44 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
45 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
46 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
47 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
48 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
49 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia
50 Igreja de São João	Ermida de São João	Capela de São João	Church of São João	Kirche der Misericórdia

Algarve - Mapa / Carte / Map / Karte

Concelho / Municipio / Canton / Municipality / Bezirk

Digitizada com CamScanner

Fonte: Informação Turística do Algarve (2023)